

Daiane Bertoli

**Planejamento territorial e paisagem:
entre razões, naturalizações
e desejos**

Orientadora:
Prof^a. Sandra Maria de Arruda Furtado, Dr^a

Coorientador:
Prof. Elson Manoel Pereira, Dr.

Florianópolis, 2013

Daiane Bertoli

**PLANEJAMENTO TERRITORIAL E PAISAGEM:
ENTRE RAZÕES, NATURALIZAÇÕES E DESEJOS**

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Santa Catarina, em cumprimento aos requisitos necessários à obtenção do Grau de Doutora em Geografia.
Orientadora: Prof^a. Dr^a. Sandra Maria de Arruda Furtado.
Coorientador: Prof. Dr. Elson Manoel Pereira.

Florianópolis
2013

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Bertoli, Daiane

Planejamento territorial e paisagem : entre razões,
naturalizações e desejos / Daiane Bertoli ; orientadora,
Sandra Maria de Arruda Furtado ; co-orientador, Elson
Manoel Pereira. - Florianópolis, SC, 2013.

220 p.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa
Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa
de Pós-Graduação em Geografia.

Inclui referências

1. Geografia. 2. planejamento territorial. 3. paisagem.
4. urbanismo. 5. subjetividade. I. Furtado, Sandra Maria
de Arruda. II. Pereira, Elson Manoel. III. Universidade
Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em
Geografia. IV. Título.

Daiane Bertoli

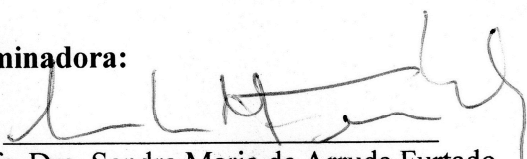
**Planejamento territorial e paisagem: entre
razões, naturalizações e desejos.**

Esta Tese foi julgada adequada para obtenção do
Título de “Doutor em Geografia”, e aprovada em sua forma
final pelo Programa de Pós-graduação em Geografia.

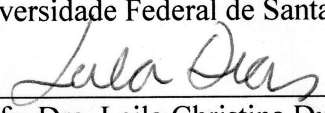
Florianópolis, 26 de março de 2013.

Profa. Dra. Ruth Emília Nogueira
Coordenadora do PPGG/UFSC

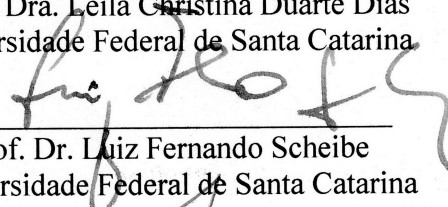
Banca Examinadora:



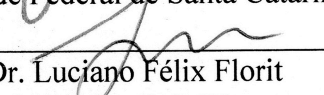
Profa. Dra. Sandra Maria de Arruda Furtado
Universidade Federal de Santa Catarina



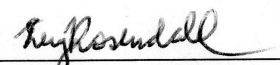
Profa. Dra. Leila Christina Duarte Dias
Universidade Federal de Santa Catarina



Prof. Dr. Luiz Fernando Scheibe
Universidade Federal de Santa Catarina



Prof. Dr. Luciano Félix Florit
Universidade Regional de Blumenau



Profa. Dra. Zeny Rosendahl
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

AGRADECIMENTOS

- A Deus pela chama da esperança e pela grandeza de tudo aquilo que estou muito distante de entender;
- À professora Sandra Maria de Arruda Furtado pela orientação desta tese e por amparar meus passos durante toda a pós-graduação. Um agradecimento especial pelo incentivo, pela compreensão e pelos importantes ensinamentos que transformaram a minha visão de mundo.
- Ao professor Elson Manoel Pereira pela coorientação do trabalho, e pelas ricas oportunidades de convívio e aprendizado ao longo desses anos, quer na condição de bolsista de assistência à graduação ou na vivência possibilitada pelo Laboratório;
- Ao REUNI pela bolsa de estudos e à CAPES pela bolsa de estágio doutoral no exterior que possibilitaram a realização desta pesquisa;
- Ao Institut d'Urbanisme de Grenoble (França) pelo acolhimento e, ao Professor Marcus Zepf por orientar esse período que se mostrou tão rico para o amadurecimento dos debates;
- Ao Teo pelo amor e companheirismo fundamentais na minha vida e pelas muitas horas duplamente roubadas, seja pela minha ausência ou pelo tempo que tomei da sua tese para discutir a minha;
- À minha família por existir e pela afeição, na forma de amparo, presente nos pequenos gestos da vida cotidiana;
- À Aidê por ter me apoiado nos tantos momentos em que o desejo de prosseguir esteve fragilizado;
- À Emília pelas palavras fraternas que me fizeram recobrar a fé quando a razão fez-se insuficiente;
- À Amélia e ao CAEB pela mão amiga;
- À professora Magaly Mendonça pelo apoio nas atividades do primeiro ano de bolsa Reuni e ao longo do doutorado;
- Ao professor Teomar Duarte da Silva pelo estímulo da iniciação científica que me fez enxergar a via da pesquisa;

- À banca de qualificação pelos importantes apontamentos realizados e, à banca de defesa pela disponibilidade e pelas preciosas contribuições vindouras;
- À Universidade Federal de Santa Catarina e ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, na figura de seus professores e funcionários;
- A todos os colegas de doutorado e do Laboratório Cidade e Sociedade pelos momentos e experiências compartilhados;
- À Tabinha, minha amiga-irmã, a quem devo tantas oportunidades de aprendizado;
- À Gi, à Jana, à Elaine e à Sandra pela amizade e sempre fraternal presença;
- E, a todos que colaboraram de maneira direta ou indireta para a realização da tese, os meus mais sinceros e profundos agradecimentos.

C'est de cela, de ce rapport chargé de sens entre le nécessaire et le possible, entre présence et représentation, que sont nés les paysages. Puissions-nous en garder la mesure humaine...

(Augustin Berque)

RESUMO

Na contemporaneidade os preceitos do planejamento territorial transformam-se evocando a falta de legitimidade da ideia de certeza científica que, em urbanismo, trará a incerteza e a dimensão da subjetividade como valor e problema chave. Um contexto que cobra um novo agir - sustentado na realidade local e no olhar dos habitantes – e que é exposto como a superação da estruturação que deu corpo ao planejamento anterior. Porém, nessa volta ao sujeito, pouco se questionou sobre o que vem a ser essa dimensão subjetiva que, na sua base, está ligada com a crise epistemológica do saber. O que esta tese sustenta é que, alimentando-se dessa aura, mas voltado para a luta contra o planejamento modernista, o urbanismo contemporâneo não se colocou diante do seu próprio problema epistêmico, que é aquele do pesquisador/planejador. Desta forma, propõe-se uma abordagem eminentemente teórica que parte na direção ascendente da discussão. Assim, recorre-se à análise do seu originário epistemológico e ontológico com o objetivo de reproblematicar a questão da subjetividade trazendo-a para a dimensão interna do sujeito, que é aquela do “eu” interpretante. Uma costura possibilitada pelo recurso à paisagem que, por definição, reporta-se ao sujeito que vê, e que conceitualmente permite trabalhar simultaneamente no quadro objetivo do planejamento e naquele subjetivo ligado à ontologia. Um debate que nesse giro que reposiciona o sujeito, possibilitou mostrar como o urbanismo traz a incerteza para atuar numa relação de causa-efeito, muito próxima da argumentação moderna. Voltando-se para fora, ele distancia-se de entender-se como pertencente à circularidade entre interpretação-ação- interpretação, problemática que propôs a inviabilidade da certeza, ou seja, da verdade como evento estável.

Palavras-chave: planejamento territorial, paisagem, urbanismo, subjetividade.

RÉSUMÉ

Les préceptes contemporains de la planification territoriale se transforment et évoquent le manque de légitimité de l'idée de certitude scientifique qui, dans l'urbanisme, apportera l'incertitude et la dimension de la subjectivité tant que valeur et problème clé. Un contexte qu'exigera une nouvelle façon d'agir – basée sur la réalité locale et sur le regard des habitants - qui sera présentée tel que le dépassement de la structuration qui a donnée forme à la planification précédente. Cependant, on n'a peu interrogé à ce sujet et sur ce qui est cette dimension subjective, qui à sa base, est liée à la crise épistémologique de la connaissance. Cette thèse soutient qu'en se nourrissant de cette aura, mais tourné vers la lutte contre la planification moderniste, l'urbanisme contemporain ne s'est pas placé devant son propre problème épistémique, celui du chercheur/aménageur. Ainsi, nous proposons une approche éminemment théorique, allant dans le sens ascendant de la discussion. Donc, nous avons recours à l'analyse de l'originare épistémologique et ontologique dans le but de re-interroger la question de la subjectivité et de l'apporter à une dimension interne du sujet, à savoir celui du « je » interprétant. Une soudure rendue possible par recours au paysage qui, par définition, se réfère à la personne qui voit et qui permet conceptuellement de travailler simultanément dans le cadre objectif de la planification et subjective lié à l'ontologie. Ce débat emprunte un parcours qui permet de repositionner le sujet et de montrer comment l'urbanisme apporte l'incertitude pour agir dans une relation de cause à effet, très proche de l'argument moderne. En se tournant vers l'extérieur, il s'éloigne de la compréhension comme appartenant à la boucle l'interprétation-action-interprétation, une problématique qui a suggérée la non-faisabilité de la certitude, c'est-à-dire la vérité en tant qu'événement stable.

Mots-clés: planification territorial, paysage, urbanisme, subjectivité.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - O ideário modernista ligado a seu apelo visual.....	41
Figura 2 – Brasília como exemplo dos ideais modernistas.....	48
Figura 3 - A tábula rasa – modernismo e desconsideração do existente, no exemplo de Le Corbusier.....	49
Figura 4 - Pruitt-Igoe: implosão tida como símbolo da "morte" do modernismo.....	53
Figura 5 - Imagens correspondentes ao termo “paisagem” no buscador “Google Imagens”. Fonte: Aplicativo Google Imagens, 2012.....	106
Figura 6 - Imagens correspondentes ao termo “paisagem urbana” no buscador “Google Imagens”. Fonte: Aplicativo Google Imagens, 2012.....	108
Figura 7 - As diferentes atribuições de sentido a um mesmo objeto.....	110
Figura 8 - Construção da percepção pela perspectiva.....	113
Figura 9 – Gênero de pintura flamenca do século séc. XV, início do XVI, considerada como o surgimento da paisagem no ocidente.....	114
Figura 10 - Jardins do Palácio de Versailles – França.....	116
Figura 11 - Linguagens que se assemelham por seus elementos, evocativos de paisagens de significação distinta: um comparativo.....	117
Figura 12 - Arte e organização do espaço na Idade Média.....	155
Figura 13 - A outra paisagem. A cenografia da imagem.....	156
Figura 14 - Arte e organização do espaço no Renascimento.....	157
Figura 15 - Arte e organização do espaço no Modernismo.....	159
Figura 16 - Arte e singularidade espacial no “pós-modernismo”....	160
Figura 17 - O real controverso. Arte e imaginário.....	161
Figura 18 – O outro olhar: Pruitt-Igoe revisitado.....	170
Figura 19 – Seul, a simbologia posta em obra na forma de “revitalização”.....	171
Figura 20 – Da exclusão ao por em cena: a outra relação estética e projetural com as “comunidades”.....	172
Figura 21 – Os “olhos da rua” personificados do projeto arquitetônico à arte cênica.....	173

Figura 22 – O traço como uma organização, um trazer à apreciação e uma (re)construção da realidade.....	177
Figura 23 – Representação de áreas edificadas e não edificadas utilizando como critério a edificação.....	178
Figura 24 - Representação de áreas edificadas e não edificadas utilizando como critério o lote.....	179
Figura 25 – Imagens de uma das obras projetadas para o PAC do Complexo de Manguinhos. De cima para baixo, três cenas: 1) imagem área sem o projeto, 2) rolagem da sobreposição da visualização do projeto 3) projeto final encaixado/ harmonizado sobre o então existente.....	181
Figura 26 - Tomadas do vídeo de apresentação do projeto da “Quarta ligação Ilha/Continente/BR-101” proposto pelo Governo do Estado.....	182
Figura 27 – Espaço público: usar enquanto apropriar-se/usar enquanto contemplar.....	190

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Frases extraídas da Carta de Atenas (1933). Do “racional”, “natural” e “normal” às “imposições”.....	44
Quadro 2 – Confrontação dos idealismos e axiomas da ação pública na modernidade e na pós-modernidade.....	68
Quadro 3 – Destaque de uma estrofe do poema chinês escrito por Xie Lingyun ao qual Berque atribui a certidão de nascimento da paisagem.....	115

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	21
2	DO MODERNISMO À DEFESA DE UM NOVO IMAGINÁRIO PLANIFICADOR: O FIM DAS CERTEZAS E A INCLUSÃO DA SUBJETIVIDADE.....	32
2.1	A MUDANÇA DO IMAGINÁRIO: EM DIREÇÃO À PREDOMINÂNCIA DE UMA NOVA IDEOLOGIA?.....	35
2.1.1	O planejamento modernista: das críticas ao modelo ao modelo crítico?.....	38
3	O FIO EPISTEMOLOGIA, ONTOLOGIA, PLANEJAMENTO E PAISAGEM.....	77
3.1	DO DESENCANTAMENTO DO MUNDO AO FIM DAS CERTEZAS: UMA CIÊNCIA QUE TRANSMUTA SUAS PERCEPÇÕES.....	79
3.2	A DA DANÇA ENTRE RACIONALIZAÇÕES, NATURALIZAÇÕES E DESEJOS.....	84
3.3	“PENSAMENTO FRACO”: O RETORNO AO ORIGINÁRIO E A LIGAÇÃO PLANEJAMENTO- PAISAGEM.....	90
4	A PAISAGEM E O SUJEITO INTERPRETANTE: A CONSTRUÇÃO DO VER ATRAVÉS DO OLHAR.....	103
5	DA PAISAGEM DA IMAGEM À IMAGEM DA PAISAGEM E VICE-VERSA.....	125
5.1	A PAISAGEM COMO INTERAÇÃO TERRA/MUNDO E A OBRA COMO POR-EM-OBRA DA VERDADE.....	142
6	DA ARTE AO PLANEJAMENTO TERRITORIAL: O OLHAR CONTEMPORÂNEO COMO OBRA E A INCERTEZA COMO EVENTO À MEIA-LUZ.....	165
	CONCLUSÃO.....	193
	REFERÊNCIAS.....	201
	APÊNDICE A - Original em francês da tabela citada na pág. 68.	220



Introdução

1



1 INTRODUÇÃO

O imaginário que sustenta o pensar e o agir voltados ao planejamento territorial, com epicentro nas questões urbanas, tem vivido a redefinição de seus preceitos. Um momento que rediscute a questão do “como fazer” e o próprio papel do urbanista diante da erosão da legitimidade dos princípios apoiados na ideia de certezas científicas.

Um contexto que segue na esteira de uma crise do conhecimento em que as bases do saber que sustentou a modernidade, e por correlação o planejamento modernista, – outrora reivindicadas como apoio de concepções “racionais” e “objetivas” advindas da descoberta e aplicação de “verdades naturais e elementares” – têm ruído frente ao apontamento da desconsideração e do peso da dimensão subjetiva na objetivação da realidade.

Essas constatações, lidas em urbanismo como uma perda de sensibilidade diante da técnica mecanizante, acalentam os debates que cobram a superação do planejamento de concepções impositivas, fortemente pautado em modelos com ares homogeneizantes e totalitários, então hegemônico por quase todo séc. XX. Um planejamento visto como o que pretendeu ser a encarnação pura da técnica e da razão e que se posicionou como prelúdio de segurança e solução social diante dos malefícios advindos da “irracionalidade”. Um pensar que desconsiderou a dimensão simbólica e social da cidade, ceifando dela a vida urbana ao não deixar espaço para a expressão do sensível.

Seguindo nessa via, o urbanismo contemporâneo – entendido neste estudo de maneira ampla e como o urbanismo que surge a partir da crise geral da modernidade – assume variados caminhos, nem todos convergentes, o que se dá como efeito da própria batalha contra a possibilidade de se encontrar outra solução universal, diga-se, que fuja da individualidade do lugar e da situação.

Todavia, essas múltiplas faces e especificidades, às vezes conflitantes, ligam-se por uma porção comum: a de apresentarem-se, em algum grau, como reacionárias ao modernismo, em especial. Um limiar que, de forma geral, caracteriza-se pela redefinição do seu norte pela defesa da emergência de outras práticas que retomem a escala humana e principalmente a dimensão do sujeito, relegadas a um plano subjogado pelo seu antecessor.

Desta maneira, a questão do subjetivo, neste caso amparada como um retorno ao sensível, aparecerá como ponto e problemática central

desse urbanismo pós-modernista, pós-tecnicista, que discutirá como trazê-la para atuar dentro dos planos e/ou projetos delimitando-os. Uma concepção que de diversas formas abrir-se-á ao olhar e à percepção dos habitantes, sobretudo nas vertentes intelectuais que veem a cidade como uma criação coletiva.

As práticas participativas, legalmente instituídas em muitos países, surgem assim como um modo de guiar ações públicas, de forma que, ao menos no campo das ideias, as intervenções sejam previamente “pactuadas” a partir de “relações de comunicação” que contemplem a todos os envolvidos, e que reflitam não um saber técnico, mas o que “as comunidades” almejam.

É no bojo desse cenário e diante do vácuo deixado pela erosão do planejamento modernista dada pela exaltação das consequências maléficas de sua aplicação que, no Brasil, os embates já amplamente difundidos no exterior, aportarão e direcionar-se-ão para a defesa de uma via própria, que vai aprofundar-se na ojeriza às ideias importadas (leia-se modelos) colocadas como raiz das dificuldades encontradas. Uma leitura que se dá em paralelo com os ideais de “justiça social” como anteparo/antídoto às relações econômicas de poder e dominação. Um conjunto de elementos que embasou as lutas pela reforma urbana que culminou, em 2001, na aprovação do Estatuto da Cidade que se fundamentou na criação de um ferramental jurídico fundado nos ideias de participação e de promoção do acesso à cidade e à vida urbana. Um quadro inédito, que tem atraído a atenção dos profissionais e pesquisadores para o estudo de seus resultados, num posicionamento em que a tomada de partido, na maior parte das vezes, se justifica como uma necessidade para reforçar a escuta da população e não deixar os planos serem “tecnocráticos”.

De maneira geral, dentro desse urbanismo que transmuta seus ideários, o sujeito – que pode estar na forma de coletivo, mas que diz respeito a essa consideração do outro, que não é o técnico – será alçado à condição de destaque por uma chamada de atenção para a superação da modernidade que traz a incerteza científica como valor. A participação será colocada também como a maneira de conduzir o planejamento a outro patamar que defende, em última instância, a inexistência de modelos. Uma posição que cobra ainda outro perfil de profissional, que agora precisa ser consciente da sua não neutralidade científica, desprovido de “*a priori*”, e sensível aos apelos da “realidade local” para poder construir com base nas diferentes percepções dos habitantes, distanciando-se da supremacia de um olhar externo, cujo ponto de observação panorâmico situava-se no alto, como era regra em

um passado próximo. Um urbanismo paradigmático, caótico, entendido como sem ideias pré-definidas, que Chalas (2004; 2008) clarificará as premissas ao descrevê-lo com um urbanismo de “pensamento fraco”, que se contrapõe a seu antecessor de “pensamento forte” e que para isso, não poderá mais “subordinar a prática a reboque da teoria”, colocando, portanto, “metodologicamente” a incerteza e o vazio como ponto de partida para a concepção dos projetos e da ação pública.

Porém, em que medida houve uma disjunção entre teoria e prática? É ela possível? Pode o urbanismo contemporâneo considerar-se não *apriorístico* se, mesmo no caso da ausência completa de modelo, delimita-se a defesa de um método?

Estas perguntas conduzem a uma possibilidade dúbia, pois a pertinência de uma assertiva só se justifica na estreiteza do limite de discussão entre modelo e contra-modelo, que com isso impede sua leitura como pertencente a uma condição generalizada que dita o tom do agir e do conhecer contemporâneo.

Ainda, a popularização de algumas defesas, que focalizam sempre a prática, embora muito pertinentes em seus contextos fechados, ao comporem o vocabulário reprisado do urbanismo, lançam uma cortina de fumaça sobre a amplitude da sua própria condição. Uma problemática que no caso do Brasil, passa inevitavelmente pela desmistificação de duas defesas chave – a de lugar (a “comunidade”), que se confunde com a de um urbanismo que não comporta mais “ideias importadas” (leia-se qualquer modelo não “participativo”).

No discurso, o produzido “fora” tem um caráter ambíguo, mas não contraditório: ora é evocado como uma evidência para afirmar que “em todo o mundo o urbanismo modernista é contestado”, ora para enfatizar como “as ideias importadas não lograram êxito e só aprofundaram desigualdades pela descon sideração das diferenças”. Essas duas afirmações são, em si, bastante válidas, porém, o que se põe é que é preciso reconduzi-las à sua medida: elas só podem ser empregadas quando devidamente referenciadas às composições formais de planejamento territorial ou negariam seu caráter constitutivo. Por fim, não são também elas provenientes das críticas nascidas primeiro nos países centrais que abrindo aos seus leitores uma perspectiva de visão e de análise conferiram a forma de ver a uma geração de intelectuais e de produções a elas vinculadas? Mesmo que as nuances tenham sido adequadas à “realidade local”, que pode ser também um “local-nacional” (o emblemático “caso do Brasil”), isso se dá naquele ponto em que o contexto encontra o terreno e não fora dele. Afinal, em que

medida as análises *in loco*, estão desprovidas de qualquer tipo de contextualização *a priori*?

E o lugar (a “comunidade”), categoria que aparece como um sensível quase representativo de pureza (embora afetado pelas condições de competição econômica), onde se separa de todo tipo de conhecimento, simultaneamente locais e extra locais, conscientes e inconscientes, revolidos para dar a forja de sua interpretação? E ainda, diante de uma subjetividade fluídica, o que é “comum” e o que significa “igual”? Podem esses conceitos ser empregados sem que sejam objetivados?

Aqui ou acolá – inclinando-se mais para um lado ou para outro, em limitadas variações de resultados diversos – uma ideia aparenta tomar uma universalidade outra: o momento que se vive é de “ruptura com um conjunto de práticas e de ideologias que marcaram as gerações precedentes. Dentre eles, há essa rejeição ao urbanismo funcionalista (...)”¹ (AVITABILE, 2004, p.28). Uma citação escolhida por seu referencial francês que pode estar *hypsos litere* em qualquer livro sobre urbanismo contemporâneo brasileiro que debata e defenda ferrenhamente o local (ou o “saber” local em toda amplitude e estreiteza que o termo comporta).

Generalizadamente, a aura do saber urbanístico parece submergir em um movimento de tensão, que segue caminho na via de emergência e urgência de um urbanismo “apofático”, como designado por Chalas. No sentido literal da expressão, apofático diz respeito àquele que se alimenta da refutação do seu saber anterior, no qual o novo se define não pelo que ele é, mas pelo que não é; muito embora, é preciso remarcar que pouco se percebe que, desta maneira, é o antecedente que dá a ele sua medida ao impor-se como seu limite.

O que se levanta aqui como um problema à concepção desse novo urbanismo, é que as questões da incerteza e da subjetividade foram trazidas como sustentáculo de uma mudança que propõe a superação da estruturação que fundamentou o agir da modernidade, mas que ficou encerrada dentro de uma crise que se confunde com a disposta sobre o pensar modernista. Um olhar que na ânsia pela individualidade da situação impede o urbanismo contemporâneo de refletir sobre si mesmo e com relação a uma conjuntura ampla que reverbera e é reverberada pelas mais diversas áreas do saber criando uma circunstância em que o

¹ (...) rupture avec un ensemble de pratiques et d'idéologies qui ont marqué les générations précédentes. Parmi celles-ci, il y a ce rejet de l'urbanisme fonctionnaliste (...).

pensar é simultaneamente produto e produtor de um modo de ver e conceber.

Como o próprio Harvey (1994, p.49) afirmou – ainda que suas análises tenham sempre convergido para as questões ligadas ao capital – “na medida em que não tenta legitimar-se pela referência ao passado, o pós-modernismo tipicamente remonta a ala do pensamento, a Nietzsche em particular”. Uma influência que Chalas possibilita ligar de maneira direta ao tomar de empréstimo a própria expressão “pensamento fraco”, cunhada por Vattimo para designar a ontologia heideggeriana, mesmo que tenha imprimido nela seus contornos. Essa afirmação conduz o urbanista para fora do seu campo e força-o a admitir sua imersão num movimento que o engloba.

Contudo, se essa “condição pós-moderna” é hoje aponta para uma denúncia dos mecanismos de desumanização dispostos na forma de codificação/decodificação de regras e leis gerais, a sua origem diz respeito a algo muito mais profundo que é o problema epistêmico do saber, que liga-se aquele do próprio pesquisador.

Assim, a problemática que essa tese traz à apreciação é que até o presente, pouco se caminhou na direção ascendente, com vistas ao aprofundamento da dimensão epistemológica para além daquilo que a própria condição empresta a si um caráter de evidência chamada como base para dar corpo às novas defesas. Parece mesmo ter havido uma disjunção entre essas duas dimensões de modo que, o enquadramento da argumentação que traz à luz a subjetividade *no* sujeito e aquele que se lança a procura da subjetividade *do* sujeito, têm se apresentado quase como duas leituras paralelas impossibilitadas de se cruzarem a não ser na medida em que a primeira empresta à segunda – mas nem sempre de modo linear –, o aroma das suas reflexões, e em alguns casos expressões nominativas.

Se o papel central do sujeito e da subjetividade é requisitado, muito pouco se questionou sobre o que vem a ser esta dimensão. A crise da ciência – que é a do conhecimento e a do sujeito que conhece – não foi trazida como confrontação direta no campo do urbanismo. Muito embora, é a ela que se deva o recurso e a origem sobre a qual o urbanismo contemporâneo toma assento para reverberar a crise da modernidade, espinha dorsal deste novo urbanismo (diga-se urbanista).

Em outras palavras, a hipótese sustentada é a de que o urbanismo contemporâneo não foi capaz do giro que o colocaria diante de seu próprio problema epistêmico. Esse retorno não idealista ao sujeito, discutido enquanto método, e numa projeção direcionada a um anti-tecnicismo, tira o foco do cerne da problemática levantada contra o

saber moderno e que diz respeito a como uma realidade interpretativa é tecida. Deste modo, o que é visto como uma transformação paradigmática contínua, fundamentalmente, a reproduzir a estruturação causal inviabilizada pela própria argumentação em que ele busca inspiração para nomear-se. Na outra ponta, re-conhecer a incerteza e cantoná-la a um elemento de flexibilização do método é trazê-la para atuar dentro do limite do conhecido.

Na atualidade, como expôs Souza (2004, p.176), três perguntas (ou uma em forma de três) tem sido chave: “*quem planeja (ou gere) o quê e como?*” Contudo, o que este estudo evoca é que, em momento algum esse novo urbanismo se colocou seriamente diante de uma questão primária e derradeira: *por que?*

Para onde quer que se olhe, a “crise da ciência” – um projeto filosófico em primeiro plano – que transpira e reverbera sobre o urbanismo e no planejamento urbano, parece ter sido absorvida apenas na medida em que pinçada pelo campo e retrabalhada por ele, ela se distancia de um eu-ciência (uma autocrítica, antes de uma crítica ao outro) e converte-se em propulsora de uma volta para fora: o planejamento modernista, os tecnocratas, os capitalistas, o Estado, a imposição, os conflitos, os agentes, os atores, a participação, o consenso, (...) e, por fim (ou por início e emaranhado a tudo isso) a ciência, mas não o processo de construção do saber, e sim um outro-ciência, um conhecimento distante, anterior, quase um réquiem a um saber proclamado desumanizante e insensível que se achava detentor de certezas, e contra o qual o novo planejador/pesquisador se posiciona.

Mas, a ideia de ruptura, o valor do novo e/ou o novo como valor, não é justamente a essência levantada na modernidade e que a sustentou, embora sob o abrigo de outra expressão, a de “progresso”, como trouxe à apreciação Vattimo (2007)? Esse posicionamento linear serve como indício de que, se os preceitos mudaram, a sua estruturação ainda é herdeira dos fundamentos que, em teoria, visa combater? Em que ponto a visão “pós-moderna” trazida ao urbanismo irá se descolar do embasamento da constituição moderna na construção de seus argumentos?

Se o fim das certezas é posto como uma afirmação que sustenta uma assimetria de poder entre a pertinência de um saber sobre o outro então, entendê-lo como evidência não é negar sua própria essência em prol da regência que conduziu o pensar anterior, agora sob outra roupagem? E, nessa corrente, a mudança de vocabulário que inquieta os urbanistas, seria apenas um “por de lado velhas palavras para imaginar as novas que vão nos conduzir a pensar que nós pensamos com novos

conceitos”² como sugere Blais (2004, p.24)? Se a condição em sentido amplo precede as análises do urbanismo modernista, então a crise atual é uma crise nos modos de percepção e “portanto uma crise cultural e social, muito mais que uma crise real” como acredita Chabason (1995, p. 268)? De fato, está-se diante de uma nova compreensão do mundo ou da convergência para um quadro ideológico e um clima moral específico, como questiona Genestier (2004, p.158)? Ainda, se o problema do real remete ao sujeito interpretante, que real é evocado para compor aquilo que justificará os novos planos/projetos? E, em que medida ele não é mais uma construção do saber do pesquisador?

É inserida neste hiato, que a presente tese propõe uma abordagem eminentemente teórica e que tem como objetivo, analisar e reproblematicar a questão da subjetividade tomando como partido o retorno ao seu originário para, com o auxílio do conceito de paisagem – ou seja, do olhar como um por em valor que remete ao sujeito interpretante – conduzi-la à primeira pessoa, numa tentativa de alargamento da problemática em voga.

No que tange à recomposição do originário mencionado, ele diz respeito ao fio que une a expressão “pensamento fraco”, utilizada por Chalas para caracterizar o urbanismo atual, à sua discussão primária. Metodologicamente partiu-se da indicação contida no artigo do autor (2008) de que o termo havia sido emprestado da obra de Gianni Vattimo (2007), “O Fim da Modernidade: niilismo e hermenêutica na cultura pós-moderna” cuja edição italiana foi escrita em 1985 e que circunda, sobremaneira, as obras de Nietzsche e Heidegger. Tendo como base este livro e, sabendo que a partir daí poder-se-ia cair em uma vastidão de informação que conduziria para além da medida imposta pela tese, optou-se então por recorrer como fonte, às obras desses dois autores que no livro de Vattimo tiveram elevado peso. Assim, chegou-se a “A Gaia Ciência” de Nietzsche (2001), e a “A origem da obra de arte” de Heidegger (2010) que por sua vez sofre influencia do pensamento nietzschiano.

A primeira obra possibilitou encontrar os principais fundamentos da doutrina de Nietzsche, apontada como a que deu origem à filosofia pós-moderna e que compõe a esvaída aurora de muitas afirmações feitas na contemporaneidade. Uma influência que por sua vez foi decisiva para a própria mudança epistemológica do conceito de paisagem, que o conduziu a uma inversão em seu ponto focal e que fez com que a

² (...) mettre au placard les vieux mots pour imaginer les nouveaux qui vont nous conduire à penser que nous pensons avec de nouveaux concepts.

paisagem deixasse de ser defendida como um objeto externo para ser contemplada como a construção do olhar do sujeito.

Já, o livro de Heidegger, de maneira ainda mais essencial possibilitou reconstruir a problemática da tese pois é nele que se discute “verdade fraca” ou “ontologia fraca”, outras expressões para designar o termo “pensamento fraco” da tradução de Chalas para o português. Um pensamento que, ao contrário da estruturação causal, salienta o *continuun* que dá suporte ao agir e que remete a uma relação entre o acontecer da verdade e a obra, principalmente a obra de arte.

O recurso à paisagem, por sua vez, dá-se numa dupla orientação, que é bastante prezada por esta tese, pois por ela é costurada a sua argumentação dorsal.

Na atualidade, a questão do olhar que repercute com várias nuances em muitos cantos, tem trazido à paisagem uma atenção revigorada, pois, por definição, ela reporta-se ao sujeito que vê.

Ao passo que o urbanismo também irá se voltar para o olhar do sujeito, ocorrerá um estreitamento de mão dupla entre estes dois arcabouços. De um lado, a paisagem será mesmo trazida como “dimensão sensível do planejamento”. Uma aproximação que, todavia, não a deixará livre de ser tomada como um objeto a ser planejado, sobretudo quando ela é vista como uma construção cultural digna de ser preservada. No outro sentido, o planejamento é que é abordado como parte essencial da discussão epistêmica da construção da paisagem e do olhar pessoal que para ela se volta. Contudo, se como objeto a paisagem ficou relegada a uma relação causa-efeito – da mesma frequência da do urbanismo – em sua dimensão subjetiva, a umbilical relação com a arte permitirá religa-la de uma maneira essencial ao acontecer da “verdade fraca” no sentido proposto por Heidegger. Uma via que possibilitará entender o poder objetivador disposto na circularidade entre as representações-ações-representações.

Mas, é importante frisar que, se existe uma aura comum que permite a esta tese refazer as ligações para sustentar sua hipótese, esta fluidez dissipa-se nos recôncavos de quatro campos diferentes: o da epistemologia, o da ontologia, o do planejamento (urbanismo) e o da paisagem, que só parcialmente são conduzidos, fora desta tese, a se tocarem objetivamente. Desse modo, a remontagem proposta exigiu a árdua tarefa de garimpagem dos elementos chave que forçou o trabalho preliminar à escrita a debruçar-se e aprofundar-se sobre quatro leituras que, fechadas em seus respectivos temas, em geral pouco se conectam de forma direta, embora em sua essência os pontos mostrem-se bastante próximos.

As discussões centrais acima detalhadas foram ainda enriquecidas com outras referências que, por vezes, provêm dos trabalhos pertencentes a outros campos do saber, mas que tiveram o papel de ajudar a reforçar e a enriquecer o debate travado.

Desta maneira, a tese foi dividida em seis capítulos. No capítulo que segue, tem-se como objetivo aprofundar a contextualização sobre os elementos que sustentam a passagem do modernismo para a defesa de um novo imaginário planificador. Deste modo, o capítulo expõe as nuances que se estruturam na visão do modernismo e a composição da sua crítica que põe em movimento um conjunto de axiomas que rebatem o pensar anterior.

No capítulo 3 tenciona-se extrapolar o campo do urbanismo sinalizando como ele reverbera a aura de um movimento maior que diz respeito a uma ciência que transmuta suas percepções. É neste capítulo também, que se reconstroem as bases dessa mencionada ligação epistemologia-ontologia-planejamento-paisagem.

A parte 4 concentra-se na paisagem e em como ela transmuta-se nessa mediação em que o que se vê é em algum grau construído pelo olhar que o interpreta. Sua origem é retrçada mostrando como a paisagem, isso que parece ser evidente, imediatamente dotado de sentido, só pôde existir por intermédio de sua invenção artística. Simultaneamente, a transmutação do seu entendimento, igualmente basculada com o eclodir da pós-modernidade, é trabalhada.

No capítulo 5 é que se analisa de maneira mais aprofundada essa influência do imaginário sobre a paisagem concreta e da paisagem concreta sobre o imaginário e, aborda-se a relação da obra como um pôr-em-obra da verdade como trouxe à luz Heidegger. Um esmiuçar dos mecanismos de construção do olhar prévio, que em retorno dá sentido ao que se vê e, por consequência, embasa a projeção de um futuro almejado.

Por fim, o capítulo 6 recompõe o elo que vai da arte ao planejamento territorial e que coloca o olhar contemporâneo como obra e como um acontecer da verdade que está em movimento. Nesse retorno, a tese volta-se para o problema epistemológico do próprio planejamento analisando como até a proclamação da incerteza não se distancia de um evento inebriado de pré-construções.

Contudo, é preciso deixar claro que, esta tese, não pode fugir ao seu próprio enquadramento do olhar, que a conduz inevitavelmente a uma condição simultânea de ampliação e redução – ampliação na medida em que um conhecer se abre, e redução no sentido em que é moldada e moldura, portanto um limiar entre lembrança e esquecimento,

exposição e encobrimento, o que a torna, como todo saber – se aceita sua constituição pós-moderna – uma pretensão de validade. Assim sendo, frisa-se: ela não contesta a importância do passo que foi dado no urbanismo, nem as lutas que sustentam suas buscas pela maior equidade, ou em favor da autonomia, que seria seu estágio último. Aqui também se acredita que tais ideários devam ser mantidos como horizonte, desde que se tome o cuidado de vivificar a memória, como Souza (2004) recordou, que o horizonte é apenas um norteador pois, sua metáfora em sentido literal significa que a cada passo que se dá na direção dele é também um passo que ele se move mais para trás. Porém, o que esta tese talvez traga, é uma pequena contribuição na ampliação da percepção da questão da subjetividade pela inclusão de uma dimensão que remete ao originário da argumentação pós-moderna, mas que parece um pouco apagada: a de que a batalha antes de ser projetada para fora é reflexo de uma luta interna da qual participam todas as nuances do sentimento humano, nela investidas.

Como um apenso, aproveita-se o espaço fornecido pela introdução para fazer uma observação de caráter geral que diz respeito aos textos escritos em outros idiomas e que foram citados no corpo desta tese. Informa-se que, por uma questão de respeito aos leitores de língua portuguesa optou-se pela realização da tradução das citações literais provenientes de fontes redigidas em outros idiomas. Contudo, decidiu-se pela apresentação dos originais em nota de rodapé, que seguem a sua aparição traduzida. Quando se trata da inclusão de tabela, devido ao seu formato, a apresentação do original encontra-se no apêndice do trabalho. Essa escolha foi tomada pelo fato da própria questão da tradução ser, em si, algo controverso, seja pelo sentido das palavras, pela possibilidade de uma ligeira transformação em seu significado, ou mesmo pela polissemia dos termos que em outro idioma fazem jus ao traduzido podendo também, no outro extremo, não preencher completamente a sua ideia. Com esse cuidado visa-se proporcionar ao leitor que domina o idioma mãe da citação o acesso à informação primária. Ainda, assinala-se que as traduções realizadas são de autoria própria o que é neste espaço pontuado para que se possa evitar a constante inclusão e repetição da expressão “tradução da autora”. Em casos excepcionais foram incluídas as notas do tradutor (N.T.) para adicionar informações ou fazer algum esclarecimento julgado válido dentro de cada contexto.



Do modernismo à defesa de um novo imaginário planejador: o fim das certezas e a inclusão da subjetividade

2 DO MODERNISMO À DEFESA DE UM NOVO IMAGINÁRIO PLANIFICADOR: O FIM DAS CERTEZAS E A INCLUSÃO DA SUBJETIVIDADE.

O futuro não é dado. Vivemos o fim das certezas. Será isto uma derrota do espírito humano? Estou convencido do contrário.
(PRIGOGINE, Ilya. O fim das certezas.)

2.1 A MUDANÇA DO IMAGINÁRIO PLANIFICADOR: EM DIREÇÃO À PREDOMINÂNCIA DE UMA NOVA IDEOLOGIA?

O ato de planejar consiste no ordenamento de um conjunto de objetivos, metas e ações com vistas à realização de uma ideia que, inevitavelmente, remete-se a um tempo futuro. Para usar a definição dada por Souza (2004, p. 46),

(...) planejar significa tentar prever a evolução de um fenômeno ou, para dizê-lo de modo menos comprometido com o pensamento convencional, *tentar simular os desdobramentos de um processo, com o objetivo de melhor precaver-se contra prováveis problemas ou, inversamente, com o fito de melhor tirar partido de prováveis benefícios.*³

Seu intento liga-se assim a uma prática, um “como fazer” ou um “fazer como”, que no caso das cidades forjou o campo de estudos conhecido como urbanismo⁴ e seu corolário o planejamento urbano por sua vez ligado ao campo do poder territorial instituído.

³ Grifos no original.

⁴ Genericamente a expressão urbanismo não é empregada apenas para indicar um campo de estudo. Ela pode referir-se a maneira de ver dos habitantes da cidade como nessa afirmação de Harvey (1980, p. 265): “A cidade como forma edificada e o urbanismo como modo de vida têm que ser considerados separadamente entre si porque eles se separam na realidade. O que foram uma vez conceitos sinônimos não são mais”. Tal assertiva aponta ainda para outra distinção importante, a de que o conceito de cidade pende para um entendimento enquanto construção

Esta umbilical preeminência que recai sobre o “fazer” pode ser sentida no apontamento de Maricato (2001, p.48) que, tendo como intuito conclamar para que a fase da análise das pesquisas possa dar um passo a mais na direção da apresentação de propostas, chama à razão o fato de que,

A maior parte dos estudos acadêmicos produzidos pelas filiais da ANPUR – Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, se referem [sic.] a pesquisas e análises críticas e raramente a trabalhos propositivos.

O planejamento, pautado, por conseguinte, em um desencadeamento das ações previstas com a finalidade de atingir o que foi almejado, tem seu ápice e seu fim no momento da concretização do objetivo. Tal qual a palavra profética, seu encanto se desfaz com a materialização ou não do que foi predito/prescrito. Ele é, portanto, uma expectativa, uma possibilidade de realidade, mas não uma possibilidade a esmo, pois resulta de uma escolha prévia, que para existir pressupõe um posicionamento perante o presente e o passado para a partir dele e sobre o visualizado gerar a projeção de um porvir desejado.

Das decisões mais corriqueiras, qual seja ela, como abrir uma rua, cortar uma árvore, construir uma ponte, a qualquer outra de maior complexidade, todas pressupõem um intervalo entre o julgamento de que é necessário fazê-lo e o ato em si. É só, e precisamente, nesse hiato que o “planejar” encontra sua existência. Uma vez feito, aquele planejar específico se estingue pois não possui mais suas razões motivacionais, o que não obsta o início de um outro pensar, que pode tomar como base justamente o fruto do planejamento anterior e com isso perpetuar um ciclo contínuo entre interpretação–ação–interpretação.

Logo, a noção a ser posta em marcha provém, em primeira mão, de um direcionamento de valores que são orquestrados a partir de um conjunto de ideias, crenças, símbolos, opiniões, saberes, que sustentam e

formal e o de urbano como uma expressão de vivência cultural diferenciada, o que será abordado mais a frente. Chama-se atenção aqui, que, de maneira a contornar esse duplo entendimento do termo urbanismo, na presente tese, será empregado primordialmente em seu sentido de estudo, campo do saber, enquanto para designar a sua outra acepção dar-se-á preferência a modo de vida urbano ou simplesmente, o urbano.

compõe um imaginário, e cujas nuances se tornam, em muitas ocasiões, objeto de defesa por parte de um ou vários grupos que com isso visam manter, fortalecer ou modificar uma ordem existente.

Com efeito, seus desdobramentos podem assumir feições distintas, menos ou mais prolongadas e até antagônicas sobre o espaço vivido e construído em que atuam. Para isso são dependentes não só do imaginário perceptivo, mas também de jogos de força e poder estabelecidos, do qual os próprios imaginários tomam parte, sobretudo quando o ideário em voga conduz a soluções impositivas.

Nas últimas décadas, um ponto de inflexão e reflexão tem se afirmado no cenário internacional (com ênfase na Europa e Estados Unidos, e posteriormente no Brasil): não é mais possível legitimar a pertinência de um modelo hegemônico e de pretensões homogeneizadoras que tutelou (e em alguns casos tutela) a conduta do planejamento territorial, sobretudo o urbano. Como resposta, uma noção se espalha: as ideias que sustentam o planejamento atual passam (ou necessitam passar) por profundas transformações e seus métodos não podem mais ser aqueles herdeiros do planejamento modernista/funcionalista – então soberano – e cujos anseios de um ideal de racionalidade impuseram à cidade a desconsideração de sua dimensão vivida. O vocabulário dos profissionais da área e, em especial dos pesquisadores (ainda que esses dois grupos nem sempre apresentem visões convergentes em sua totalidade) – antes pautado em termos essencialmente territorialistas como setorização e zoneamento – ressoa e incorpora outros léxicos: “participação”, “concertação”, “atores”, “comunidade”, “população”, “consenso”, “pacto”, etc. Nomenclaturas que, guardadas suas particularidades, são originalmente pautadas na busca (imposta normativamente ou não) de outras práticas com um novo foco: a absorção das diferentes percepções e valores atribuídos aos lugares como âncora para a concepção de planos e projetos, o que significa, por sua vez, a consideração de uma dimensão subjetiva, aquela do sujeito.

É certo que nessa passagem da crítica da dimensão físico-territorial como unilateral para a consideração da dimensão do lugar, nem todas as vertentes alinharam-se na mesma direção, nem no que diz respeito à defesa da participação e da inclusão social. Um exemplo é o chamado planejamento estratégico, que se reduziu a procura de soluções individualizadas a partir da concentração de recursos e atenção em determinados pontos do território em detrimento de outros, o que, para autores como Sartor (1999), Arantes (2002), Vainer (2002a; 2002b) e

Maricato (2002), coincide com a adoção de um subterfúgio de marketing e venda de uma imagem.

Mas todas as correntes que despontam, sejam elas divergentes ou convergentes em seus resultados e análises, guardam em sua defesa uma porção comum: algum juízo sobre a pertinência do planejamento modernista e sua inferência.

2.1.1 O planejamento modernista: das críticas ao modelo ao modelo crítico?

Com a emergência do urbanismo enquanto um campo singular do saber – ocorrida nos fins do séc. XIX e início do XX e motivada pela aura de necessidade de dar também ao construído uma racionalidade científica – uma distinção estava posta: pela primeira vez as elaborações teóricas seriam conduzidas com vistas a serem efetivamente colocadas em obra como um conjunto. A cidade tornou-se um elemento a ser estudado e construído a partir de esquemas que propunham ordenar suas funções e sanar o que era exposto como os malefícios de uma ocupação caótica, desregulada, propícia ao alastramento de doenças e que carecia de normas. Um ideário que neste momento ficou muito próximo da acepção previamente desenhada e regrada por inteiro sem guardar uma conexão com a cidade existente. Como enfatiza Choay (1965, p.30) “no lugar de ser isolado na utopia, o urbanismo vai atribuir a seus técnicos uma tarefa *prática*”⁵.

A partir do pensar especializado, uma noção, naquele momento tornou-se imperativa: a de uma concepção plenamente elaborada a ser seguida, pois até então não só o pensar estava disperso, entremeado a outras generalidades, como as intervenções pautavam-se em decisões isoladas tais quais o delineamento de traçados viários impressos sobre um tecido já implantado – a exemplo do que tinha feito o barão de Haussmann ao rasgar a Paris da segunda metade do séc. XIX. Uma intervenção que para alguns autores como Lefebvre (1991), neste caso, esteve mais vinculada a uma questão de estratégia militar que de estratégia urbana higienista, propriamente dita, como ficou vinculado.

⁵ Au lieu d'être cantonné dans l'utopie, l'urbanisme va assigner à ses techniciens une tâche *pratique*.

Um fato que precisa ser pontuado é que, apesar da ampla supremacia do planejamento modernista, também classificado como progressista por Choay (1965), ele não foi o único esquema de cidade a ser elaborado. Os modelos culturalista, contido no desenho da cidade-jardim e o naturalista com suas funções dispersas e interligadas por planos viários, tiveram, porém, uma aplicação que se manteve reduzida a casos bastante restritos. Apesar das diferenças ideológicas, nenhuma das três concepções conseguiu superar a visão de cidade como um esquema, como um objeto a ser reproduzido, daí a crítica que se faz a existência de modelos. Um fator que já em 1965 foi trazido à tona e duramente apontado por Choay:

Todavia, e este é o ponto importante, todas essas consciências pensam a cidade do futuro em termos de modelo. Em todos os casos, a cidade, ao invés de ser pensada como processo ou problema, é sempre posta como uma coisa, um objeto reproduzível. Ela desenraizou-se da temporalidade concreta e tornou-se, no sentido etimológico, utópica, quer dizer, um não lugar.⁶ (p.25)

Na presente tese, devido ao seu enfoque, o esforço contextualizador concentrar-se-á no modelo modernista⁷ por este ter assumido a hegemonia que influenciou decisivamente o conceber e o produzir a cidade ao longo do século XX, apesar dos contrapontos avolumados a partir da década de 1970. E ainda porque, se hoje as suas obras são passíveis de classificação como patrimônio histórico, seus signos ainda viajam transportados pelos mais diversos imaginários.

⁶ Néanmoins, et c'est la le point important, tous ces esprits pensent la ville de l'avenir en termes de modelé. Dans tous les cas, la ville au lieu d'être pensée comme processus ou problème, est toujours posée comme une chose, un objet reproductible. Elle est arrachée à la temporalité concrète et devient, au sens étymologique, utopique c'est-à-dire de nulle part. [utopia: "do Grego *óu* 'não' *topos* 'lugar'" (CUNHA, 2010)]

⁷ Embora tenha-se aqui optado pela concentração das análises sobre o modelo modernista não significa dizer que os outros modelos não sejam dignos de importância apesar de sua difusão ter sido bastante cantonada. Para um olhar mais abrangente recomenda-se a leitura da obra antológica de Françoise Choay: "L'urbanisme, utopies et réalités" (CHOAY, 1965).

O período compreendido de 1928 a 1956 – anos entre os quais ocorreram os Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna (CIAMs) – pode ser considerado como a época áurea desse movimento.

Em termos gerais – e já quase caricaturados pela constante divulgação científica – o modernismo em urbanismo esteve bastante próximo da expressão arquitetural o que lhe permitiu desenvolver representações e configurações de uma imagem marcante, de fácil distinção do que havia sido produzido anteriormente e que foram rapidamente associadas a um ideal de progresso. A reprodução de suas características formais pode alastrar-se sustentada por uma visão sobre seu caráter de aplicação generalizável, que poderia (e deveria) ser utilizada em qualquer parte do mundo. Uma concepção que era considerada como a personificação daquilo que a razão pura, a objetividade extrema – desprovida de toda necrose atribuída às crenças, às emoções e à precariedade das práticas arcaicas – foi capaz de atingir. Suas linhas limpas e diretas sugerem o enaltecimento da técnica e a subjugação do histórico por considerá-lo preso a todo tipo de desrazão que o materialismo, em condições mais amplas, provava poder aplacar.

De caráter ilustrativo, a figura 1 traz uma amostra já consagrada dessa simbiose: a "maison radieuse" de Le Corbusier, uma unidade habitacional que foi construída no pós-guerra, de forma idêntica em duas cidades distintas: Marseille (entre 1945 e 1952) e Rezé (de 1953 a 1955), nos arredores de Nantes, ambas na França. Seus traços arquitetônicos também são um demonstrativo de como todo projeto deveria ser orientado: desenho sem ornamentos, explorando materiais como o concreto armado, sobre pilotis para permitir a liberação do solo, em área ampla para possibilitar a insolação e a ventilação eficientes e, afastado da rua por essa ser considerada nefasta às condições de habitabilidade e fonte de insegurança.

O pensamento metódico e direto daqueles signatários desta forma de agir, acreditou chegar a um modelo ótimo de urbanização, denominado a "cidade funcional", cujos preceitos foram difundidos por Le Corbusier na "Carta de Atenas" (CORBUSIER, 1989) – surgida a partir de um manifesto urbanístico homônimo decorrente da realização IV CIAM, em 1933, – que se tornou uma obra guia e de grande repercussão mundial, como o receituário que traçou as diretrizes e fórmulas das boas práticas urbanísticas. Práticas estas colocadas como um instrumento para promover o progresso social e assegurar a ascensão à felicidade coletiva e à segurança, como expresso nestes trechos do referido documento:

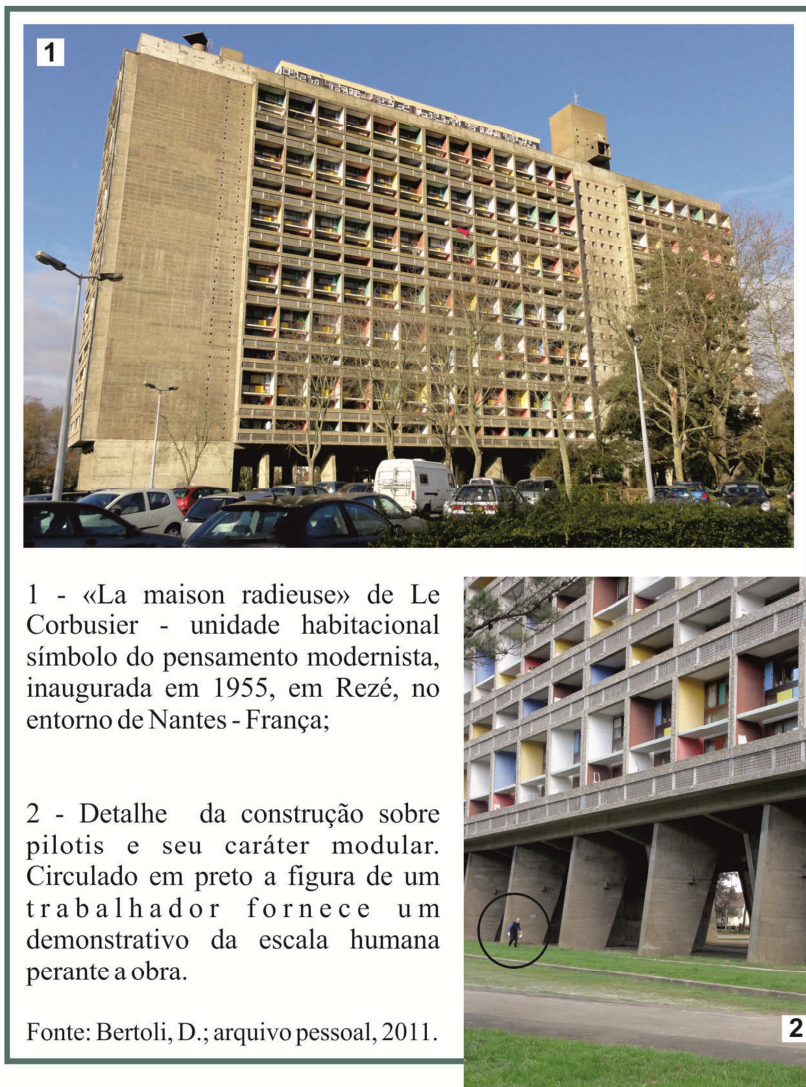


Figura 1 – O ideário modernista ligado a seu apelo visual.

O estado atual e a distribuição do domínio edificado prestam-se mal às inovações por meio das quais a infância e a juventude seriam não

somente protegidas de inúmeros perigos, mas, ainda, colocadas nas únicas condições que permitem uma formação séria, capaz de lhes assegurar, ao lado da instrução, um pleno desenvolvimento, tanto físico quanto moral. (IV CIAM, 1933, p.10)

O urbanismo é chamado para conceber as regras necessárias a assegurar aos cidadãos as condições de vida que salvaguardem não somente sua saúde física mas, também, sua saúde moral e a alegria de viver delas decorrente. (IV CIAM, 1933, p.15).

Um modelo que se mostrou fortemente convicto do poder da técnica e da ciência investida na figura do urbanista – neste caso confundido com o arquiteto – como detentor de verdades:

A cidade adquirirá o caráter de uma empresa estudada de antemão e submetida ao rigor de um planejamento geral. *Sábias previsões* terão esboçado seu futuro, descrito seu caráter, previsto a amplitude de seus desenvolvimentos e limitado, previamente, seu excesso. (...)

Para realizar essa grande tarefa *é indispensável utilizar os recursos da técnica moderna. Esta com a ajuda de seus especialistas, respaldará a arte de construir com todas as garantias da ciência e a enriquecerá com as invenções e os recursos da época.*(...)

A era do *maquinismo* introduziu técnicas novas, que são uma das causas da desordem e da confusão das cidades. É a ela, no entanto, que é preciso pedir a *solução do problema.*(...)

A arquitetura preside aos destinos da cidade. Ela ordena a estrutura da moradia, *célula* essencial do tecido urbano, cuja salubridade, alegria, harmonia são subordinadas às suas decisões. Ela reúne as moradias em unidades habitacionais, cujo êxito dependerá da *justeza de seus cálculos*. Ela reserva, de antemão, os espaços livres em meio aos quais se erguerão os volumes edificados, em

proporções harmoniosas.(...) A arquitetura é chave de tudo.⁸ (IV CIAM, 1933, p. 32-34)

Um apelo à existência de “verdades elementares” (*op. cit.* p. 37) fundamentadas sobre duas bases: aquilo que é “natural ou normal” e aquilo que é “racional” ou sua antítese a “irracionalidade”, usados como sustentáculo para a concepção do que precisa ser “imposto”. A ampla recorrência a essas expressões ao longo do documento acima citado, pode ser observada no extrato das frases que compõem o quadro 1.

Como consequência palpável, a cidade passou a ser traçada atendendo às funções: habitar, trabalhar, recrear-se (nas horas livres) e circular. Quatro parâmetros que deveriam ser rigidamente determinados, estabelecendo-se áreas separadas para cada uma das funções, o que deu origem aos esquemas de zoneamento e amparo para que o seu estabelecimento fosse regido por lei que regularia a cidade e seu desenvolvimento futuro:

A lei fixará o "estatuto do solo", dotando cada função-chave dos meios de melhor se exprimir, de se instalar nos terrenos mais favoráveis e a distâncias mais proveitosas. Ela deve prever também a proteção e a guarda das extensões que serão ocupadas um dia. Ela terá o direito de autorizar – ou de proibir –, e favorecerá todas as iniciativas adequadamente planejadas, mas velará para que elas se insiram no planejamento geral e sejam sempre subordinadas aos interesses coletivos, que constituem o bem público. (IV CIAM, 1933)

A noção da “tábula rasa”, de que uma grande tarefa estava para ser empreendida exigindo o esforço de começar do zero perante o que se considerou a desfuncionalidade de tudo que havia sido produzido, e a irracionalidade caótica instalada nas periferias insalubres, marcou ainda o que foi pontuado como uma ruptura necessária com o passado. Tal

⁸ Grifos da autora.

Quadro 1 – Frases extraídas da Carta de Atenas (1933). Do “racional”, “natural” e “normal” às “imposições”.

Carta de Atenas

Do apelo ao Natural/normal e ao Racional...

Natural/normal:

- Só se pode enfrentar um problema de urbanismo referenciando-se constantemente aos elementos constitutivos da região e, principalmente, a sua geografia, chamada a desempenhar um papel determinante nessa questão: linhas de divisão de águas, morros vizinhos desenhando um contorno natural confirmado pelas vias de circulação, naturalmente inscritas no solo.
- Se a política é de natureza essencialmente variável, seu, fruto, o sistema administrativo, possui uma estabilidade natural que lhe permite, ao longo do tempo, uma permanência maior e não autoriza modificações muito frequentes.
- Os centros de negócio, instalado nos locais privilegiados da cidade, dotados da mais completa circulação, são logo presa da especulação. Como são negócios privados, falta organização propícia para seu desenvolvimento natural.
- As grandes vias principais que estão relacionadas a todo o conjunto da região afirmarão, naturalmente, sua prioridade.
- A medida natural do homem deve servir de base a todas as escalas que estarão relacionadas à vida e às diversas funções do ser. Escala das medidas, que se aplicarão às superfícies ou às distâncias; escala das distâncias, que serão consideradas em sua relação com o ritmo natural do homem; escala dos horários, que devem ser determinados considerando-se o trajeto cotidiano do sol.
- O urbanismo tem quatro funções principais, que são: primeiramente, assegurar aos homens moradias saudáveis, isto é, locais onde o espaço, o ar puro e o sol, essas três, condições essenciais da natureza, lhe sejam largamente asseguradas; em segundo lugar, organizar os locais de trabalho, de tal modo que, ao invés de serem uma sujeição penosa, eles retomem seu caráter de atividade humana natural; em terceiro lugar, prever as instalações necessárias à boa utilização das horas livres, tornando-as benéficas e fecundas; em quarto lugar, estabelecer o contato entre essas diversas organizações mediante uma rede circulatória que assegure as trocas, respeitando as prerrogativas de cada uma.
- Elas [as misturas de velocidades] condenam os homens a passar horas cansativas em todo tipo de veículos e a perder, pouco a pouco, a prática da mais saudável e natural de todas as funções: a caminhada.
- Os subúrbios estão organizados sem plano e sem ligação normal com a cidade.

Fonte: Carta de Atenas, 1933.

Organizado por Bertoli, D.

- A ligação entre a habitação e os locais de trabalho não é mais normal: ela impõe percursos desmesurados.
- A moradia inserida desde então em pleno campo, estará completamente protegida dos ruídos e das poeiras, mantendo-se a uma proximidade que suprimirá os longos trajetos diários; ela voltará a ser um organismo familiar normal. As "condições naturais" assim reencontradas contribuirão para fazer cessar o nomadismo das populações operárias.
- Para atingir sua marcha normal, os veículos mecânicos precisam do arranque e da aceleração gradual.

Racional:

- Desse subúrbio doente, onde a função distância-tempo suscita uma difícil questão que continua sem solução, alguns procuram fazer cidades-jardins. Paraísos ilusórios, solução irracional.
- Quando surgiu a era da máquina, as cidades se desenvolveram sem controle e sem freio. A displicência é a única explicação válida para esse crescimento desmesurado e absolutamente irracional, que é uma das causas de seus males.
- Doravante todo bairro residencial deve compreender a superfície verde necessária à organização racional dos jogos e esportes das crianças, dos adolescentes e dos adultos.
- Enfim, são previstos equipamentos precisos: meios de transporte que demandem uma organização racional; locais para alojamento, hotéis, albergues ou acampamentos e, enfim, não menos importante, um abastecimento de água potável e víveres, que deverá ser cuidadosamente assegurado em toda parte.
- Os locais de trabalho não estão mais dispostos racionalmente no complexo urbano: indústria, artesanato, negócios, administração, comércio. [crítica à cidade do séc. XIX]
- Diante das velocidades mecânicas, a malha das ruas apresenta-se irracional, faltando precisão, flexibilidade, diversidade e adequação.
- A reforma do zoneamento, harmonizando as funções-chave da cidade, criará entre elas vínculos naturais para cujo fortalecimento será prevista uma rede racional de grandes artérias.
- O verdadeiro rendimento será o fruto de uma racionalização e de uma normatização (aplicada com flexibilidade tanto nos projetos arquitetônicos como nos métodos industriais de execução).

continua →

...às posições impositivas

- Não basta, porém, formular um diagnóstico e nem sequer encontrar uma solução; é preciso, ainda, que ela seja imposta pelas autoridades responsáveis.
- Densidades razoáveis devem ser impostas, de acordo com as formas de habitação postas pela própria natureza do terreno.
- Mas serão também levadas em consideração as ruas de passeio, nas quais, sendo rigorosamente imposta uma velocidade reduzida a todos os tipos de veículos, sua mistura com os pedestres não oferecerá mais inconvenientes.
- As horas de liberdade cotidiana devem ser passadas nas proximidades da moradia.
- Os quarteirões insalubres devem ser demolidos e substituídos por superfícies verdes: os bairros limítrofes serão saneados.
- O emprego de estilos do passado, sob pretextos estéticos, nas construções novas erigidas nas zonas históricas, têm conseqüências nefastas. A manutenção de tais usos ou a introdução de tais iniciativas não serão toleradas de forma alguma.
- As novas superfícies verdes devem servir a objetivos claramente definidos: acolher jardins de infância, escolas, centros juvenis ou todas as construções de uso comunitário ligadas intimamente à habitação.
- As horas livres semanais devem transcorrer em locais adequadamente preparados: parques, florestas, áreas de esporte, estádios, praias, etc...
- As indústrias devem ser transferidas para locais de passagem das matérias-primas, ao longo das grandes vias fluviais, terrestres ou férreas.
- Os setores industriais devem ser independentes dos setores habitacionais e separados uns dos outros por uma zona de vegetação
- Devem ser feitas análises úteis, com base em estatísticas rigorosas do conjunto da circulação na cidade e sua região, trabalho que revelará os leitos de circulação e a qualidade de seus tráficos.
- A cidade e sua região devem ser munidas de uma rede exatamente proporcional aos usos e aos fins, e que constituirá a técnica moderna da circulação.
- As relações entre os diversos locais que lhes são destinados devem ser recalculadas de maneira a determinar uma justa proporção entre volumes edificados e espaços livres.
- A determinação dos setores habitacionais deve ser ditada por razões de higiene.
- Um número mínimo de horas de insolação deve ser fixado para cada moradia.

pensamento inspirou múltiplas experiências urbanísticas em diversas partes do mundo, que foram empregadas sobretudo no traçado de cidades e bairros novos, como é o caso de muitos subúrbios americanos e europeus formados por unidades habitacionais desconectadas da cidade tradicional.

Apesar de o modelo ter assumido certa variação – em função dos seus executores e dos paradigmas privilegiados – de todas as experiências urbanísticas pautadas na Carta de Atenas, aquela considerada como o caso mais emblemático e melhor acabado dentre todos é o da construção da nova capital brasileira, Brasília, cujo projeto vencedor, elaborado por Lúcio Costa, tornou-se símbolo e veio aliar-se à imagem da fase progressista vivida pelo país na década de 1960. Na figura 2, alguns elementos dessa ideologia são ressaltados no “gesto da posse”, descrito nas explanações de Costa (1957) que compõe a justificativa apresentada ao júri para a ideia de cidade a ser implantada no coração do país, num local onde a vegetação – e não a ocupação humana – reinava soberana. Os croquis, abordados na figura 2 como um pequeno extrato, põem em saliência outro elemento: o privilégio da visão aérea, territorial, e as perspectivas que quando expressas fogem da escala de visão do transeunte.

Essa face desconexa do existente – que se convencionou chamar de utopia modernista – esteve, porém, longe de ser pensada apenas como um privilégio das áreas desocupadas, tal qual o caso do cerrado que cedeu espaço à Brasília. Na figura 3, os dois croquis elaborados em 1929 por Le Corbusier, o maior nome e divulgador do urbanismo modernista, revelam como deveriam ser, para o autor, concebidos os planos modernos para as cidades de Montevidéu – capital Uruguiaia – e São Paulo, ambos semelhantes e desenhados com completa desconsideração da malha já consolidada bem como, sem levar em conta as particularidades inerentes a modos de vida culturalmente diferenciados. Nos dois esboços de Le Corbusier, pode-se atentar para o privilégio do panorama em sobrevoo diretamente indicado pelo desenho de aviões que permeiam as cenas.

O sucesso alcançado nos meios acadêmicos e fora dele pelas ideias de espacialização modernistas, que conferiram uma “aparência plástica” à cidade e alçaram o urbanista à condição de “detentor da verdade” é creditada por Choay (1965) ao espalhamento de um ideário através da “literatura de vulgarização científica”. Uma aparência de lógica racional que no campo do urbanismo foi pioneiramente

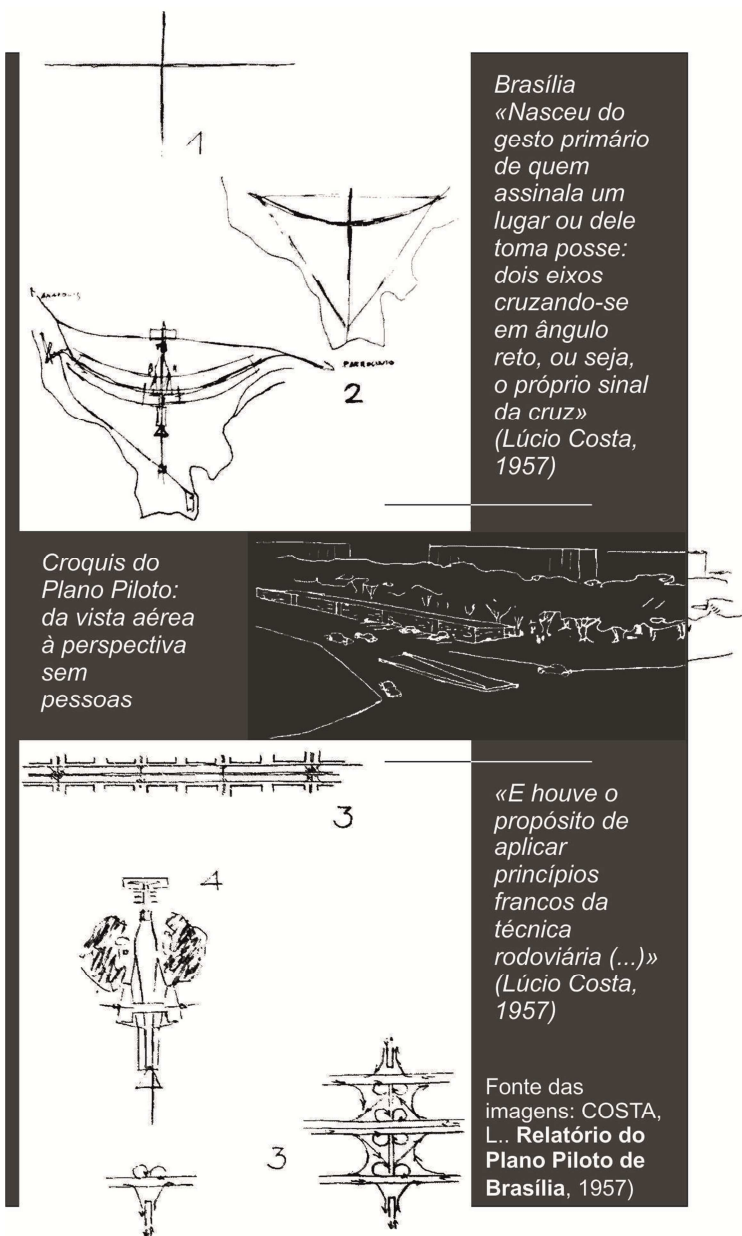
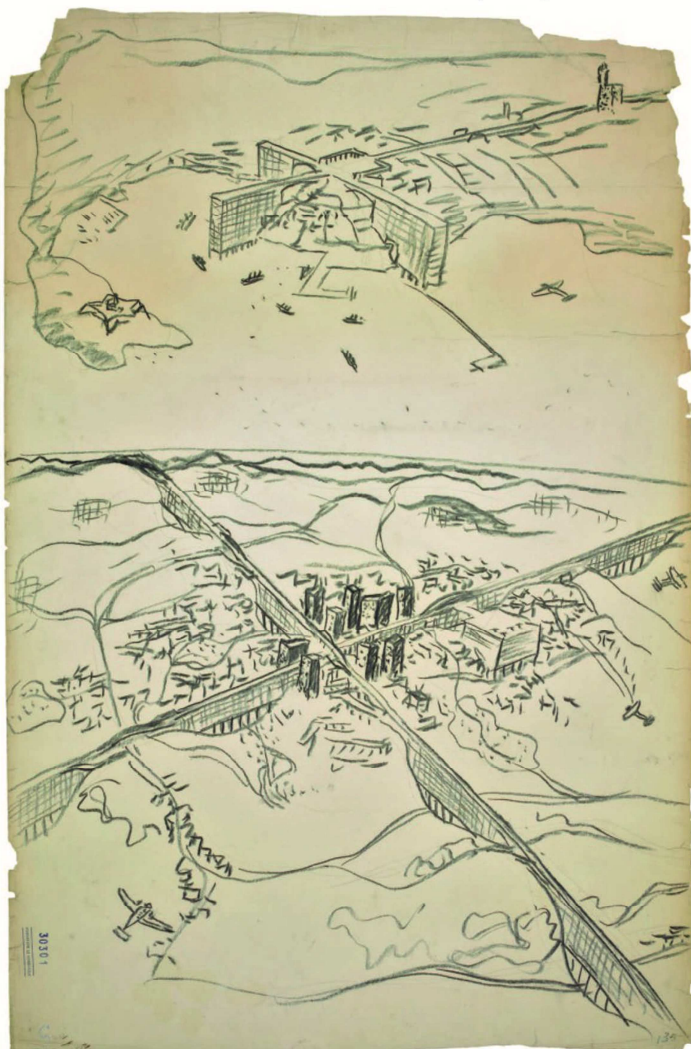


Figura 2 – Brasília como exemplo dos ideais modernistas.

A utopia modernista - Planos de Le Corbusier para as cidades de Montevidéu e São Paulo (1929).



Fonte: acervo Fondation Le Corbusier, in «Exposição 'Le Corbusier – América do Sul – 1929' / São Paulo – SP
(http://www.archdaily.com.br/66735/exposicao-le-corbusier-america-do-sul-1929-sao-paulo-sp/lecorbusier_1/)

Figura 3 – A tábula rasa – modernismo e desconsideração do existente, no exemplo de Le Corbusier.

questionada pela autora (*op. cit.*, p. 76) ao afirmar que, “em matéria de ordenamento urbano a ciência do real é somente uma balastrada do imaginário; ela não constitui um elemento capaz de eliminar o arbitrário.”⁹.

A materialização do humano, reduzido a funções, e o desprezo da dimensão psíquica pelos planejadores urbanos é igualmente trazida a um outro patamar perceptivo por Choay (1965, p. 41) que aproveita a afirmação de André Gutten de que o urbanista se assemelha a um pai, para em meados do séc. XX, lançar mão da figura freudiana do “pai castrador”, ao apontar as inconsistências do sustentáculo modernista:

E, de fato, o indivíduo humano, uma vez definido em termos de desenvolvimento físico, de funcionamento, de produtividade, de necessidades-tipo universais, que lugar é deixado ao campo infinito e indeterminado dos valores a criar e aos desejos possíveis? Mesmo a unidade última do sistema, o apartamento da família (reprodutiva), não escapa da coação; no jargão dos especialistas, ele tem o nome expressivo de célula. Assim a nova cidade torna-se, ao mesmo tempo que um lugar da reprodução mais eficaz, uma espécie de centro de criação humana, em cujo horizonte se perfila, ameaçadora, a imagem analítica do pai castrador dos seus filhos. (...) Segundo o caso, o urbanista pai se assimilará a um demiurgo-artista ou se desejará a encarnação da tecnologia.¹⁰

⁹ En matière d'aménagement urbain, la science du réel n'est qu'un garde-fou de l'imaginaire ; elle ne constitue pas un fondement qui permette d'éliminer l'arbitraire.

¹⁰ Et, en fait, l'individu humain une fois défini en termes de développement physique, de fonctionnement, de productivité, de besoins-types universels, quelle place est laissée au champ infini et indéterminé des valeurs à créer et des désirs possibles ? Même l'unité ultime du système, l'appartement de la famille (reproductrice), n'échappe pas à la contrainte ; dans le jargon des spécialistes, il porte le nom expressif de cellule. Ainsi la nouvelle ville devient, en même temps que le lieu de la production la plus efficace, une sorte de centre d'élevage humain, à l'horizon duquel se profile, menaçante, l'image analytique du père castrateur de ses enfants. (...) Selon les cas, l'urbaniste père s'assimilera à un demiurge-artiste ou se voudra l'incarnation de la technologie.

Outros marcos espaciais do urbanismo modernista como a disjunção entre a habitação e a rua e a formulação de que as vias deveriam ser planejadas segundo uma hierarquia que favorizasse o fluxo mecânico e os separasse do fluxo de pedestre, preconizou, de certa forma, o que hoje é visto como a “morte” da rua tradicional, aquela ladeada por construções que se separam do leito carroçável pelo passeio. Um prelúdio às concepções rodoviaristas que ajudaram a impelir e foram impelidas pelo crescimento da indústria automotiva voltada ao transporte individual e promoveram rupturas nos espaços circunvizinhos. Uma necessidade de deslocamentos crescente, também dependente da monofuncionalidade espacial que afastou o morar do trabalhar e que imprimiu a essas áreas seu funcionamento intenso em um período do dia e a ociosidade em outro. Aspectos racionalistas que, entre outros, Jane Jacobs, no princípio dos anos sessenta, nos Estados Unidos, soube pontuar em seu livro *“The Death and Life of Great American Cities”*¹¹, que se tornou um marco da literatura urbanística ao trazer um misto de narrativas e análises que enfatizaram como as intervenções modernistas não foram capazes de instaurar a segurança preconizada e converteram-se em seu oposto: em fonte de insegurança e perda de vitalidade que minou o convívio de bairro em suas inter-relações.

No decorrer do tempo, também as experiências dos grandes conjuntos habitacionais, disseminada principalmente nos países do Norte como meio de resolver a questão da habitação, mostraram-se rapidamente submetida à decadência o que os deixou expostos a processos de degradação que os tornaram emblema de pobreza, violência e segregação espacial, uma marca impressa na problemática dos conjuntos ainda existentes.

E, foi justamente através dos grandes conjuntos habitacionais – considerados o emblema e o fracasso do pensamento modernista – que simbolicamente ocorre a pretensa quebra com o pensar modernista – ao menos no que diz respeito a suas marcas práticas. Uma ruptura que sai do sentido literário para ser sumariamente executada na implosão das obras modernistas como insígnia. A arquitetura moderna (ou antes o planejamento modernista, o que seria uma designação mais propícia) tem data e hora para acabar: a implosão, em 1972, do conjunto

¹¹ O livro foi traduzido no Brasil apenas em 2000 sob o título de “Morte e vida nas grandes cidades” (JACOBS, 2000), omitindo-se em sua designação o referencial americano. Atualmente a obra, que encontrou também aqui uma elevada reverberação, está em sua terceira edição.

habitacional Pruitt-Igoe situado em Saint Louis,¹² nos Estados Unidos (figura 4). É com o eco dessa expressão, de autoria do arquiteto Charles Jenks, que aparece citada por Harvey em seu livro “Condição pós-moderna” (HARVEY, 1994, p.45), que se assinala o ponto de inflexão do modelo arquitetônico/urbanístico até então hegemônico que se afinava com os ideais erguidos na chamada “era da razão”, apoiados na busca e aplicação de uma “verdade natural” inconteste.

Se este pode ser definido o marco físico, há de se considerar que atingi-lo pressupõe uma mudança de concepção que se antepõe ao ato de acionar o dispositivo de destruição. A dinamite, por seu impacto, ali só desempenha o veículo que torna visível a irrupção materializada de uma outra perspectiva, que na intensidade da ação traz implícita uma negação à pertinência da anterior.

Ao volume dessas críticas já em marcha contra os propósitos do modernismo – que já transitavam embora só tenham aportado no Brasil no final do séc. XX – veio juntar-se uma nova corrente que despontou no começo dos anos setenta – deflagrada mais precisamente entre 1968 e 1973 – com a emergência de três autores de esquerda no cenário mundial: o filósofo Henry Lefebvre, na França, o sociólogo Manuel Castells, de origem espanhola, mas com difusão na França e o geógrafo britânico David Harvey com publicação nos Estados Unidos, que marcaram, como classifica Souza (2004, p.25), “o início de uma poderosa influência do pensamento marxista no vasto campo de estudos urbanos”. Suas obras – em especial “O direito à cidade” de Lefebvre (1968), transcrita para o português em 1991 (LEFEBVRE, 1991), “A questão urbana” de Castells (1972), publicado no Brasil em 1983 (CASTELLS, 1983), a “Justiça social e a cidade” (1973) de Harvey, traduzida em 1980 (HARVEY, 1980), e, posteriormente, “Condição pós-moderna” (1972) que entrou no mercado editorial nacional em 1992 (HARVEY, 1994) – encontraram (encontram) entre

¹² A destruição dos grandes conjuntos habitacionais (*les grands ensembles*), em geral associados a uma imagem malsã e de segregação tem sido hoje - ao menos no que diz respeito ao contexto europeu – fonte de indagações em que se destacam alguns argumentos: a necessidade de preservação como um patrimônio, ou seja, como uma marca-símbolo de uma cultura urbanística passada; a afetação dos laços que se estabelecem entre os habitantes e entre estes e o local; e, o quesito econômico ligado ao capital público investido. Porém, como lembram Linossier *et all* (2004), a questão permanece controversa pois não há um consenso nem entre os profissionais, nem entre a sociedade civil no que diz respeito à visão desses espaços.

O conjunto habitacional Pruitt-Igoe (Saint Louis, EUA) símbolo de ascensão e queda do pensamento modernista, em três momentos:

1) na década de 1960;



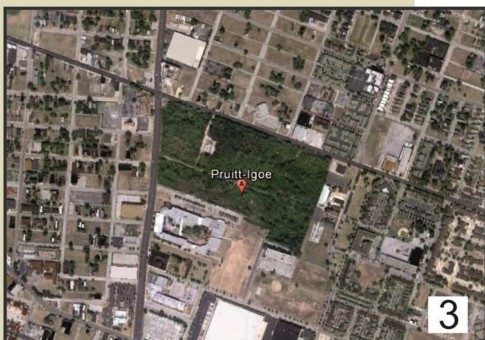
Fonte: www.pruittigoenow.org/the-unmentioned-modern-landscape-2/

2) no instante de sua implosão em 1972;



Fonte: <http://www.magicalurbanism.com/archives/2868>

3) na imagem aérea atual, como um espaço-cicatriz coberto por vegetação.



Fonte: google earth

Figura 4 – Pruitt-Igoe: implosão tida como símbolo da "morte" do modernismo.

os intelectuais brasileiros uma grande repercussão¹³ que se mostrou decisiva na gestação e defesa de um outro urbanismo e na formação do Movimento de Reforma Urbana (MRU) que cobrava a regulamentação dos artigos 182 e 183 da Constituição Federal de 1988 referentes às diretrizes gerais da política urbana e que culminou em 2001, na aprovação da Lei 10.257/01 autodenominada Estatuto da Cidade¹⁴

¹³ Para se ter uma aproximação da influência destes autores no pensamento brasileiro, basta observar que, de suas obras mais difundidas por aqui, o “O direito à cidade” está em sua 5ª edição (2001), “A questão urbana” atingiu sua 4ª edição (2009) e “Condição pós-moderna” em 2009 emplacou sua 18ª edição.

¹⁴ O recurso a estes autores como pontos de inflexão na contextualização dos estudos sobre o tema deve-se ao peso que tiveram não só fora país, mas, sobretudo por influenciarem diretamente as bandeiras levantadas atualmente no Brasil da qual o “direito à cidade” é uma das mais emblemáticas. Seu realce em detrimento a outros autores provém do fato de ter-se encontrado com certa frequência sua menção nas obras que contemporaneamente são de grande aceitação e repercussão na discussão do planejamento urbano no Brasil (tais como Maricato e Souza) e mesmo nas disciplinas voltadas ao seu ensino, sejam elas utilizadas como indicadas de contexto de formação de um segmento - a esquerda em planejamento - ou como corroboração no que se queira sustentar. Porém, é digno de saliência que a contextualização até aqui apresentada é objetivamente orientada procurando não fugir da visão que tem sido corriqueiramente evocada ainda que obviamente há uma moldura deste panorama com fins de introduzir a problemática focal de que tratará a seguir esta tese: a reproblemática inerente à incorporação da subjetividade. E, é preciso por em destaque, que uma certa ênfase na discussão de (ou contra) modelos pelo meio acadêmico, que se dissemina mais do que qualquer outro conceito de entrada analítica é de certa forma compreensível neste momento da história recente do país que teve na aprovação do Estatuto da Cidade um marco. Como ato jurídico - mas não separado dos ideários de reforma urbana - a Lei tem por meta fixar novos padrões de exigências urbanísticas para os planos diretores municipais, logo, um apelo mais que explícito à aplicação prática que se deu num lapso temporal em que os símbolos, sobretudo do planejamento modernista/funcionalista, com toda sua carga agregada, ainda mantinham-se (em certos casos mantem-se) muito fortes em determinados círculos atuantes (tanto na academia, ou entre seus egressos, quanto nos setores a serviço estatal).

Quer-se também, com esse parêntese, lembrar que, os geógrafos brasileiros - em especial Milton Santos que contemporaneamente aos autores internacionais citados manteve-se atento ao fenômeno de urbanização - tiveram um grande e pioneiro mérito ao correlacionar as desigualdades urbanas aos processos capitalistas, sobretudo em seus malefícios atrelados à pauperização urbana aprofundada nos países subdesenvolvidos pela subordinação à economia dos países centrais. Alguns dos estudos de Santos foram publicados no país antes mesmo das traduções dos referidos autores, que chegaram com pelo menos uma década de defasagem. Pode-se dizer que além de toda a importância e significado que suas obras singularmente têm na formação do pensar brasileiro, estas serviram ainda de forma complementar e de preparação do terreno para que o pensamento então “revolucionário” tivesse maior repercussão e aceitação entre os intelectuais do país. No Brasil, coube aos geógrafos - com sua visão menos focada em um único ponto e às suas categorias de análise - antes que aos urbanistas - ainda inebriados com a construção de Brasília - apontar para as disparidades nos processos de formação do espaço, que é, com efeito, muito mais abrangente que a questão dos modelos urbanísticos. Por esse motivo, quer-se aqui trazer à memória este balizamento, ainda que se tenha consciência de que é uma lembrança insuficiente perto do trabalho que ajudaram a fundir. Este papel de remontagem de um pioneirismo histórico tem sido, em alguns casos, ofuscado pelo

Esses três autores, igualmente citados por Gandy (2004) como o epicentro das transformações profundas dos estudos urbanos, trazem aos holofotes dois pontos centrais comuns em suas teses: o primeiro deles é que a problemática urbana tem como base o processo de industrialização, logo, está fusionada à dinâmica de acumulação de capital que se fundamenta em estratégias de classes para a qual se levanta uma questão política; o segundo ponto é a distinção, embora não a disjunção, entre a cidade – composição física, formal, arquitetural – e o urbano, a realidade social, as relações que a animam e que se desenrolam sobre ela. Dois conceitos, que, como alertou Castells (1983, p. X), quando tratados sem nenhum tipo de precisão conduzem ao equívoco da aceitação da “transposição direta entre formas espaciais e processos sociais”. Uma alusão aos urbanistas modernistas que ao praticarem essa confusão, levando-a a cabo, conduziram urbano e cidade ao extremo da forma, que fragmentou o espaço de acordo com seus preceitos. Uma situação agravada pelo fato do próprio solo ser mercadoria o que despojava os habitantes da cidade, segundo Lefebvre, do direito à vida urbana, em todas as suas latitudes: da existente à possível. De um lado a periferação como alternativa às camadas mais pobres a excluía do acesso aos serviços e à vida das centralidades com tudo que isso representa e de outro, com o planejamento modernista os espaços, mesmo da cidade tradicional, tendiam à monofuncionalidade, o que se agravou com a implantação dos grandes conjuntos habitacionais. Assim, o que para o autor caracteriza a vida urbana – os “encontros, confrontos das diferenças, conhecimentos e reconhecimentos recíprocos (inclusive no confronto ideológico e político) dos modos de viver, dos ‘padrões’ que coexistem na Cidade” (*op. cit.* p.15) – foi jubjugado por um racionalismo que pretendia solenizar as relações sociais “sãs”, e que promoveu a redução do “*habitat*” ao “*habitar*”.

Um encorramento fornecido pelo que Lefebvre (1991, p. 24) chama de um “urbanismo tecnocrático e sistematizado, com seus mitos e sua ideologia (a saber, o primado da técnica)” que, empossado como norte adotado pelos administradores públicos,

peneiramento grosso, ao que parece, objetivamente investido na batalha da adoção de um modelo mais justo (lê-se o que foi possível forjar como o representativo de mais adequado), ou pelo não modelo, conforme o caso, que tem dominado a cena. Neste ponto, sabe-se que, vítima de um duplo enquadramento que se miscigena - o do campo e o do olhar - esta tese, nessa especificidade, também não é digna de redenção por acrescentar esta nota.

não hesitaria em arrasar o que resta da Cidade para dar lugar aos carros, as comunicações, as informações ascendentes e descendentes. Os modelos elaborados só podem entrar para a prática apagando da existência social as próprias ruínas daquilo que foi a Cidade. (*op. cit.*, p. 24)

Ainda na mesma obra, Lefebvre (1991, p. 23) acentua que,

O racionalismo vai instaurar ou restaurar a coerência na realidade caótica que ele observa e que se oferece à sua ação. Este racionalista corre o risco de não perceber que a coerência é uma forma, portanto mais um meio do que um fim, e que vai sistematizar a *lógica do habitat* subjacente à desordem aparente, que ele vai tomar por ponto de partida de suas demarches [sic.] coerentes na direção da coerência do real.¹⁵

Uma posição endossada por Castells (1983), para quem, o que era apresentado como caos irracional, constituía o indicativo da existência e predomínio de outra racionalidade, não enxergada pelos modernistas. “A ‘desordem urbana’ não existe de fato”, escreve Castells (1983, p.23),

Ela representa a organização espacial proveniente do mercado, e que decorre da ausência de controle social da atividade industrial. O racionalismo técnico e a primazia do lucro resultam, por um lado, na anulação de toda diferença essencial entre as cidades na fusão dos tipos culturais nas características globais da civilização industrial capitalista; e por outro lado, no desenvolvimento funcional e na divisão do trabalho no espaço, com uma hierarquia entre os diferentes aglomerados e

¹⁵ Grifo no original.

um processo de crescimento cumulativo, deriva do jogo das economias externas. (*op. cit.*, p.23).

Nessas circunstâncias, o próprio “humanismo modernista”, firmado num “interesse coletivo” com ares totalitários, que garantiriam a “cada indivíduo acesso às alegrias fundamentais: o bem-estar do lar, a beleza da cidade” (IV CIAM, 1933, p. 35), é colocado, no mínimo, como um ato de ingenuidade por parte desses “*homens de boa vontade*”, como os classifica Lefebvre (1991, p. 23). Ao reduzirem as mazelas urbanas ao que apontaram como falta de racionalidade, os conceptores e defensores desta ideia puderam se posicionar ao “mesmo tempo como médicos da sociedade e criadores de novas relações sociais” (*op. cit.* p.23). De um lado, ignorou-se as forças do mercado que acabou por converter mesmo o urbanismo em mercadoria. Como disse Lefebvre (1991, p. 25), nas mãos dos promotores de venda, “com ou sem ideologia, o urbanismo torna-se valor de troca.”. E, de outro, como expõe o autor (*op. cit.*, p.109), um “conjunto de sigificações” foi “dogmatizado”, porém “não a partir das significações percebidas e vividas por aqueles que habitam, mas a partir do fato de habitar, por eles interpretado”.

Um esforço contra a supremacia de uma corrente de pensamento que Castells (1983) direciona também no sentido de mostrar que a problemática urbana está longe de ser o fruto de uma natureza fatídica, como delineado pelos modernistas, e que advém de um fato social, que tem na naturalização de suas relações uma finalidade não declarada, como fica legível nessas passagens extraídas do autor:

A “cidade”, nos discursos dos tecnocratas, substitui a explicação pela evidência, das transformações culturais que não chegamos a (ou que não podemos) compreender e controlar. (...) A sociedade concebida como uma unidade e esta evoluindo através da transformação de valores que a fundamentam, tratava-se apenas de encontrar uma causa quase natural (a técnica + a cidade) para esta evolução, para instalar-se na pura gestão de uma sociedade sem classes (ou naturalmente e necessariamente dividida em classes, o que dá no mesmo) e as voltas com os altos e baixos que lhe

impõe seu ritmo interno de desenvolvimento. (p.98)

A integração ideológica da classe operária na ideologia dominante caminha junto com a separação vivida entre atividade de trabalho, atividade de residência e atividade de “lazer”, separação que está na base do *zoning* funcional da metrópole. A valorização da família nuclear, a importância dos *mass media* e o domínio da ideologia individualista agem no sentido de uma atomização das relações e de uma segmentação dos interesses em função de estratégias particulares, o que, ao nível de espaço, traduz-se pela dispersão das residências individualizadas, seja no isolamento do barraco ou na solidão dos grandes conjuntos. (p. 33)

Uma condição de conflitos sociais abafados em seu conjunto, que Harvey (1980), centrado nas relações de capital, convincentemente soube esmiuçar deixando à mostra seus pormenores ao voltar à atenção “sobre os mecanismos que tendem a redistribuir a renda numa população urbana” (p.40). Os quais foram ainda objetivamente movimentados pelo autor para conclamar para um caráter revolucionário a ser atingido pela revelação dessas engrenagens implícitas dada a sua importância para a sustentação de uma nova teoria urbana. Teoria com vistas a outras práticas, que segue os mesmos preceitos que Lefebvre soube fazer ver: “a cidade e o urbano não podem ser compreendidos sem as *instituições* oriundas das relações de classe e propriedade” (1991, p.53).

Os problemas são “*na* cidade mais do que *da* cidade” declara Harvey (1980, p.262), por conseguinte, completa o autor (p.262), “o urbanismo deve ser considerado como uma série de relações sociais que refletem as relações estabelecidas por toda a sociedade como um todo”.

À cidade, e ao urbano, volta-se uma nova fase interpretativa que prima pela superação da ideia de que haja um comportamento universal que possa ser atingido ou induzido por uma forma pré-determinada. E, que irá reposicionar esses dois conceitos como inseridos num ponto de interação e intersecção estrutural entre forças externas que os ultrapassam (a sociedade histórica, em seu conjunto e a “ordem distante” regida por grandes instituições que tentam moldá-las) e forças que se desenvolvem a partir do que Lefebvre, chamou de “ordem

próxima”, composta pelas relações sociais locais entre indivíduos e grupos, pela imediateza da vizinhança, das características culturais e sensíveis, que são ao mesmo tempo únicas e determinadas. A cidade torna-se assim, como diz Lefebvre (1991, p.46), obra dessa mediação e “*mediação entre as mediações*”, “a ser associada mais como obra de arte do que com o simples produto material”.

Mas, ressalva seja feita, se Lefebvre, foi o que apresentou maior capacidade de conferir aos estudos uma abrangência de cunho filosófico, trazendo um apelo mais abstrato à consideração da sensibilidade – que o levou à indicação de que “as relações sociais são atingidas a partir do sensível” (*op. cit.* p. 48) – em linhas gerais, o acesso para compreensão dessa via – ou antes, o que aqui se reduziu ao indicativo de sua existência e da sua necessidade de escuta – não se afastou, até esse momento – para além da crítica ao modernismo e da ênfase às relações de capital. Desses autores, a nuance mais vistosa (talvez a que foi mais apropriada) ficou por conta desta interessante via emergente focada no capital que apenas começava ser explorada e em que o urbanismo complexificou-se em sistemas. Para citar Castells (1983, p.322), “*o campo das práticas urbanas é um sistema de combinações entre determinadas combinações de elementos estruturais.*”¹⁶

Muito embora fuja a uma referência literal, talvez não se mostre demasiado distante colocar o deslocamento do que representou o “velho” foco do “humanismo dos modernistas” para a notoriedade do sinalizador de “jutiça social”. Caro aos seus signatários, ele teve, posteriormente, como uma de suas entradas desdobradas, o desenvolvimento de mecanismos que – como não poderia deixar de ser – tentam atingir, ainda que algumas vezes de forma acumpuntural, as relações de capital que concorrem para a formação do tecido urbano. Um exemplo próximo desta aplicação é a criação dos instrumentos urbanísticos voltados – em princípio – ao combate da especulação imobiliária e que compõe um dos principais pilares do Estatuto da Cidade.

Deste apanhado, quicá a citação que melhor retenha a aura sob a qual os ideários trazidos ao urbanismo contemporâneo serão – ao menos no Brasil – continuamente reprisados, é a das palavras empregadas no “Prefácio à edição brasileira”, da primeira edição de “A questão urbana” (CASTELLS, 1983, p.III) aqui publicada, que procura situar o livro como,

¹⁶ Grifos no original

um momento de ruptura intelectual com as categorias inúteis do funcionalismo urbano e da planificação tecnocrática. Mas este momento deve ser seguido pela produção de novos instrumentos intelectuais e de novas políticas urbanas. E esses novos instrumentos não podem tomar a forma de uma nova teoria geral codificada, aplicável a todas as situações. O que fazemos, e o que faz este livro, é transmitir uma experiência intelectual, técnica e política. Essa experiência deve ser fundida com a própria experiência de cada sociedade e de cada cidade. Com base nessas experiências, quer dizer, das vontades políticas e das capacidades técnicas dos novos atores sociais, que surgirão as análises e os instrumentos de gestão adequados às necessidades das cidades brasileiras. Porque o que realmente permanece válido nas teses propostas por este livro é a unidade indissolúvel e criadora entre teoria e prática.¹⁷

É dentro desta delimitação, e a partir dela, que se erguerá no Brasil um “levante intelectual”, que – ao menos em tese – posiciona-se contra toda pretensão de importação de ideias, colocada por Maricato (2002), como um dos entraves que esteve presente desde os primórdios da instituição do planejamento no Brasil, primeiro voltado ao “embelezamento à moda europeia”, para em seguida tender à “reprodução do modernismo”.

Se nos países centrais as consequências do urbanismo modernista foram chamadas à consciência evocando-se a crise enfrentada nos grandes conjuntos habitacionais – que como mostrou Lefebvre (1991), conduziram à solvência da falta de moradia sem terem sido capazes de superar o ônus social da segregação, da falta de direito “à individualização na socialização”, e aquele decorrente da restrição da apropriação da cidade como obra derivada da impugnação da atividade participante por um tipo de saber – no Brasil o fosso alargou-se pela chamada de atenção ao modelo modernista como uma “matriz postiça e

¹⁷ Infelizmente a autoria do prefácio não é nominada. Encontram-se apenas os indicativos de local e data: “Rio de Janeiro, dezembro de 1981”.

fora do lugar” (Maricato, 2002, p.124), de ideias importadas, que resultou na produção de duas cidades paralelas: a dos planos e aquela precária, real, porém não reconhecida oficialmente, emergida das invasões pela urgência daqueles que, excluídos do mercado formal da cidade legal, precisavam de alguma forma, habitar.

Um duplo caráter que foi emblemático por Maricato – uma das autoras de maior repercussão no pensamento urbanístico do Brasil contemporâneo¹⁸ – naquele que veio a tornar-se um dos textos mais aclamados sobre o tema: “As idéias fora do lugar e o lugar fora das idéias” (MARICATO, 2002). Para Maricato (2002, p.122),

O urbanismo brasileiro (entendido aqui como planejamento e regulação urbanística) não tem comprometimento com a realidade concreta, mas com uma ordem que diz respeito a uma parte da cidade, apenas. Podemos dizer que se tratam de idéias fora do lugar porque, pretensamente, a ordem se refere a todos os indivíduos, de acordo com os princípios do modernismo ou da racionalidade burguesa. Mas também podemos dizer que as idéias estão no lugar por isso mesmo:

¹⁸Ermínia Maricato também participou ativamente da idealização do Ministério das Cidades, criado em 2003 (Medida Provisória nº103/03, convertida na Lei nº 10.683/03) do qual foi secretária executiva até 2005, assumindo no decorrer deste período, por algumas vezes, o cargo de Ministra Interina das Cidades. Embora seja signatária de uma corrente de grande amplitude, que não pode ser reduzida a um autor, ou ator social, Maricato, trouxe consigo um poder de síntese e representação da uma forma de pensar que hoje tende à predominância ao menos nas cadeiras voltadas ao urbanismo. O fato de ter auxiliado diretamente a construção das novas políticas públicas brasileiras, postas em marcha com o Estatuto da Cidade, demonstra que sua influência se estende tanto no meio acadêmico quanto no político.

Dentre suas obras mais difundidas, “A cidade do pensamento único” - publicada em parceria com Arantes e Vaimier e na qual se encontra o artigo supracitado – foi lançada em 2000 e, em 2002 (ou seja, no intervalo de um ano antes e um ano depois da aprovação do Estatuto da Cidade), chegava a sua 3ª edição. Em 2012, a mesma obra atingiu sua 7ª edição. Já o livro “Brasil, cidades: alternativa para a crise urbana” – publicado em 2001, atingiu sua 5ª edição em 2011. O apelo ao impacto agregado ao nome Ermínia Maricato no mercado editorial brasileiro pode ser atestado ainda por uma breve análise semiológica da capa de seu último trabalho lançado em 2011 pela editora Vozes - que também publicou as obras supracitadas – em que o nome da autora aparece em letras garrafais, numa escala cerca de cinco vezes superior ao título da obra: “O impasse na política urbana no Brasil” grifado imediatamente abaixo de seu sobrenome. Esta ilustração, bem como demais informações, podem ser contempladas no site da editora: <http://www.universovozes.com.br/livraria/vozes/web/view/DetalheProdutoCommerce.aspx?ProdID=8532641474& .>

porque elas se aplicam a uma parcela da sociedade reafirmando e reproduzindo desigualdades e privilégios. Para a cidade ilegal não há planos, nem ordem. Aliás ela não é conhecida em suas dimensões e características. Trata-se de um lugar fora das idéias.

Com efeito, no Brasil, o pensamento modernista foi o sustentáculo de toda uma geração de planos diretores municipais feitos por exigência da constituição de 1988 para as cidades acima de 20.000 habitantes, em um momento em que os profissionais do país permaneciam embebidos na euforia das bases ideológicas empregadas na construção da nova capital.

Um fato apontado como a geração “[d]a cidade do pensamento único”, vista como projetada a partir de uma hegemonia técnica opressora, com sua reprodutibilidade inadaptável ao local – que precisava de um outro ideário planificador, aquele da participação como forma de dar legitimidade às intervenções feitas em nome de todos e visibilidade aos conflitos e à dimensão sensível dos que habitam.

Se esses textos são trazidos em sua projeção contra um “modelo tecnocrático” é importante dizer que eles também se inserem em um momento de instabilidade em que os autores anteveem e apontam o buraco deixado pela dissolução das bases que sustentaram o pensamento modernista – intimamente ligado à ideia de certeza – já duramente atingidas no contexto internacional e que preparavam espaço para sua substituição. Daí o esforço para que o Brasil encontrasse a sua via em meio à turbulência.

Com o fim do urbanismo modernista como ideário – que cintila ao menos nas obras acadêmicas de vanguarda e, se é que essa expressão pode ser considerada em sua íntegra – várias correntes surgiram e se posicionaram como contra-modelo, porém, nenhuma, como lembra Pereira (2010, p.105), “com força suficiente para se contrapor ao urbanismo modernista.”, fato que guarda uma correlação direta com a erosão do princípio de existência de uma ciência como detentora de verdades. Afinal, se o urbanismo modernista “morre”, sua queda principia pelo peso de seu próprio sucesso que o alçou a um artigo de fé, mas a fé na ciência e na técnica, que não pode mais ser chamada a dar respostas precisas.

Órfãs de um respaldo direcionado a uma ação que precisa ser espacializada e numa tentativa de contrabalançar os pontos afixados

como adversidades e malefícios ungidos do pensar e agir anterior, algumas linhas obtiveram maior repercussão em suas defesas práticas embora sem atingir um consenso em sua íntegra, mesmo que tenham peso significativo sobre o “catálogo de ideias” emprestado ao simbolismo que guiará o por em marcha da ação.

Apenas como forma de indicar os contornos do quadro que se desenhou fora do país, as principais abordagens merecem aqui uma pequena aproximação situacional.

Dentre as formulações duas em especial revolveram o mote de reacionárias à Carta de Atenas: o “*New Urbanism*”, emergido nos anos 80 nos Estados Unidos e “A Nova Carta de Atenas” criada em 1998 e revisada em 2003 e que fornece “A Visão do Conselho Europeu de Urbanistas sobre as Cidades do séc. XXI”.

O *New Urbanism*¹⁹, inspirou-se em Jane Jacobs e sobre seus apontamentos traçou princípios a serem seguidos no planejamento das cidades contemporâneas. Num encadeamento à superfície, são eles: 1 – caminhabilidade [favorecimento do transporte pedonal também como facilitador dos encontros fortuitos repudiados pelos modernistas e, em contraposição à motorização e à espacialização viária típica da fase anterior que deixou como marca grandes eixos viários pensados para automóveis]; 2 – conectividade [contraponto das rupturas no tecido urbano pelas vias de circulação rápida]; 3 – usos mistos e diversidade [referência direta à monofuncionalidade espacial implementada pelos modernistas. Tem como fim promover a vitalidade em diversos períodos do dia, o encontro de distintas camadas sociais e relaciona-se à promoção de segurança nos espaços que são “vistos” por todos. Este quesito é um dos mais importantes da doutrina de Jacobs que conseguiu mostrar como os índices de violência foram elevados nos locais afastados dos “olhares” corriqueiros dos transeuntes e moradores]; 4 – construções mistas [edificações de vários tipos, idades e preços para promover a miscigenação de classes e usuários, num rebatimento aos grandes conjuntos habitacionais considerados monótonos e que por fim mostraram-se segregadores]; 5 – qualidade arquitetural e design urbano [retorno à escala do desenho e ao que é colocado como “espírito” humano enquanto o modernismo preocupou-se com uma visão territorialista]; 6 – tradicional estrutura de vizinhança [oposição a

¹⁹ Os itens pontuados seguem os tópicos difundidos pela organização *New Urbanism* que sintetiza e defende tais princípios (NEWURBANISM.ORG). Entre colchetes, breves comentários da autora com vistas a melhor situar o leitor na correlação com o planejamento modernista.

desconsideração do existente e saliência da necessidade das relações interpessoais – como por exemplo, o poder deixar algo aos cuidados de um conhecido – para manutenção do espaço vivido.]; 7 – incremento da densidade [otimização de infraestrutura em detrimento do espaçamento proposto entre as unidades (grandes prédios com vasta liberação do solo)]; 8 – transporte “verde” [dar prioridade ao transporte “coletivo” em detrimento ao “individual”]; 9 – sustentabilidade [apelo, sobretudo, ao uso de energia renovável e à redução de impactos. É preciso observar que este princípio é mais uma motivação reativa ao discurso ambientalista, que tem imperado nas últimas décadas, que propriamente à Carta de Atenas]; 10 – qualidade de vida [criação de lugares que “enriquecem, elevam e inspiram o espírito humano” numa referência ao abandono do homem-máquina universal dos modernos].

Menos assertiva em suas indicações por esboçar uma problemática mais fluídica e pautando seu agir na inferência sobre quadros de tendências, a “Nova Carta de Atenas” se enquadra numa visão de “Cidade coerente”, aquela que “não é nem uma nova utopia, nem uma projeção delirante de inovações tecnológicas” (CONSELHO EUROPEU DE URBANISTAS, 2003, p.4). Como apresentação, ela enaltece a colaboração com profissionais de diversas formações de base, a proposição de sistemas de governança e o envolvimento dos cidadãos nas tomadas de decisão. O documento dividido em dois blocos procura na primeira etapa traçar uma visão de futuro baseada num conjunto de interpretações do que seriam princípios de: “cidade coerente” (subdividida em coerência no tempo), “coerência social” (abordando o equilíbrio e o envolvimento social, a riqueza multicultural, as relações entre as gerações, a identidade social, os fluxos e mobilidade e os equipamentos e serviços), “coerência econômica” (globalização e regionalização, vantagens competitivas, desenvolvimento de redes de Cidades e diversidade econômica) e “coerência ambiental” (Input-otput, cidades saudáveis, natureza, paisagem e espaços livres urbanos e, por fim, a energia). Em sua segunda parte, são expostas as “questões desafios” tecendo assim as linhas de “tendências” (tais quais: alterações sociais e políticas, alterações econômicas e tecnológicas, alterações ambientais e alterações urbanas) para sobre estas construir as “questões” e em seguida expor os “desafios” a serem enfrentados. Por fim, o texto chama os urbanistas – que, segundo o documento “*serão os profissionais do séc. XXI*”²⁰ (op. cit. p.28) – para um compromisso e os

²⁰ Grifos da autora.

alça às condições de “*conselheiros estratégicos como ‘planejadores do território’, como gestores administradores-animadores urbanos ou como especialistas científicos*”²¹ (*op. cit.*, p. 28) Colocando-o nesta abertura a diversas especialidades como “humanista e cientista”, “planejador urbano e visionário”, “conselheiro estratégico e mediador” e “gestor-administrador urbano” (*op. cit.*, p.28-29).

Porém, pode-se afirmar que, apesar da ideia de complexidade, da busca pela participação como o elemento fluido diante das incertezas científicas, e da introdução de outras questões como as culturais, econômicas e ambientais – que ao longo dos anos minaram a “Carta de Atenas” original – a “Nova Carta de Atenas”, em alguns aspectos, não foge a anterior como, por exemplo, ao tentar eleger soluções ou métodos ótimos como no item “A importância do espírito do lugar e da cultura na coerência da cidade e na sua qualidade de vida” que afirma: “O desenho urbano e a composição urbana serão os elementos essenciais para o renascimento da cidade” (*op. cit.*, p.16). Implícita nesta asserção está a escolha de uma escala de planejamento em detrimento de todas as outras possíveis, que poderiam ser usadas em seu conjunto ou separadamente. Ainda, pelas afirmações encontradas, sobre a importância decisiva do urbanista como o “profissional do séc. XXI”, pode-se questionar: em que ponto a pretensão dos “novos urbanistas”, agora multi-tarefas e multi-saberes, distancia-se daquela dos “urbanistas modernos”? Não seria recolocar um foco em suas atribuições como promotores da felicidade e da segurança social pretendidas e, talvez, repetir o alto grau de importância dado a uma formalização prática, ainda que essa se apresente diluída e sem esboçar diretamente esta feição?

Além das duas vertentes delineadas, outras pautadas em intervenções focadas, o chamado planejamento estratégico, ou em operações urbanas, tiveram como princípio o deslocamento e enquadramento do planejamento em outra escala passando a privilegiar o desenho urbano no lugar dos planos. Como os próprios nomes sugerem, constituem intervenções “cirúrgicas” em algum ponto considerado decadente ou de mau funcionamento acreditando-se reequilibrar e revitalizar o sistema. O planejamento estratégico também caminha de mãos dadas com a implantação das grandiosas obras – sobretudo àquelas de extravagância pós-moderna – capazes de atrair os olhares externos para determinada cidade o que teria como objetivo coloca-la em vantagem competitiva com relação as demais. O museu

²¹ Grifos da autora.

Guggenheim de Bilbao – Espanha, apresenta-se como um ícone neste sentido. Diferentemente, as intervenções podem também eleger não só um, mas um conjunto de pontos, como as realizadas em Barcelona na década de 1990 – que contaram com a promoção dos jogos olímpicos para serem postas em obra e expostas ao apelo público. Sob o julgo de dar ao planejamento uma “escala humana” – ou a interpretação que se faz do que isto seja – suas ideias encontram-se bastante ligadas a um conceito que tornou-se chavão: o de “revitalização” de áreas degradadas.

Para fazer frente à crítica ao engessamento dos planos que versam sobre uma temporalidade prolongada, enquanto a sociedade teria um caráter mais dinâmico, e mesmo ao cenário de falta de certezas e riscos, a gestão urbana foi elevada em status, e colocada como formas mais adequadas à flexibilidade exigida por situações imprevistas e diante da rápida mudança no curso dos acontecimentos. Em realidade, ela não implica uma rivalidade e sim numa complementariedade desejável, pois, como lembra Souza (2004), enquanto o plano é pautado em uma temporalidade longa a gestão refere-se à administração de uma situação de acordo com suas necessidades e recursos presentes. O que varia, nesse caso, é a ênfase dada a um ou a outro conceito, ou, em seu extremo ao abandono de uma categoria em detrimento a outra, esquecendo-se as possibilidades oferecidas pela sua correlação.

De todos esses exemplos, nenhum fugiu, ao menos em discurso, de um elemento central: o lugar como a volta à vida ceifada, ao “espírito” ou escala humana, ainda que haja uma variante bastante elástica entre os resultados de uma intervenção de revitalização baseada na implantação de uma construção monumental e aquela inserida na preservação da cotidianidade de um bairro. Portanto, como raiz, há de se questionar se a própria falta de legitimidade assumida no surgimento de uma multiplicidade de exemplos é uma evidência de um enfraquecimento do conhecimento (do ser que conhece), como ela mesma se concebe em grande parte das vezes, ou prenúncio da força de um saber pautado na contraposição a outro saber que se distanciou da individualidade da/na situação.

O que fica claro, é que, de forma generalizada, há uma guinada na direção das ações agora apoiadas em outros glossários, em geral um rebatimento daqueles empregados pelos modernistas, e cujos resultados estão em plena marcha.

Como observou Harvey (1994, p.46),

Hoje em dia, é norma procurar estratégias “pluralistas” e “orgânicas” para a abordagem do desenvolvimento urbano como uma “colagem” de espaços e misturas altamente diferenciados, em vez de perseguir planos grandiosos baseados no zoneamento funcional de atividades diferentes. A “cidade-colagem” é agora o tema, e a “revitalização urbana” substituiu a vilificada “renovação urbana” como a palavra-chave do léxico dos planejadores.

O problema que se coloca em todos esses casos é que, como o próprio Harvey já havia alertado (HARVEY, 1994), a insistência no julgamento do planejamento modernista tem se constituído num meio muito fácil e perigoso de reascender a notoriedade excessiva dada à forma – e por extrapolação ao urbanista – ainda que inadvertidamente. Para o autor, mesmo a amplificação do caso da implosão do conjunto habitacional Pruitt-Igoe não passou de uma saída à tangente para aliviar a responsabilidade oriunda das próprias condições sociais que oprimiam seus habitantes conduzindo-os à violência. Tratava-se, portanto (e redundantemente), de dar mais atenção a uma condição formal como causadora de todos os malefícios, que de assumir o conflito social como raiz do problema.

Mas, a crise do planejamento não é apenas do urbanismo modernista, ela se confunde com a crise da modernidade em si, que em maior profundidade diz respeito à crise da ciência da qual esse “novo” urbanismo de faces múltiplas irá se alimentar.

Sob esse aspecto, o que Harvey soube muito bem observar é que, o que está em pleno desabrochar não é algo isolado nessa ou naquela especificidade e sim uma “condição” refletida nas mais diversas áreas – como ficou impresso no nome escolhido para intitular a sua obra (HARVEY, 1994). Uma conjuntura que se forma a partir de uma alteração na “‘estrutura do sentimento’” que sustentou a modernidade e que vem enraizada “numa vigorosa denuncia da razão abstrata e numa profunda aversão a todo projeto que buscasse a emancipação humana universal pela mobilização das forças da tecnologia, da ciência e da razão.” (*op. cit.* p.46). Ainda que, como completa o autor, “há bastante confusão quanto ao que a ‘nova estrutura do sentido’ poderia envolver.”. Porém, seja o que for que ela represente, o pós-modernismo, escreve Harvey (1994, p.110), “vê a si mesmo (...) como um movimento

determinado e deveras caótico voltado para resolver todos os supostos males do modernismo”.

Pós-modernista, pós-progressista, pós-tecnicista, sobremoderna, ou qualquer que seja o nome adotado para marcar a fase atravessada na contemporaneidade, o fato é que não se vai minimamente hesitar em por em movimento o conjunto de suas novas representação e referenciais que transpirarão, como diz Castel (2004), em maior ou menor grau, da academia à ação pública. O quadro elaborado por Genestir (2004) (quadro 2) dá visibilidade a esta transformação de premissas.

Quadro 2 – Confrontação dos idealismos e axiomas da ação pública na modernidade e na pós-modernidade

Idealismos políticos e axiomas da ação pública na modernidade (do Iluminismo até 1975)	Idealismos políticos e axiomas da ação pública na pós-modernidade (a partir de 1975-80)
Paradigma do progresso	Paradigma do “risco”
Solidariedade orgânica, integração cívica e institucional	Solidariedade “reflexiva”, integração sistêmica
A raridade = infelicidade e caos => abundância = felicidade ou harmonia (industrialismo)	Abundância = esgotamento dos recursos naturais e felicidade não encontrada (ecologismo)
Heteronomia	Autonomia
Universalismo e racionalismo	Particularismo e diferencialismo
Holismo sociológico e monismo moral	Individualismo e pluralismo
Unificação dos critérios e dos valores sob a autoridade política	Relatividade dos valores e diversidade dos princípios de justiça
Iglalitarismo, igualdade de condições	Equidade e exaltação das especificidades
Tecnocracia, grande projeto unificador	Negociação e “governo à apreciação”, ²²

²² N.T.: No original lê-se “gorvement à vue”. Como não há uma tradução literal para o português que possibilite uma compreensão do sentido do termo, que traz a noção de uma iniciativa de sondagem sobre a adequação de dada ideia e/ou da reação da população frente a

Interesse geral substancial	Interesse geral procedural
-----------------------------	----------------------------

Fonte: GENESTIER, 2004, p. 206.*

Manifestamente, por tratar-se de um quadro elaborado com base nos países centrais, existe uma decalagem temporal e espacial, porém, não se pode negar que no Brasil, a mesma estrutura paradigmática referencial é evocada, se não plenamente na prática da ação pública, ao menos nos jargões e nas lutas intelectuais, ou entremeada aos conjuntos de ideias que embasam a necessidade de passagem da visão da modernidade para aquelas que sustentam a sua ultrapassagem.

É essa a atmosfera que exala nas palavras de Souza (2004, p.51) para quem,

O desafio, então, é o de planejar de modo não racionalista e flexível, entendendo-se que a história é uma mistura complexa de determinação e indeterminação, de regras e de contingências, de níveis de condicionamento estrutural e de graus de liberdade para a ação individual, em que o esperável é, frequentemente, sabotado pelo inesperado – o que torna qualquer planejamento arriscado.

Dentro dessa ambiência geral, é que tem ganhado ênfase afirmações como a de Castel (2004, p.224) de que “o urbanista de amanhã será menos um traçador de planos que um gestor de riscos”²³. Para o autor, “Não é muito mais a afetação dos solos que constitui a matéria que move o urbanismo, mas as pessoas, o indivíduo

ela – forjou-se a terminologia “à apreciação” para que a expressão ficasse mais próxima do seu senso francófono, que também pode significar uma tentativa de dar maior clareza e visibilidade ao que está sendo planejado/projetado. Uma aproximação a este emprego é a exigência de “concertação” na elaboração das intervenções, que se assemelha, ideologicamente - embora com métodos e extensões diversos - do sentido trazido pelo “planejamento participativo” no Brasil.

* O original em francês pode ser contemplado no apêndice A. O título da tabela não consta na referência primária e foi acrescido pela autora.

²³ L'urbaniste de demain sera moins un traceur de plans qu'un gestionnaire de risques.

que muda com constância, os comércios, os empregos, a insegurança.”²⁴ (*op. cit.*). É ainda no interior dessa corrente que, como expõe Avitabile (2004, p.31), “a noção de decisão será substituída pela de consenso”²⁵ e cobrará maior transparência do poder público ao inserir a cultura da inclusão de todos os atores envolvidos. Vertente signatária da forte defesa do plano (Brasil) ou do projeto (Europa) como construção de um “pacto” ou “contrato social” a partir da “participação”. Uma inspiração buscada em Habermas (2003) para sugerir o deslocamento de um “agir estratégico” para um “agir comunicativo”:

Chamo comunicativas as interações nas quais as pessoas envolvidas se põem de acordo para coordenar seus planos de ação, o acordo alcançado em cada caso medindo-se pelo reconhecimento intersubjetivo das pretensões de validade. (...) Enquanto que no agir estratégico um atua sobre o outro para ensejar a continuação desejada de uma interação, no agir comunicativo um é *motivado racionalmente* pelo outro para uma ação de adesão (...)”²⁶. (*op. cit.* p.79)

Assim, quando há aceitação das pretensões de validade entre ouvinte e falante postos sob a forma “de acordos e contratos”, as obrigações valem “simetricamente para os dois lados” (*op. cit.* p.79).

Neste corpo é que adquire relevância a ideia de que esse novo urbanismo precisa ser um urbanismo de “pensamento fraco” (CHALAS, 2004; 2008), “sem projeto imaginário”, em que as soluções são buscadas a partir do debate público como forma de encontrar respostas “não apenas aceitáveis, mas aceitas por todos” (CHALAS, 2008, p.27).

Esse urbanismo ideário, Chalas encontrará na filosofia inspiração para clarificar suas premissas, ou, para nomear, já que o termo “pensamento fraco”²⁷, como o próprio autor cita, é tomado de

²⁴ Ce n'est guère plus l'affectation des sols qui constitue la matière mouvante de l'urbanisme, mais les gens, l'individu zappeur, les marchandises, les emplois, l'insécurité.

²⁵ (...) la notion de décision sera remplacée par celle de consensus (...).

²⁶ Grifos no original.

²⁷ A influência da filosofia mostra-se bastante marcante na obra de Chalas, sendo expressa em noções como a de vazio, uma inspiração com fundos do niilismo nietzschiano. Mas, neste caminhar Chalas ateu-se ao sentido descendente, o de trazer as terminologias ao campo do urbanismo para dar-lhe seu contorno ao atrelá-las à ação planificadora, que adotou como

empréstimo de Vattimo que estuda o fim da modernidade concentrando-se para isso, sobretudo em Nietzsche e Heidegger (Vattimo, 2007).

Com efeito, o urbanismo de “pensamento fraco” – colocado como uma oposição à força normativa e de ideário único do seu antecessor – é chamado à cena frente a um momento de indefinição e redefinição, de mutação histórica em que as categorias passadas colapsaram. Ele tem por lema ser um urbanismo de um “pensamento tornado mais incerto, mais complexo, menos sistemático e, por isso, menos polêmico, menos constituído em doutrina” (p.22), que se sustenta no “advento de novos modos de ser no mundo” (p. 22) pois, como conclama Chalas (2008, p. 28), “nossas sociedades modernas se tornaram sociedades da incerteza. (...) Em outros termos, é preciso categorias práticas e flexíveis de raciocínio para pensar ou dominar situações incertas (...)”.

Para Chalas (2004, p. 42), “o pensamento fraco é um pensamento prático naquilo que ele deixa-se primeiramente trabalhar pelo real antes de trabalhar sobre o real.”²⁸. Um pensamento que, em “relação à problemática do interesse geral”, com uma “versão apofática”,

coloca metodologicamente o vazio ou o enigma como ponto de partida de sua ação e não o repleto ou um conteúdo qualquer. Ele não parte do interesse geral que existiria *a priori*, que seria determinado ou conhecido em sua substancia (Scherrer, 1995) antes de qualquer ação, mas ele aí chega ao procurá-lo e ao produzi-lo coletivamente em função dos projetos. (2008, p.38)

objeto de estudo, sem, portanto, esboçar o desejo de ir à fonte filosófica para retrabalhar a problemática.

Quanto à expressão “pensamento fraco” existe uma diferenciação terminológica importante que remete ao seu originário. No primeiro caso a expressão é traduzida como “pensée ‘faible’” e ao ser incorporada à obra de Chalas é posteriormente traduzida por Pereira e Krebs para o português como “pensamento ‘fraco’” (in: CHALAS, 2008). Já na tradução de Vattimo (2007) feita por Eduardo Brandão sobressaem os termos “verdade ‘fraca’” e “ontologia fraca”. Um ponto que levará, em seguida, a presente tese a discorrer sobre o problema através de um retorno ao originário filosófico. No artigo de PECORARO (2005), intitulado “Nietzsche-renaissance, desconstrução, pensamento fraco” a expressão “pensiero debole” de Vattimo será traduzida com a mesma terminologia empregada em Chalas.

²⁸ La pensée faible est une pensée pratique en ce qu'elle se laisse d'abord travailler par le réel avant que de travailler sur le réel.

Como melhor esclarece o autor,

O pensamento fraco é um pensamento prático quando é um pensamento que não subordina mais, como era regra num passado ainda próximo, a prática à elaboração teórica prévia. O pensamento fraco opera uma disjunção entre teoria e prática dentro de um objetivo explícito de acabar com a hierarquia clássica que situava a prática a reboque da teoria. O pensamento fraco é um pensamento que libera a prática da teoria, que dá à prática todas as chances de se desenvolver, de exprimir suas potencialidades específicas de investigação, de prospectiva e de criação.²⁹ (CHALAS, 2004, p.41-42)

É dentro da magnitude desse outro aporte ideário de contrapeso, em que o saber (em tese) é incerto, que em várias experiências espalhadas pelo mundo a figura da “participação” é chamada a contribuir e passará a condição legal na elaboração de propostas urbanísticas como é o caso, apenas a título de exemplo, da concertação na França³⁰.

²⁹ La pensée faible est une pensée pratique en ce qu'elle est une pensée qui ne subordonne plus, comme il était de règle dans un passé encore proche, la pratique à l'élaboration théorique préalable. La pensée faible opère une disjonction entre théorie et pratique dans le but explicite d'en finir avec la hiérarchie classique qui plaçait la pratique à la remorque de la théorie. La pensée faible est une pensée qui libère la pratique de la théorie qui donne à la pratique toutes les chances de se développer, d'exprimer ses potentialités spécifiques d'investigation, de prospective et de création.

N.T.: expressão *en finir*, traduzida na passagem como acabar, tem em francês um significado mais forte, de “colocar um fim a uma coisa longa, desagradável”, tal como especifica o seu sentido dicionarizado (NOUVEAU PETIT ROBERT, 2001) e cujo real teor escapa na sutileza da transladação linguística.

³⁰ Embora no Brasil o termo “participação” seja empregado de uma forma quase indiscriminada, é remarcável dizer que existe uma diferença conceitual importante entre “consulta”, “concertação” e “participação” conforme distinguem Jatón *et al* (2004). Para os autores, a consulta dá-se quando as ideias são levadas aos atores envolvidos apenas na condição de tomada de conhecimento de uma decisão já praticamente definida; a concertação “repousa sobre a ideia de debate: trata-se de organizar as trocas e o debate entre o público concernido pelo projeto e os atores mobilizados dentro do projeto” em que o modo de reunião pública, em geral onde tomam assento representantes de certos grupos, é privilegiada (*op. cit.*, p.63). Já, os dispositivos de participação, como completam os autores, “são muito raramente colocados em obra”, pois “se distinguem na tentativa, para além do conhecimento factual dos

No Brasil, para dar respostas de um lado à necessidade de confrontar o capital especulativo e de outro a situação instaurada pela “crise da ciência” que se abateu sobre o urbanismo, ou mais precisamente sobre o urbanismo modernista, a via encontrada foi sustentar a reforma urbana sobre dois pilares: a “função social da cidade” e a “participação” que foram juridicamente instrumentalizadas no Estatuto da Cidade que exigiu a elaboração de novos planos diretores agora abrangendo não só a cidade, mas todo o território municipal³¹. É nesse sentido, que na presente tese o termo planejamento territorial por vezes será preferido ao de planejamento urbano.

Para garantir o cumprimento da “função social”, foi criada uma série de ferramentas de regulação urbanística, algumas de uso obrigatório, postas à disposição para serem aplicadas de acordo com as “realidades locais” e que traz um mesmo princípio de fundo: o de acesso à cidade, de criação de uma cidade compacta, com otimização de infraestrutura. Um pacote que vem ao encontro do que as pesquisas do meio acadêmico ricamente empenharam-se em mostrar: os problemas da acumulação de capital sobre o tecido urbano, sua fragmentação e a correlação com processos especulativos e de exclusão. O sucesso dessa vertente como conceito explicativo pode ser alcançado ao se observar que nas últimas décadas o tema tornou-se o principal viés nos mais distintos casos, cujos exemplos vão do processo de formação de uma cidade do extremo sul catarinense (PIMENTA, 2000), passando pela transformação da paisagem de uma sub-bacia hidrográfica e sua correlação com os riscos (BERTOLI, 2006), à apropriação simbólica do tombamento de uma área como patrimônio natural nos processos de reprodução do urbano (SCIFONI, 2006).

usuários, de integrar as habilidades (*savoir-faire*) dos diferentes públicos concernidos. O uso é então posto como dependente de uma competência” (*op. cit.*, p.65).

Segundo o Dictionnaire de l’urbanisme et de l’aménagement (2005) o termo concertação, juridicamente é lançado em 1967 na Lei LOF (Loi d’Orientation Foncière), com a criação das ZAC (Zones d’Aménagement Concerté). De lá para cá, com a evolução dos debates, o termo é revigorado com a promulgação da Lei SRU (Loi Solidarité et renouvellement urbains) de dezembro de 2000 (FRANCE, 2000) que foi revogada em 2001 em detrimento do SCoT (Le schéma de cohérence territoriale), que substituiu a noção de “planos diretores” pela de “esquemas de coerência territorial” (MINISTÈRE DE L’ÉGALITÉ DES TERRITOIRES ET DU LOGEMENT, 2012).

³¹ Pela redação da Lei, todas as cidades com mais de vinte mil habitantes, integrantes de regiões metropolitanas e aglomerações urbanas, integrantes de áreas de especial interesse turístico ou inseridas na área de influência de empreendimentos ou atividades com significativo impacto ambiental de âmbito regional ou nacional, deveriam adequar-se às exigências do Estatuto elaborando ou revisando seus planos diretores até 2006.

Mas, se as relações do capital, conduziram a tornar a cidade cada vez mais um “epifenômeno subjacente” desta dinâmica, como aponta Gandy (2004, p.84), o problema que se coloca a esse aporte é que ele, tendo um foco muito bem delimitado que recai apenas sobre uma forma de poder³², não pode levantar claramente o problema do sensível. Mesmo o simbólico foi reduzido a um caráter objetual apropriado pelo mercado, fechando portanto, a possibilidade de entendimento das suas significações mais sutis e o caráter íntimo de sua construção.

Na outra ponta, a obrigatoriedade da participação, exaltada como uma forma de obtenção de resultados que tem como base a construção de um pacto social estabelecido “em discussões entre iguais e por decisões conscientes e esclarecidas” (MINISTÉRIO DAS CIDADES, p.19, 2004), vem a calhar com a vigorosa defesa do lugar, com a adequação da especificidade da situação e, sobretudo com o reconhecimento de uma dimensão subjetiva, a dos valores e das percepções distintas, em que os planos seriam assim elaborados não de forma técnica, mas “como a comunidade almeja”, um referencial presente da academia aos cartazes publicitários.

A promulgação do Estatuto da Cidade abre ao urbanismo brasileiro um quadro inédito, estabelecendo canais mais favoráveis ao diálogo e à consideração do outro, cujos resultados vão atrair a atenção tanto dos pesquisadores quanto dos profissionais da área, empenhados em compreender o novo momento e inteirarem-se de seus instrumentos. Este estímulo segue também na esteira da liberação de recursos para a elaboração dos planos diretores, para suas avaliações e para seus planos complementares (como os de habitação, saneamento, etc), que tem drenado os esforços ao longo dessa última década até o momento atual.

Uma condição na qual a tomada de partido nas lutas pelos processos participativos tem conduzido os pesquisadores a atuarem quase como um dinamômetro social medidor de jogos de forças, vistas sob um ângulo como quase irremediavelmente antagônicas – por exemplo, as forças do mercado que coagem uma parcela da população, ou a extensão da imposição de ideias pelos “técnicos” e/ou pelos segmentos políticos do Estado – e por outro como movimento de onde deve eclodir o consenso em que cada uma das partes envolvidas assume uma reciprocidade nos deveres e obrigações.

³² É preciso pontuar que a presente tese não questiona a importância do poder do capital, análise com a qual, em certa medida, também está em consonância, mas propõe ampliá-la pela consideração de outras formas de poder mais sensíveis, o que incluirá a discussão do poder do saber, proposta originariamente por Nietzsche.

Nesta batalha, ainda não terminada, e em que a guerra ruidosa ou silenciosa tende a prolongar-se, muito se tem feito (com propriedade) em prol da análise de seus resultados práticos onde o próprio pesquisador, que assume sua nova condição paralela de “enfraquecimento do saber” e “não neutralidade científica”, encontra legitimidade para tomar partido nas lutas.

Porém, o que se levanta como um problema da ciência, ou por outro ângulo, da modernidade, ficou aqui reduzido à defesa anti-“tecnocracia” (anti-modernista). O termo “tecnocrata” encravou na representação do “técnico” e ligou-se àquela de arcaico – o “tecnicismo moderno” (marca de desumano/insensível) – que, dessa forma conferiu à pesquisa e à instituição do saber atual quase um papel “fiscalizador” incumbido da tarefa de “não deixar os planos serem regidos pelos técnicos”. Este contexto, ao eleger um alvo, desviou o olhar da própria “investigação científica” tirando o foco daquilo que a crítica à razão tem de mais essencial: o ser em sua dimensão íntima.



3

O fio epistemologia,
ontologia, planejamento,
paisagem

3 O FIO EPISTEMOLOGIA, ONTOLOGIA, PLANEJAMENTO, PAISAGEM.

Sempre em nossa companhia. – Tudo o que me é afim, na natureza e na historia, me fala, me louva, me impele para a frente, me consola; o resto eu não escuto, ou esqueço imediatamente. Estamos sempre em nossa própria companhia.

(NIETZSCHE, Friedrich, A Gaia Ciência. Aforismo 166)

3.1 DO DESENCANTAMENTO DO MUNDO AO FIM DAS CERTEZAS: UMA CIÊNCIA QUE TRANSMUTA SUAS PERCEPÇÕES

A modernidade científica – e posteriormente técnica – ficou marcada como o período em que a supremacia nas mais diversas áreas do saber foi ocupada pela busca (e defesa) de certezas passíveis de serem alcançadas pelo caminho da razão, uma corrente que não deixou de fora sua extrapolação para o urbanismo, como visto no capítulo anterior. Uma condição abrangente enxergada como a que se desenvolveu acreditando na necessidade de encontrar e seguir “leis naturais”, que deu à precisão e à imparcialidade atribuídas ao cálculo grande força de visibilidade em nome da qual, o intelecto humano lançou-se à decodificação–codificação de modelos, primeiro vendo na “natureza” uma “mecânica sem alma”, depois conduzida à maneira de se posicionar perante o próprio homem convertido em uma regra generalizada/generalizável. Um mundo que reduzido à materialidade e dado como “conhecido” tornou-se manipulável e previsível mas deixou o homem solitário perante si mesmo. Como aludem Prigogine e Stengers (1997, p.22),

O desenvolvimento científico vai dar assim numa verdadeira escolha metafísica, trágica e abstrata; o "homem" deve escolher entre a tentação, tranqüilizante mas irracional, de buscar

na natureza a garantia dos valores humanos, a manifestação de uma dependência essencial e a fidelidade a uma racionalidade que o deixa só num mundo mudo e estúpido.

Para Lenoble (1990, p. 117),

A ciência não resolveu nada para o homem quando mecanizou a Natureza, (...) porque este nunca se aceita como máquina e nunca quer que a Natureza seja simplesmente uma *coisa*. A extravessão total, a objectividade “em si”, supondo que alguma vez a possamos atingir, pressupõe uma indiferença que, por meio de um retrocesso paradoxal separa o homem do seu meio ambiente e o condena à solidão. Para agir, para “se empenhar”, *é* preciso desejar e, por consequência, projetar sempre um pouco do seu desejo nas coisas. Nem sequer existiria ciência sem a alma das coisas que no-las torna desejáveis de conhecer, sem a alma dos homens a servir através da ciência. O contacto com o *exterior* exige uma *vida interior*, com a parte da intervenção que pressupõe.³³

Sob o olhar que se abre, esse esforço em encontrar conceitos puros, desprovidos de qualquer influência mágica, irracional, a salvo das vicissitudes do homem, certeza última, mecânica imutável, deu à ciência moderna – e a seu ideário propagado – a feição de um novo Midas, o rei que na mitologia grega transformava em ouro tudo que tocava, tirando-lhe o que tinha de mais precioso: a vida.

Conforme segue Prigogine (*op. cit.*),

Quer sejam postos em causa um cepticismo global segregado pela cultura científica ou as conclusões concretas das diversas teorias científicas, está hoje

³³ Grifos no original.

espalhada a afirmação: a ciência desencanta o mundo; tudo o que ela descreve se encontra irremediavelmente reduzido a um caso de aplicação de leis gerais desprovidas de interesse particular. O que, para gerações preservadas, havia sido uma fonte de alegria ou de admiração, seca à sua aproximação.

Um mesmo segmento perceptivo que pode ser lido na chamada de atenção de Choay (1965) sobre o urbanismo modernista e que esteve presente nas entrelinhas das palavras direcionadas a reivindicar o espaço dos valores e desejos que foram tolhidos pela arbitrariedade revestida de imparcialidade racional pelos modernistas.

Uma noção conjuntural e que tem conduzido as análises internas e cruzadas dos campos de estudo não mais no sentido de encontrar provas incontestes, mas de mostrar que a “mecanização do mundo” (e, por conseguinte, o “predomínio da técnica”) não é um dispositivo passível de sustentação ou de resolução dos problemas sociais e que, portanto, precisa ser substituído.

“Vivemos o fim das certezas”. Conclusão fática e realentadora que hoje encerra, de certo modo, um retorno ao espírito humano e uma vitória deste. Palavras que abrem o capítulo anterior e que definem com maestria a alma na qual o urbanismo contemporâneo está imerso, não fosse por um detalhe: na citação, Prigogine – que foi prêmio Nobel de química em 1977 – referia-se à descoberta de que o universo está em expansão. Este alargamento permite duas observações: 1) das “ciências duras” as “ciências humanas” uma mesma voz é chamada a participar do resultado das análises; 2) em urbanismo, não é a partir da crítica ao planejamento modernista (ou da luta contra seus “malefícios tecnocráticos”) que se chega as conclusões correntes, algo a precede como ideia, ou ao menos a ultrapassa; da mesma maneira que essa noção não nasce, mas atua como referência nas “ciências duras” porque é um fator epistemológico antes de ser chamado, fora da filosofia, a participar da produção do conhecimento dos outros campos e contra eles mesmos (ou, melhor, contra o foco que se produziu em seus respectivos passados recentes).

E aqui, o urbanismo pode voltar a sua medida, que é a sua condição simultânea de discurso e campo discursivo naquele sentido de definição proposto por Duncan (2004, p.104):

Na esfera cultural mais ampla, e extensamente partilhada, estão campos discursivos que focalizam instituições. O termo "campo discursivo" refere-se aqui a uma classe de discursos opostos constituídos por um conjunto de narrativas, conceitos e ideologias relevantes para um domínio particular de práticas sociais. (...)

Os discursos podem ser definidos como a estrutura de inteligibilidade na qual todas as práticas são comunicadas, negociadas ou desafiadas. Eles são, ao mesmo tempo, recursos facilitadores e coações ou limites dentro dos quais determinados modos de pensamento e ação parecem naturais, e para além dos quais a maior parte daqueles que aprendeu a pensar dentro do discurso não pode facilmente aventurar-se.

Se conclamar a incerteza para operar num domínio de produção útil, empreendido a partir de situações demasiadamente dispersas ou paradoxais, tem sido uma aplicação também da própria física e da matemática, como argumenta Chalas (2008, p.28) para defender a validade da indecibilidade no planejamento, isso seria uma evidência de eficácia, como o autor propõe? Ou, seria a indicação de que o pensamento ocidental em si, passa por uma alteração ampla do “conjunto de valores e representações que colocam em causa uma ordem cognitiva e simbólica anterior”³⁴ como sugere Genestier (2004, p.158)? Ou ainda, uma combinação de ambos os predicados? Contudo, no caso da primeira hipótese, não seria um retorno ao apelo à física que dominou o pensar anterior?

Com efeito, Prigogine, ao estudar as estruturas dissipativas colocou no centro de suas discussões que apenas pequeninas partes do universo poderiam operar maquinalmente em sistemas fechados, ao passo que os sistemas abertos – ao estarem longe do ponto de equilíbrio – eram os únicos capazes de evoluir ao interagirem com fontes externas, trocando energia e matéria. Assim, enquanto as estruturas em constante

³⁴ (...) ensemble de valeurs et de représentations qui remet en cause l'ordre cognitif et symbolique antérieur (...)

interação mostravam-se capazes de formas de auto-organização as fechadas permaneciam estanques em si mesmas.

Entretanto, o exemplo de Prigogine e o impacto do heliocentrismo de Copérnico colocados lado a lado possibilitam uma outra inferência que foge aos seus campos de trabalho e os engloba. As duas descobertas ao seu tempo se equivalem como aquilo que põs em cheque um conhecimento anterior específico, sendo ambas guiadas pelo caminho da investigação. Porém, nos dois casos, não é às suas respectivas especificidades (se a Terra gira ou não ao redor do Sol ou se o Universo têm limites fixos ou expansíveis e no que isso implica) a que irão se referir, e sim à indicação de uma moral de mundo simultaneamente definidora e pré-definida de uma perspectiva de visão. Onde Copérnico viu uma evidência irrefutável em favor da racionalidade pura que se contrapunha à dominação da interpretação clerical, Prigogine encontrou uma prova (pelas vias da ciência) do fim das certezas científicas, ao dizer que o universo – e, *mutatis mutandi*, o social – não operam como máquinas. Esta pequena indução traz um diálogo/disputa entre três ideários: aquele que propõe a libertação do domínio do maravilhoso – frequentemente assombrante – para cair no domínio simbólico da ciência desencantadora, que hoje tem na volta ao sujeito a sua redenção.

Não é assim que Prigogine propõe uma “nova aliança” ao dizer que “o mundo desencantado [pela ciência] é, ao mesmo tempo um mundo manejável” (PRIGOGINE E STENGERS, 1997, p.22) e ao afirmar que, “tal como as ciências da sociedade, as ciências da natureza não poderão mais, agora, esquecer o enraizamento social e histórico que a familiaridade necessária à modelagem teórica que uma situação concreta propõe” (*op. cit.*, p. 210)?

Seria incongruente uma comparação similar para o campo do urbanismo? Por acaso, não foi também o modernismo em última instância signatário de uma corrente filosófica que afirmava que todos os dados provem exclusivamente de evidência pautada na experiência empírica da qual, aliás, ele retira (a reboque e com considerável atraso) a própria expressão de tábula rasa para nela imprimir seus contornos?

No presente, quer seja direcionado um olhar para o campo das “áreas exatas” ou para aquele das “humanas” (se é que essa distinção é viável), pode-se ler a influência de uma mesma essência: não existe materialidade possível, certeza última, sem sua afetação pelos intentos humanos. Porém, esta não é uma conclusão sem custos, pois implica em uma mudança na estrutura da ação.

Como alude Habermas (2002, p.22),

quando a razão se retira da objetividade da natureza ou da história da salvação e se transfere para o espírito de sujeitos atuantes e julgadores, tais razões ‘objetivamente razoáveis’ para os julgamentos e os atos morais têm de ser substituídas por outras, ‘subjetivamente razoáveis’.

E, é justamente a instabilidade dada por esta inversão de polaridade que tem sido chamada a incorporar o pano de fundo das avaliações passíveis de serem apreciadas em distintas áreas do saber – dentre as quais, o urbanismo e principalmente a estruturação das defesas de outras práticas de planejamento.

3.2 A DANÇA ENTRE RACIONALIZAÇÕES, NATURALIZAÇÕES E DESEJOS.

Extrapolando os limites impostos pelo campo do urbanismo – e, sobretudo da demarcação dada pela repulsa ao planejamento modernista – é preciso admitir que a construção das críticas ao “modernismo” não poderiam ter sido tecidas sem o estremecimento dos ideais de “racionalidade” e “naturalidade” que o sustentaram.

Se na modernidade o foco geral das justificativas esteve nas ciências físicas e biológicas, nos estudos evolutivos das espécies, na decomposição dos movimentos e das coisas em grandezas mensuráveis – que extrapolará para o urbanismo modernista na forma de defesas conduzidas ao extremo da “imposição”, como apresentado – há de se considerar que, em princípio, não se pode atingir o patamar atual de discussões sem a solvência do crédito dado às razões baseadas na possibilidade de existência de uma “natureza” objetiva.

Não é simples coincidência que paralelo ao declínio do modernismo em urbanismo ocorrerá uma intensificação das produções intelectuais com vistas a mostrar que mesmo o que se concebe como a “natureza”, a prova física, objetividade última, corresponde a um (ou vários) caso(s) particular(es) de “naturalização”, uma imputação.

É assim que trabalhos como o de Florit (2004) põem em relevo que a própria “natureza” só é “natural” pelo preço de um artifício, ou seja, se existe uma realidade física que não pode ser negada, ela só ganha sentido mediante uma interpretação. Mesmo o retorno à “natureza”, tão defendido na contemporaneidade, somente é atingido pelo engenho de sua reinvenção social. É desta forma, como investiga Florit (2004, p.50), que a natureza existe nos discursos ditos “objetivos”, mas que “são discursos objetivados por condições culturais ou de poder diferenciadas.” Para o autor,

as defesas da natureza são sempre defesas de valores, e que utilizam a natureza para justificar um ponto de vista que, em última análise, obedece a uma moralidade ancorada em condições sociais. Isto porque as visões de natureza estão sempre associadas a valores culturais e, portanto, a critérios normativos. Assim, conflitos sobre o que é respeitar a natureza são na verdade conflitos entre sistemas de valores. E é fundando-se nesses sistemas de valores que a natureza é construída, tanto simbólica quanto fisicamente. Se, por um lado, os ambientes domesticados ou delimitados constituem uma construção social que induz a um tipo específico de utilização ou de experiência culturalmente condicionada, por outro a busca de certas experiências induz a específicas intervenções físicas no ambiente, a fim de satisfazê-las (*op. cit.*, p.17-18)

Também tratados como o escrito por Lenoble (1990), cujo texto original é contemporâneo da obra de Choay (1965), irão mostrar que a “natureza” – ou melhor, as feições transfiguradas com as quais um mesmo objeto se apresenta às percepções humanas sucessivas – é uma construção ideária. Este fato, segundo Lenoble, provém da fusão de três aspectos: científico, moral e estético, que a modernidade artificialmente separou.

Para o autor, o que o homem das mais distintas épocas irá buscar no diálogo com a “natureza” é um sentido tranquilizador que o permita contornar o medo do vazio e da morte e sustentar-se perante as tensões da brevidade da vida. Uma “novidade” perceptiva que data de antes de

Cristo e que agora ganha sentido em sua retomada. É nessa via que podem ser apreciadas as palavras de Epicuro, um dos primeiros atomistas gregos, citadas por Lenoble (*op cit*, p.87-91):

Se não nos atormentassem os fenómenos celestes ou o tema da morte, no temor em que nos encontramos de que ela seja alguma coisa para nós e, além disso, sem conceber os limites dos sofrimentos e dos desejos, não teríamos necessidade do estudo da Natureza. (...) É preciso saber que o conhecimento dos fenómenos celestes, que consideramos em conexão com outros fenómenos ou em si mesmos, não tem outro fim que não a paz da alma e uma firme confiança, e isto é verdadeiro para tudo o mais.

O que o estudo de Lenoble sobre “a história da ideia de natureza” irá revelar é que, sempre que houve a quebra de confiança naquilo que sustentou a ideia sinalizadora de uma época, no que foi posicionado como o valor central que guiou o pensar (e o agir) de dada temporalidade; esse vinco não foi superado sem que o pavor da instabilidade desse lugar a um novo posicionamento que permitisse restabelecer, em outro patamar, a unidade perdida. É nessa marcha que as sucessivas releituras da “natureza” irão continuamente se alternar entre a predominância da transcendência ou da imanência naquilo que retoma o sentido que se abre à apreciação do (e pelo) deleite humano.

Frente a isso, caberia questionar: estar-se-ia muito distante ao estabelecer um paralelo entre o estremecimento da validade da argumentação moderna em que a própria incerteza gerada será reconduzida a método como uma vitória do espírito humano? Com efeito, a visão desse desfecho é difícil, pois é de um evento em pleno desenrolar que se fala. Isso impõe a dificuldade de se posicionar em recuo perante o presente como fato histórico já que ele impregna-se nos recôncavos conscientes e inconscientes de uma cotidianidade em construção e, bastante ocupada em mostrar e substituir o conceito “falível” que deu sustentação à ordem anterior.

Contudo, considerar a indissolubilidade entre a realidade física e o sentimento humano no jogo da produção do conhecimento – uma

afirmação que a contemporaneidade tem abraçado com várias nuances – significa assumir o problema do *valor da ciência*, uma vez que contestar a modernidade é também por em causa os mecanismos que moveram sua argumentação.

Tomando parte no raciocínio de Latour (1994), quiçá seja mesmo possível afirmar que “jamais fomos modernos” porque a própria modernidade não foi capaz de seguir a composição que atribuiu a si: a capacidade de atingir dois conceitos puros, de um lado o de natureza e de outro o de sociedade. Para Latour, as regras modernas de “purificação” e “tradução”, não puderam ser cumpridas, pois nunca houve uma separação entre os desejos e as coisas, o sentido e o social, o coletivo e as narrativas, o real e o simbólico. A modernidade não só permitiu a proliferação dessas ordens híbridas “cuja existência – e mesmo a possibilidade – ela nega” (*op. cit.* p.40) como tirou partido delas para completar seu dispositivo. Ainda, conforme o autor, o êxito do intento inebriante alcançado pelo pensamento moderno esteve ligado ao recurso de sua aparência de ruptura com o passado. Uma noção que pode ser convertida na nada ingênua representação da linha do tempo transformada em flexa, em que o mundo foi enquadrado de acordo com concepções ideológicas que só permitem dois movimentos: para cima, o progresso; para baixo, a decadência. Dizendo de outro modo, restou aos que não se enquadram dentro dos parâmetros estipulados, aos discursos discordantes, sobretudo aqueles ligados ao poder da ordem simbólica de um passado imediato, prostrar-se diante do valor do novo que não admite mais a validade do pensar anterior.

*A assimetria entre natureza e cultura torna-se então uma assimetria entre passado e futuro. (...) O presente é traçado por uma série de rupturas radicais, as revoluções, que formam engrenagens irreversíveis para impedir-nos, para sempre, de voltar atrás.³⁵ (*op. cit.*, p.70-71).*

Sob esse aspecto, se a contemporaneidade reconhece-se imersa em uma história – ou ainda, em algumas ocasiões, irá mesmo atribuir-se o papel de “elo” com os vínculos “perdidos” – em que difere o seu posicionamento corriqueiro perante o modernismo daquele inaugurado

³⁵ grifos no original.

na modernidade?

Talvez uma alternativa mais equânime à construção histórica pode ser a esboçada por Monteiro (1991) onde a linha do tempo ganha a forma de espiral: não há rupturas nem regresso, mas se admitem as recorrências que são perspectivadas pelo tempo. A noção de progresso desaparece, uma vez que tudo assume um mesmo movimento ascendente que constitui a evolução.

Porém, admitir uma interferência importante da (e na) subjetividade entremeada ao conhecimento objetivo do mundo é estabelecer uma correlação forçosa com a impossibilidade da se chegar, pela investigação, aos princípios últimos de uma verdade. Um ideal que fez com que a cultura ocidental por séculos perseguisse o encontro de uma única racionalidade possível, cuja posse a modernidade reivindicou apoiada na noção de uma ciência livre de valores, que até então se apresentou como forma de salvaguardar suas ações. Uma concepção que segundo Lacey (1998, p.76) se acenta na difusão de três componentes ideológicos: a imparcialidade, a autonomia e a neutralidade, cada um deles em si mesmo um valor que pode ser assim resumido:

Imparcialidade: juízos científicos bem fundamentados acerca da “aceitação” de uma teoria com relação a um dado domínio sustentam-se unicamente em considerações sobre o grau em que a teoria manifesta os valores cognitivos a luz dos dados empíricos disponíveis e de outras teorias aceitas), independentemente de como a teoria pode estar de acordo ou a serviço dos interesses de quaisquer perspectivas de valor. *Autonomia:* as agendas da pesquisa científica tendem a refletir o interesse da comunidade científica no estabelecimento de mais e melhores proposições sobre quais teorias manifestam os valores cognitivos em grau elevado, bem como na descoberta de novos fenômenos que favoreçam tal interesse. *Neutralidade:* exceto no caso de uma proposição teórica bem confirmada contradizer uma pressuposição de uma perspectiva de valor (ou cultural), as proposições científicas nem sustentam nem solapam qualquer perspectiva de valor e – em princípio – podem ser aplicadas em qualquer uma delas. (*op. cit.* p. 76)

Como conclui Lacey (1998), a neutralidade e a autonomia, não podem ser alcançadas porque eliminariam os contextos históricos em que as teorias emergem, bem como os valores que embasam opções por dadas posições e que se inserem muitas vezes no próprio inconsciente coletivo e naquele inerente ao pesquisador, onde a escolha da temática presuppõe um julgamento de valor. A imparcialidade permanece para o autor como um ideal a ser perseguido, embora também ela apresente-se condicionada pelas circunstâncias descritas acima.

Outros argumentos sobre a não neutralidade da ciência levantados por Callon, Lascoumes e Barthe (2001) são o peso da instância política no direcionamento do que é ou será objeto de análise, e a assimetria na repercussão que a luta de determinados grupos pode atrair para a sua questão específica. Assim, é preciso considerar que, há uma interferência direta injetada na forma de financiamentos que norteiam o que “deve” ser pesquisado, e que, em uma sociedade de problemas múltiplos, apenas alguns ascendem em hierarquia de prioridades. Tais fatos, como aludem os autores, condicionam a própria ciência a tomar parte de uma cadeia de interpretações que se perpetua e cujos ciclos são marcados por três etapas interpretativas sucessivas: 1º entre o que é o problema social e o que se considera um problema digno de investigação; 2º entre o problema a ser investigado e sua moldura pelo resultado alcançado na pesquisa; e 3º entre o resultado da pesquisa e/ou intervenção e de novo, a sua interpretação pelo social. Por outro lado, a subjetividade do enaltecimento se insere até no domínio mais refinado da técnica pois, do contrário, conforme questionam Callon, Lascoumes e Barthe (2001), como explicar que entre pesquisas que trazem ambos resultados possíveis e aceitáveis para uma mesma questão, uma(s) se sobressaia(m) enquanto outras são esquecidas? Também nesse campo, o êxito no acondicionamento e “venda” de uma ideia é determinante à sua aceitação, que, portanto, é dependente de uma escolha política, tanto quanto – ou talvez mais do que – da ideia em si. Uma reflexão que remete a já conhecida afirmação de Latour, citada pelos autores, de que “a ciência é a continuação da política por outros meios”.

Todavia, no discurso que se generaliza, e especificamente naquele que sustenta o pensar urbananístico em voga, cada vez mais a existência de uma subjetividade é aceita e chamada a participar do jogo do conhecimento-ação – ela é colocada mormente como uma contraposição a um meio “técnico-científico” (ou aos seus colorários: os técnicos, a tecnocracia, etc.) o que acaba por eclipsar o ponto central da questão: de

que, “a essência da técnica não é algo técnico e, é a essa essência que devemos estar atentos”. (Vattimo, 2007, p.15).

Como há tempos já alertou Milton Santos (2005, p.50-51), a “tecnoesfera” é dependente de uma “psicoesfera”. Uma condição que as torna “redutíveis uma à outra”, pois a psicoesfera por vezes antecede e acaba por acompanhar e amparar a entrada em vigor e a permanência da tecnoesfera.

Deste modo, a simples inclusão de um elemento contraposto a outro faz escapar das análises os motores deste por–em–marcha de uma realidade interpretativa. Por conseguinte, o problema não se resume à inclusão da subjetividade (em outros termos, a incerteza, ou a alusão ao “sentimento da comunidade pelo lugar”) como chamada de atenção nas análises para a consideração de uma dimensão sensível que ultrapassa a consideração do objeto ou como método (o “planejamento participativo” e a “inexistência” de modelo). A interrogação fundamenta-se em um patamar bem mais profundo: como se dá a construção dessa “psicoesfera” que embasa uma visão de mundo, ou melhor dizendo, daquilo que sustenta uma interpretação/defesa de uma verdade. Uma questão que é dissimulada, na maior parte das vezes, através da ligeireza com que é invocada a participar do binômio “modernidade”/“pós-modernidade”.

Para este assunto, e no tocante ao urbanismo, em nada contribuirá a discussão (por vezes arraigada) sobre se ele (ou o planejamento) é ou não uma ciência. Aquilo que esta interrogação é, em aparência, desfaz-se diante de sua essência: a transladação de poder. Defender o urbanismo como ciência significa conferir-lhe o prestígio atribuído ao saber científico e, afastar-lhes, por sua vez, é muni-lo do potencial de aceitação dado pela repulsa que contemporaneamente (em condições ideárias) se abre pela visão de que a ciência é desencantadora/desumanizante. Não se sai deste beco por esta via. Retornemos então, ao originário da questão.

3.3 “PENSAMENTO FRACO”: O RETORNO AO ORIGINÁRIO E A LIGAÇÃO PLANEJAMENTO–PAISAGEM

De uma ponta à outra, o que tem azeitado as engrenagens e o que as faz rodar é uma porção de denúncia de uma crise do humanismo que, como rememora Vattimo (2007, p.21-22), está ligada

à perda da subjetividade humana nos mecanismos de objetividade científica e, mais tarde, tecnológica: da crise geral de civilização que se desenvolveu assim só se sai através de uma recuperação da função central do sujeito, que continua, na fundo, a não ter dúvidas sobre a sua verdadeira natureza, apenas externamente ameaçada por um conjunto de mecanismos que ele próprio pôs em movimento, mas de que pode se reapropriar.

A controvérsia, neste caso, não é a volta ao sujeito, mas o fato dessa colocação humanística ser sucessivamente abordada como uma “reconstrução não idealista da relação do pensamento com a percepção, a corporeidade, a vida emotiva” sem levantar nenhuma suspeita de que, “o fato de ter posto em movimento [os] mecanismos de desumanização possa indicar que há algo não funcionando na estrutura mesma do sujeito” (*op. cit.* p. 22).

E, é o peso desta impugnação que merece ser melhor avaliado em urbanismo pois, nominalmente a própria metáfora do “pensamento fraco” – uma via oriunda da argumentação filosófica que refuta a estrutura metafísica da verdade – é transladada até o extremo de sua proposição como um agir não *apriorístico*. Um emprego que foi (é) fortemente investido na argumentação “contra” um “pensamento forte” (de soluções *a priori*) deixando dúvidas se, mesmo a validade da apropriação do vocábulo não é, ainda, um passo de todo inteiro dentro da pretensão metafísica de verdade como um fato estável. Ou, se no outro extremo esse “pensamento fraco” diz respeito à consciência de sua construção já que o termo, em si, remete à “ontologia fraca” heideggeriana que elabora a verdade como uma estrutura posta sempre em movimento, entre o que está exposto e o que está encoberto.

O acontecer da “verdade”, nesses termos, só se dá através do fazer ver e fazer crer por meio de uma enunciação que reluz acima de todas as outras potenciais verdades veladas e também sobre seu caráter de arbitrariedade narrativa, e de forja consciente/inconsciente da sua legitimidade. Desse modo, utilizá-la como prova de evidência para salvaguardar uma (di)visão de mundo converte-se em um ato de poder, de opressão simbólica.

A criação da verdade, daquilo que tem a aparência de evidência, requer para tanto “um sistema complexo de persuasões, de participações ativas, de interpretações e respostas que nunca são exclusivas ou principalmente efeito de força e violência [físicas], mas comportam uma assimilação do tipo estético, hermenêutico³⁶ e retórico” (VATTIMO, 2007, p.87). Por esse caminho é que a sociedade transforma-se num organismo “sensibilíssimo de comunicação” (*op. cit.*).

No originário, essa “ontologia fraca” – ou “pensamento fraco” na tradução usada nas obras de Chalas – é empregada para designar esse acontecer da verdade como “a determinação cada vez nova e diferente de estruturas ordenadoras da experiência” e cujo eclodir ocorre “mais fundamentalmente na arte que na ciência” (VATTIMO, 2007, p.69). Um acontecer que no pensamento de Heidegger está em obra na obra e na forma de obra, como será mais bem trabalhado no capítulo 5. Porém, como ressalta Vattimo (*op. cit.*), “a evidência daquele ‘é’ que só se dá como efeito do silêncio não é a mesma evidência dos princípios metafísicos, dos quais só se teria tirado a eternidade e acrescentado a eventualidade”.

Então, quando o enunciado das argumentações vigentes em favor de um urbanismo “fraco” (ou pós-moderno, ou pós-tecnista, ou anti-modernista nas mais variadas formas) entende-se como o vir à tona de uma constituição “fraca”? Quando a teoria urbanística em voga (e, por conseguinte, o urbanista que assenta seu conhecimento sobre ela) despe-se da “magia de reger” ou, para usar a expressão de Bourdieu (2007, p.123), do “sonho da ‘ciência régia’ investida da regalia de *regere fines* e de *regere sacra* do poder homotético de decretar a união e a separação”? Por acaso a própria discussão do modelo/não modelo não deixou intacta outras pré-construções como as de existência do território (traçado de fronteiras) e as de indispensabilidade de planos e/ou projetos? E, com isso também a relevância da figura do “urbanista” (ainda que se tenha uma abertura sobre quem pode se ocupar dessa profissão) e mesmo a aceitação última de uma “inevitável” dupla instituição: a do Estado e a de saber acadêmico? Em que a superação moderna se liga a essência da composição que roga para si e deixa de organizar os predicados de suas ações à semelhança daquilo com o qual ela propõe ruptura?

³⁶ Do gr. *hermeneutiká*, interpretação. No sentido filosófico arte ou ciência da interpretação. (SANTOS, 1966).

Conforme Vattimo (2007, p.36), “para tirar da técnica, das suas produções, das suas leis, do mundo que ela cria, a imponência do *ontos on* metafísico, é indispensável um sujeito que não se pense mais, por sua vez, como sujeito forte”. Mas, essa “cura pelo emagrecimento do sujeito”, como traz à apreciação o autor, está ligada a um sentido radical aberto por Nietzsche e aprofundado por Heidegger³⁷: só há possibilidade de um enfraquecimento do sujeito (e de liberdade) quando este assume que seu próprio conhecimento é uma experiência fabulizada da realidade.

Assim,

A técnica também é fábula, (...), mensagem transmitida. Vê-la nessa relação despoja-a de suas pretensões, imaginárias, de constituir uma nova realidade "forte" (...). O mito da técnica desumanizante e, também, a realidade desse mito nas sociedades da organização total são enrijecimentos metafísicos que continuam a ler a fábula como "verdade". (Vattimo, 2007, p.15-16)

Entrar nessa dimensão significa, por sua vez, assumir a impossibilidade de qualquer interpretação desprovida de *a priori* e também admitir a importância da pré-construção que fala na aparência ilusória daquilo que incorporado (ou mesmo vivenciado como conversão) não levanta mais a questão sobre sua legitimidade. Uma força que ignorada como arbitrária possibilita subitamente tomar o enunciado pela coisa em si. Desta forma há sempre uma relação intencional com o objeto, seja ele pertencente a um campo discursivo ou ao cotidiano. E essa familiaridade ou, “essa espécie de empenhamento ontológico que o senso prático instaura”, como põe em relevo Bourdieu (2007, p.83) “é uma relação de pertença e de posse na qual o corpo apropriado pela história se apropria, de maneira absoluta e imediata, das coisas habitadas por essa história”.

³⁷ Embora a produção de Nietzsche e Heidegger seja bastante ampla, dentro do arcabouço movimentado por Vattimo (2007), “Gaia ciência” de Nietzsche (2001) e, sobretudo, “A origem da obra de arte” de Heidegger (2010) foram de importância capital nas argumentações tecidas. Portanto, nesta remontagem como forma de voltar ao originário da questão, a presente tese irá recorrer predominantemente a estas duas referências primárias.

A rocha classificada como um ser vivo faz sorrir a qualquer contemporâneo tanto quanto as consequências das ideias modernistas no planejamento faz tremer o urbanista preocupado, da mesma forma que para ele é perfeitamente natural olhar “*a cidade em si*”. Ao cidadão, por sua vez, não causa espanto a máquina escavando a terra para a realização de uma pequena obra qualquer, afinal, o que tem o barro de sagrado? Todos esses minúsculos atos que se apresentam como dotados de uma obviedade nítida, tanto quanto qualquer outro que autentica uma di-visão de mundo – mesmo aquelas que fundamentam a existência das instituições, do saber instituído e suas classificações – trazem consigo o repasse de um apontamento que um dia foi tornado visível e tomou de assalto quem com ele se deparou. Indício de lógica, interpretação corrente que sustenta tudo que é conhecido (ou melhor, ignorado como arbitrário) e que participa na luta pela correção legítima de uma realidade que só em aparência pode se fundamentar. Como expõe Heidegger (2010, p.22), toda coisa³⁸ uma vez trazida à apreciação não é tão natural como se apresenta porque “o que nos aparece como natural é provavelmente apenas o habitual de um longo hábito que esqueceu o in-habitual do qual aquele se originou”.

Se se pode sustentar que a pós-modernidade inicia-se com Nietzsche, como corrobora também Vattimo (2007), então o ir além da modernidade se dá no vir à luz do “não fundamento do fundamento”, que expõem, dentre outros, e segundo Nietzsche (2001): que a lógica origina-se na tendência ilógica de tratar o semelhante como igual (*op. cit.* p. 139); que o real existe apenas como uma experiência interpretativa, uma perspectiva de visão, fundamentada não no que as coisas são mas naquilo que aparentam ser (*op. cit.* p. 95-97); e que o conhecimento – essa necessidade oriunda do “*instinto do medo*” e cujo “*júbilo*” é precisamente “o sentimento de segurança reconquistado” (*op. cit.* p.250) – tornou-se “vontade de poder” quando disposto na “luta grande e pequena sempre em torno da preponderância, de crescimento e expansão, do poder, conforme a vontade de poder, que é justamente a vontade de vida” (*op. cit.* p.244). Vontade de vida, porque “o homem do conhecimento é também um recurso para prolongar a dança terrestre e, assim, está entre os mestres-de-cerimônia da existência” ao estender “*a duração do sonho*” (*op. cit.* p. 95).

³⁸ O conceito de coisa, de maneira bastante simplificada, diz respeito a tudo que existe ou possa existir independentemente do nosso conhecimento. Daí toda a importância de se chegar a “coisidade da coisa”, a pureza última e fundamental tão cara à verdade como ideia de uma estrutura estável ou, à refutação de sua existência desprovida de uma interpretação.

Como pôs à tona Nietzsche (2001) no aforismo 110 de “Gaia Ciência” que guarda uma boa parte do sentido dessas suas proposições,

Durante enormes intervalos de tempo, o intelecto nada produziu senão erros, alguns deles se revelaram úteis e ajudaram a conservar a espécie: quem com eles deparou, ou os recebeu como herança, foi mais feliz na luta por si e por sua prole. Esses equivocados artigos de fé, que foram continuamente herdados, até se tornarem quase patrimônio fundamental da espécie humana, são os seguintes, por exemplo: que existem coisas duráveis, que existem coisas iguais, que existem coisas, matérias, corpos, que uma coisa é aquilo que parece; que nosso querer é livre, que o que é bom para mim é também bom em si. Somente muito depois surgiram os negadores e questionadores de tais proposições — somente muito depois apareceu a verdade, como a mais fraca forma de conhecimento. (...) [os antigos erros fundamentais] tornaram-se, mesmo no interior do conhecimento, as normas segundo as quais se media o que era “verdadeiro” e “falso” — até nas mais remotas regiões da pura lógica. Portanto, a *força* do conhecimento não está no seu grau de verdade, mas na sua antiguidade, no seu grau de incorporação, em seu caráter de condição para a vida. Quando viver e conhecer pareciam entrar em contradição, nunca houve sérias lutas; a negação e a dúvida eram consideradas loucura. Os pensadores de exceção, tais como os eleatas, que apesar de tudo estabeleceram e se ativeram aos opostos dos erros naturais, acreditavam ser possível também *viver* o que era oposto: eles inventaram o sábio como o homem da intuição imutável, impessoal e universal, como sendo Um e Tudo ao mesmo tempo, com uma faculdade sua para aquele conhecimento invertido; eles criam que o seu conhecimento era igualmente *princípio da vida*. Para poder afirmar tudo isso, no entanto, eles tiveram de se enganar a respeito de sua própria condição: tiveram de falsamente atribuir-se impessoalidade e duração sem mudança, de

compreender mal a natureza do homem do conhecimento, negar a força dos impulsos no conhecimento em geral, apreender a razão como atividade inteiramente livre, de si mesma originada; eles fecharam os olhos para o fato de que também eles haviam chegado a suas proposições contradizendo o que era tido por válido, ou ansiando por tranquilidade, posse exclusiva ou dominação. O desenvolvimento mais sutil da retidão e do ceticismo acabou por impossibilitar também esses homens; também suas vidas e seus juízos revelaram-se dependentes dos antiquíssimos impulsos e erros fundamentais de toda existência sensível. — Esta mais sutil retidão e atitude cética surgiu sempre que duas proposições opostas pareceram aplicáveis a vida, por serem ambas compatíveis com os erros fundamentais, isto é, sempre que se pode discutir o maior ou menor grau de *utilidade* para a vida; e igualmente quando novas proposições não se mostraram úteis, mais tampouco prejudiciais a vida, enquanto manifestações de um lúdico impulso intelectual, inocentes e felizes como tudo aqui que é lúdico. Gradualmente o cérebro humano foi preenchido por tais juízos e convicções, e nesse novelo produziu-se fermentação, luta e ânsia de poder. Não somente utilidade e prazer, mas todo gênero de impulsos tomou partido na luta pelas "verdades"; a luta intelectual tornou-se ocupação, atrativo, dever, profissão, dignidade —: o conhecimento e a busca do verdadeiro finalmente se incluíram, como necessidade, entre as necessidades. A partir daí, não apenas a fé e a convicção, mas também o escrutínio, a negação, a desconfiança, a contradição tornaram-se um *poder*, todos os instintos "maus" foram subordinados ao conhecimento e postos ao seu serviço, e ganharam o brilho do que é permitido, útil, honrado e, enfim, o olhar e a inocência do que é *bom*. O conhecimento se tornou então parte da vida mesma e, enquanto vida, um poder em contínuo crescimento: até que os conhecimentos e os antiquíssimos erros fundamentais acabaram por se

chocar, os dois sendo vida, os dois sendo poder, os dois no mesmo homem. (...) ³⁹

É precisamente a consequência deste choque, que levaria ao niilismo, a uma neutralização, à forma de liberdade possível e ao mesmo tempo a um salto no abismo porque, se mesmo o pensar moderno fez o homem sentir na pele o sopro do vácuo a ponto de chegar ao sofrimento pela “*crença na descrença*”, isso mostra, “acima de tudo”, como colocou Nietzsche (*op. cit.*, p.347), “a *necessidade* de fé, de apoio, amparo, espinha dorsal...”⁴⁰. Como completa o autor,

por mais importante que seja conhecer os motivos que realmente guiaram a conduta humana até hoje, talvez a *crença* neste ou naquele motivo, isto é, o que a humanidade presumiu e imaginou ser o autêntico motor do seu agir até agora, seja algo ainda mais essencial para o homem do conhecimento. Pois a íntima miséria e felicidade é dada aos homens de acordo com a sua crença neste ou naqueles motivos — *não* em virtude do que era realmente motivo! Esse último é de interesse secundário.⁴¹ (NIETZSCHE, 2001, p. 44)

Ao mesmo tempo, e nessa continuidade, Nietzsche (2001) traz à apreciação o fato de que toda “animalidade e humanidade” – a combinação entre os mais ancestrais impulsos e aquilo que passamos a reconhecer por intermédio da enunciação como anúncio transmitido – moldam o que aparece como dotado de sentido pelo sujeito. A “realidade” torna-se uma perspectiva, uma experiência singular na medida em que é dada pela dança ímpar entre luminosidade e esquecimento que nos coloca “sempre em nossa própria companhia” – como engendra o aforismo que abre este capítulo – e diante daquilo que somos capazes de ver e do que desejamos transformar em ornato. Como desvenda o autor, “todas as nossas ações, no fundo, são pessoais de

³⁹ Grifos no original.

⁴⁰ Grifos no original.

⁴¹ Grifos no original.

maneira incomparável, únicas, ilimitadamente individuais, não há dúvida; mas, tão logo as traduzimos para a consciência, *não parecem mais sê-lo...*”⁴² (*op. cit.*, p.250).

É ao longo desse segmento que na atualidade se poderá falar, como o fez Bourdieu (2007), do próprio conhecimento como “poder simbólico” cuja força – dada por sua forma “irreconhecível, transfigurada e legitimada” – confere-lhe o poder “quase mágico” de “confirmar ou transformar a visão de mundo e, deste modo, a ação sobre o mundo, portanto o mundo”. Um poder, que para o autor, equipara-se ao que pode ser obtido por outras formas de poder, como a força física ou econômica (*op. cit.* 14-15). Como enfatiza o autor (*op. cit.*),

O que faz o poder das palavras e das palavras de ordem, poder de manter a ordem ou de a subverter, é a crença na legitimidade das palavras e daquele que a pronuncia, crença cuja produção não é da competência das palavras.

Dentro dessa consideração sobre as perspectivas que colocam o conhecimento como parcial é que a própria discussão sobre o que é a ciência passará a sustentar afirmações como a de Chalmers (1997, p.49) de que, “experiência visual que um observador tem ao ver um objeto, depende em parte de sua experiência passada, de seu conhecimento e de sua expectativa”.

Nisso que a realidade é dependente do sujeito interpretante, é que a paisagem ganhará na atualidade uma revigorada relevância já que ela, por definição pressupõe a existência do observador que a “vê” como seu ponto de partida. Uma interação do olhar com o ambiente que não se limita a uma atitude passiva, porque, como acentua Novarina (p. 71, 2000) “a observação e a descrição não podem ser afastadas de uma intenção, até mesmo de um verdadeiro projeto de transformação da paisagem”⁴³. Esse olhar pré-construído para interpretar, no que a mais simples cadência do tempo exige, é também constrangido a interagir/intervir. É na importância desse reconhecimento que a

⁴² Grifos no original

⁴³ L'observation et la description ne peuvent donc être détachées d'une intention, voire d'un véritable projet de transformation du paysage.

paisagem será assumida como à “dimensão sensível da percepção e do planejamento territorial” (TERRASSON, 2000), que por sua vez, trará várias facetas.

No hall dessa valorização da “função central do sujeito”, em que seu entorno passa de uma condição “natural” para recompor sua construção cultural e sensível dada pelo olhar humano, a própria paisagem subjetiva por excelência será tratada como objeto cujo porvir precisa ser metrizado juridicamente. A questão da paisagem ganha relevância social instituída como a promulgação da Convenção Europeia da Paisagem⁴⁴ (CONSEIL DE L’EUROPE, 2000) e mais recentemente, no Brasil, da chancela do IPHAN sobre paisagens culturais (IPHAN, 2009). Um entendimento que irá se aproximar da noção de monumento e cujo anseio será prever um futuro inscrito num fazer viver o passado.

Também, ao passo que o urbanismo se redireciona para uma revalorização da descrição, da busca da forma como os habitantes compreendem (veem) seu espaço tecendo seu significado, há o ensejo de uma estreita aproximação entre esses dois arcabouços. Um elo, não unânime, mas conduzido ao ponto do grande prêmio de urbanismo de 2011 ter sido decidido pelo magnetismo desse contato como descrito pelas palavras do júri sobre “a emergência da noção de paisagem nos desafios urbanos”:

Permanece, no âmago da maioria dos membros do júri, que a hora é esta de Michel Desvigne, esta de destacar a profissão de paisagista⁴⁵, cuja importância tem aumentado continuamente nos últimos anos dentro da reflexão operacional. É o que explica Kristlaan Borret: ‘Em muitas regiões da Europa, a distinção entre cidade e paisagem é cada vez menos clara. A cidade e a paisagem tornam-se mais híbridas. Esta condição da cidade se encontra em uma espécie de hibridação da profissão de urbanista. As formações – arquiteto, paisagista, urbanista – misturam-se. Michel Desvigne é um exemplo notável deste novo papel híbrido. O prêmio será um reconhecimento da sua

⁴⁴ Convention européenne du paysage, também conhecida como Convention de Florence.

⁴⁵ Cumpre destacar que, diferentemente da visão de paisagista que se tem no Brasil, ligada muito mais à teoria dos jardins, em países como a França esta profissão assume status mais amplos com grande influência das interpretações sociológicas e filosóficas sobre sua composição.

importância pessoal e também da emergência da noção paisagística no seio dos desafios urbanos atuais'. (Debate do júri, in MASBOUNGI, 2011, p.10-11)⁴⁶

Uma “hibridação”, que revela olhares muito próximos como fica explicitado nas palavras de Desvigne (in: MASBOUNGI, 2011, p.30): “Eu descobri que em um Grande Prêmio de urbanismo se demanda inevitavelmente qual é a sua visão de cidade ideal. (...) Minha cidade ideal não é um modelo.”⁴⁷

Se planejamento urbano e planejamento da paisagem não são sinônimos perfeitos pela força legal, quando a própria paisagem, dimensão subjetiva, é trazida à condição de objeto e/ou se funde à ação de planejamento urbano sob o rótulo de “*reintrodução do sensível*”⁴⁸ a questão fundamentalmente assumirá a mesma frequência da problemática do urbanismo contemporâneo mesmo que a entrada seja um pouco diferenciada por ser mais abrangente, uma vez que a paisagem não se circunscreve ao tratamento da temática urbana e nem aos limites da cidade.

Porém, mesmo esta objetivação da paisagem não escapa da dimensão ontológica naquilo que foi lida dentro desse movimento envolvente que reverbera a superação da modernidade com ares de reencantamento do mundo, no qual, o urbanismo, de novo se incluiu. Contudo, enquanto a ligação estreita com o “como fazer”, demandado pelo planejamento, condicionou o urbanismo a girar ao redor do seu próprio eixo, a paisagem como uma noção aberta permitiu uma

⁴⁶ **L'émergence de la notion paysagère dans les défis urbains.** Reste que, dans l'esprit de la majorité des membres du jury, l'heure est celle de Michel Desvigne, celle de mettre en avant la profession de paysagiste, dont l'importance n'a cessé de croître ces dernières années dans la réflexion opérationnelle. Ce qu'explique Kristlaan Borret: 'Dans beaucoup de régions en Europe, la distinction entre ville et paysage est de moins en moins claire. La ville et le paysage deviennent plus hybrides. Cette condition de la ville se retrouve dans une sorte d'hybridation de la profession d'urbaniste. Les disciplines — architecte, paysagiste, urbaniste — se mêlent. Michel Desvigne est un exemple remarquable de ce nouveau rôle hybride. Le prix serait une reconnaissance de son importance personnelle et aussi de l'émergence de la notion paysagère dans les défis urbains actuels' » (Débat du jury, in MASBOUNGI, 2011, p.10-11)

⁴⁷ “Je découvre qu'à un Grand Prix de l'urbanisme, on demande immanquablement ce qu'est sa vision de la ville idéale. (...) Ma ville idéale n'est pas un modèle.»

⁴⁸ Expressão dita por Amphoux (2004) muito embora na ideia contida no artigo, essa paisagem como reintrodução do sensível, não possa ser interpretada como muito longe de uma reintrodução pouco elaborada da teoria dos jardins.

amplitude que é especialmente cara ao foco desta tese. Se como objeto a paisagem foi resumida a causa-efeito, em sua subjetividade circular entre interpretação-ação-interpretação, ela permite religar o sentido da construção da verdade fraca (“pensamento fraco”) para além da discussão encerrada em urbanismo no método/modelo. O que se faz de uma maneira muito mais essencial porque a paisagem é fruto direto desse evento: sua origem remete a obra artística embora ela ganhe ares de uma “evidência concreta” no que é continuamente submetida à instabilidade ativa entre a lembrança e o esquecimento da construção humana. É assim que ela aparecerá como “um objetivador por excelência” que desempenha “um papel importante na ideologia”, como sugere Duncan (2004, p. 111) e como “lugar de superposição de jogos de poderes e de símbolos que tem influência significativa na imaginação dos homens” (GANDY, 2004, p. 86). Todavia, como indagou Novarina (2004), nossa própria abordagem de paisagem não está também ela a se modificar de maneira radical?

Examinemos melhor a questão no capítulo ulterior.



4

**A paisagem e o sujeito
interpretante:
a construção do ver
através do olhar**



4 A PAISAGEM E O SUJEITO INTERPRETANTE: A CONSTRUÇÃO DO VER ATRAVÉS DO OLHAR

Minha terra tem palmeiras,
Onde canta o Sabiá;
As aves que aqui gorjeiam,
Não gorjeiam como lá. (...)

(Gonçalves Dias –
Canção do Exílio, 1847, 1ª estrofe)

Na atualidade a discussão sobre a paisagem e sua significação tem ganhado importância crescente sobretudo quando se fala em um movimento (e necessidade) de “resimbolização e reencantamento do mundo”, uma tendência que Berque (1995) já havia percebido em meados dos anos 1990. Efetivamente, o termo paisagem é hoje largamente utilizado, porém, a própria polissemia adjetiva e de sentidos que a expressão pode assumir, indica que ela é submetida a uma riqueza perceptiva e interpretativa de vasta gradação que vai do seu emprego na vida cotidiana a sua discussão no meio acadêmico.

Em seu sentido dicionarizado, a palavra paisagem é definida, via de regra, como a porção do território ou do espaço do terreno que se abrange num lance de vista (FERREIRA, 2004; HOUAISS, 2009). Um segundo sentido mais comum é o que a liga à pintura, ao desenho, à gravura que, “representam uma paisagem natural ou urbana” (FERREIRA, 2004, p.1468) ou em que, como assinala o dicionário Houaiss, “o tema principal é a representação de formas naturais, de lugares campestres”. Este dicionário acrescenta ainda outras duas definições: “conjunto de componentes naturais ou não de um espaço externo que pode ser apreendido pelo olhar” e “espaço geográfico de um determinado tipo”.

No imaginário, correntemente a paisagem aparece associada, de forma preeminente a uma ideia de valorização da “natureza” em que se destacam três elementos: o mar, a montanha e o campo, em geral dispostos numa configuração cênica, como pode ser apreciado num demonstrativo do resultado da pesquisa do termo “paisagem” (figura 5)

Figura 5 - Imagens correspondentes ao termo “paisagem” no buscador “Google Imagens”. Fonte: Aplicativo Google Imagens, 2012.

num dos aplicativos de grande difusão da internet, o Google Imagens⁴⁹. Na maior parte das vezes, o elemento humano foi abstraído da representação. As pessoas não são vistas ou, dizendo de outra forma, não se dá ênfase ao ato ritual empregado na elaboração da paisagem: põe-se à parte o trabalho do camponês ou, mesmo no caso de edificações, quando estas estão presentes mostram-se de maneira quase idílica.

Apenas com a realização de uma segunda busca que adiciona o urbano ao termo paisagem (paisagem urbana – figura 6), é que o construído ganha supremacia, muito embora, aqui, igualmente se hierarquiza prioritariamente o visível como um dado, um conjunto de objetos, apesar da relevância do traço humano nos aspectos de sua criação. Da mesma forma, é preciso treino para perceber a disjunção entre o retrato de realidade e o ponto de vista por trás da câmera.

Com efeito, se a noção de “paisagem urbana” parece distinguir-se da concepção mais imediata de “paisagem” é preciso lembrar que essa associação da ideia de cidade àquela de paisagem só vai aparecer por volta da década de 1970, nos meios especializados, tal qual o composto por urbanistas e geógrafos, como sustenta Berque (1995). Uma aproximação conceitual, portanto, simultânea à crise do urbanismo modernista. Mas, o que esta contiguidade de sentidos indica não é apenas uma simples mistura, ela é, segundo o autor (*op. cit.*), também o resultado de uma profunda transformação: de um lado, com a amplitude que a urbanização tomou, a cidade assumiu a feição de uma realidade que nos é familiar e valorizada; e de outro se operou uma modificação na própria natureza do olhar que se assenta sobre ela. O entrave, nesse caso, como expõe Berque (1995, p. 132) “é que ao falar de ‘paisagem urbana’, faz-se da cidade o único elemento da representação pictural ou mental. A parte torna-se então o todo”⁵⁰.

A própria emergência da consideração da “paisagem urbana” guarda, por conseguinte, todo um interesse revigorado pelo olhar que se dá nesse por em evidência do sujeito visando à compreensão da relatividade dos valores e interpretações ao qual o pensar e agir “pós-

⁴⁹ Para compor os arranjos apresentados nas figuras 5 e 6, que tem por base o referido aplicativo, utilizou-se como critério - frente à multiplicidade de imagens que são relacionadas em cada busca - a seleção das quatro primeiras linhas apresentadas na página.

⁵⁰ Le problème, c'est qu'en parlant de « paysage urbain », l'on fait de la ville l'unique élément de la représentation, picturale ou mentale. La partie devient alors le tout.

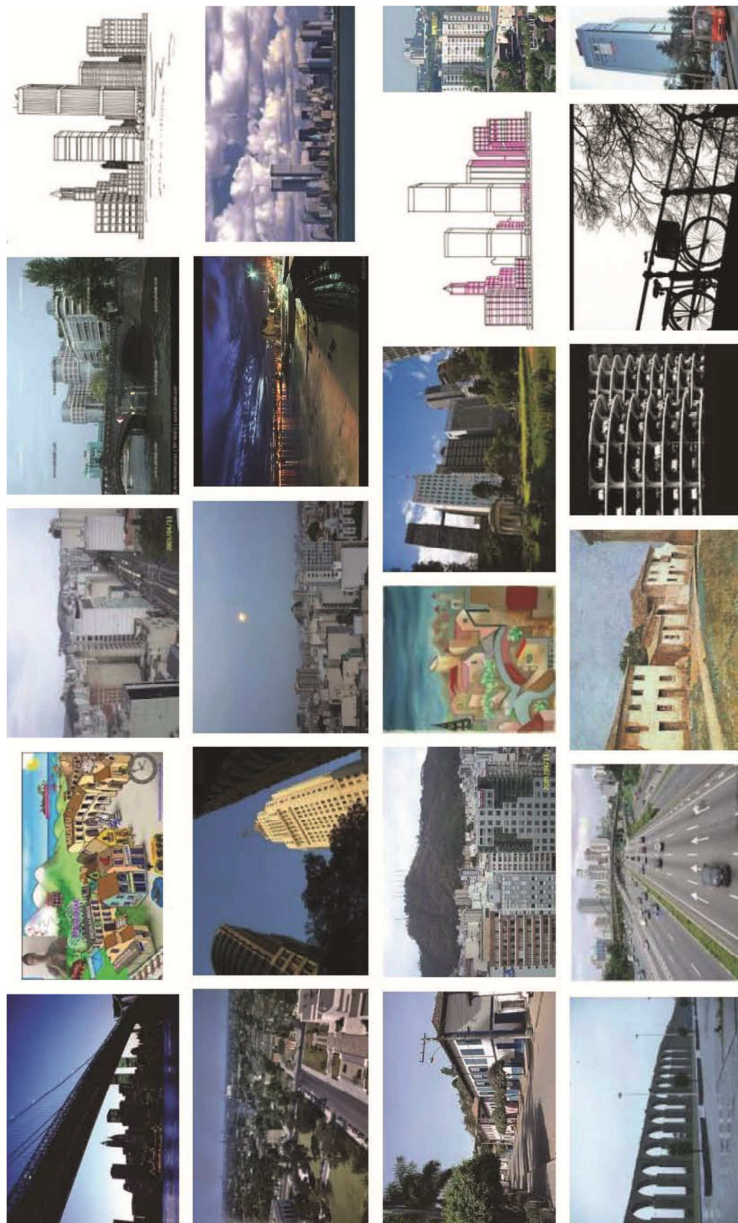


Figura 6 – Imagens correspondentes ao termo “paisagem urbana” no buscador “Google Imagens”. Fonte: Aplicativo Google Imagens, 2012.

modernos” se abrem em busca de maior equidade. Porém, se a paisagem diz respeito ao que se pode abarcar em um lance de vista, há de se considerar que, para dotar de significado o que se enxerga, é preciso forçosamente ir além da função ótica: uma pré-organização de sentidos faz-se imperativa. Ver torna-se “ver como” e um mesmo objeto assume tantos predicados quantas forem as faculdades perceptivas que a ele se adereçarem, como ilustra um pequeno extrato posto na forma da figura 7. É por esse caminho que se pode considerar, como frisou Berque, (1995, p. 148) que “o mundo ao nosso redor somente é objetivo em uma certa medida: aquela em que não é construído por nosso olhar; e que é subjetivo na medida inversa.”⁵¹. Assim, como ressalta Berque (1994, p.6),

A paisagem é implicada na vida social (e reciprocamente), ela é condicionada permanentemente pelas relações sociais. Logo, *a paisagem é uma entidade relativa e dinâmica, em que natureza e sociedade, olhar e ambiente estão em constante interação.*⁵²

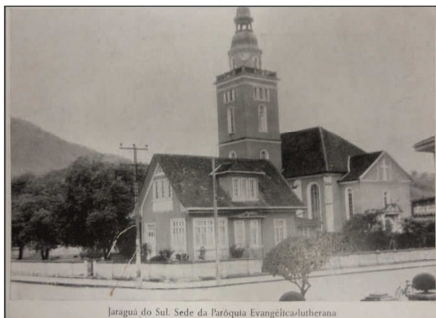
Todavia, a noção de paisagem é tão corriqueiramente empregada e impregnada ao que os olhares tomaram por uma habitualidade que, é difícil presumir o caráter de sua invenção e a carência de um gatilho que na trajetiva histórica condicionou a (nossa) sociedade a sair de uma anestesia perceptiva a seu respeito para torná-la parte mesmo daquilo que dá sentido ao existir.

De acordo com Berque (2010, p. 100), o que separa uma sociedade sem paisagem⁵³ de uma posterior a sua aparição e, para que

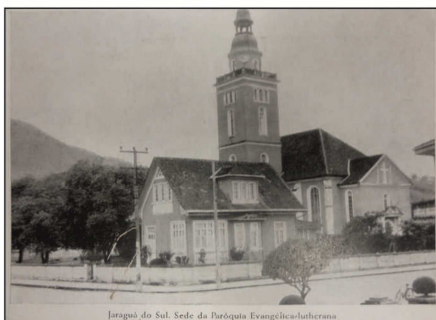
⁵¹ (...) le monde qui nous entoure n'est objectif que dans une certaine mesure: celle où il n'est pas construit par notre regard; et qu'il est subjectif dans la mesure inverse.

⁵² Le paysage est impliqué dans la vie sociale (et réciproquement), il est conditionné en permanence par des rapports sociaux. Bref, *le paysage est une entité relative et dynamique, ou nature et société, regard et environnement sont en constante interaction.*

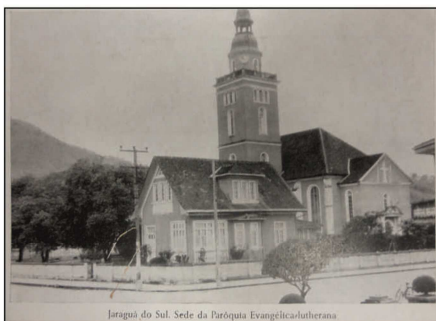
⁵³ Em sua obra de 1995 Berque denomina tais sociedades como “proto-paisagísticas”. Em um artigo mais recente (Berque, 1998) o autor volta à discussão sobre esta nomenclatura dada por ele para classificar todas as culturas anteriores a “descoberta” da paisagem. Frente às críticas de que a designação poderia ter uma conotação pejorativa, o autor opta por designá-las como “sociedades outras que paisagística” na falta de um termo que melhor as classifique.



Ver como:
Obra



Ver como:
Casa de Deus



Ver como:
Patrimônio



Ver como:
Perda de visibilidade em
detrimento da função comercial

Figura 7 – As diferentes atribuições de sentido a um mesmo objeto.

se possa acertadamente falar da existência da paisagem como tal, é preciso que os sete critérios seguintes sejam preenchidos (por ordem de discriminação decrescente): 1. Os tratados sobre a paisagem, manifestando que se a conhece como tal; 2. uma ou mais palavras para dizer “paisagem”; 3. As pinturas de paisagem; 4. uma arquitetura privilegia a vista da paisagem; 5. os jardins ornamentais; 6. uma toponímia elogia a beleza do ambiente; 7. uma literatura (oral ou escrita) vangloria a beleza do ambiente.⁵⁴

Este acontecer, só se dá num período muito recente da história da humanidade. A contar pela sociedade ocidental, este fato abre-se seguindo o alvorecer da era moderna e como uma consequência possibilitada pela invenção da perspectiva, que permitiu ao olhar ordinário um distanciamento requisitado para que a paisagem fosse apreciada como tal. Um evento que se produziu na Europa cerca de mil anos depois da sua eclosão na China, considerada o primeiro lugar a saber apreciar as configurações mundanas enquanto paisagem.

No ocidente, como enfatiza Berque (1995, p. 109),

a descoberta da paisagem, que é contemporânea da revolução copernicana, é-lhe em verdade homóloga: ela foi a forma simbólica da emergência do mundo moderno, este mundo objetivado que – ao preço de uma descentralização por vezes cosmológica e lógica – abstraiu a consciência do sujeito⁵⁵.

⁵⁴ pour que l'on puisse à bon droit parler de l'existence du paysage comme tel, il faut que les sept critères suivants soient remplis (par ordre de discrimination décroissante): 1. Des traités sur le paysage, manifestant qu'on en a conscience comme tel ; 2. un ou des mots pour dire « paysage » ; 3. des peintures de paysage ; 4. une architecture privilégiant la vue du paysage ; 5. des jardins d'agrément ; 6. une toponymie vantant la beauté de l'environnement ; 7. une littérature (orale ou écrite) vantant la beauté de l'environnement.

Obs : estes pontos referenciais forma revistos e ampliados pelo autor em sua obra de 2010. Anteriormente Berque (1995) fundamentava essa passagem à visão paisagística em quatro critérios: resumidamente, a existência de representações de paisagem por palavras, pela literatura, pela pintura e pelos jardins.

⁵⁵ La découverte du paysage, qui est contemporain de la révolution copernicienne, lui est en vérité homologue : elle a été la forme symbolique de l'émergence du monde moderne, ce

Um intento que a arte da perspectiva ensinou a ver (e a modelar) o mundo como se o observador estivesse fora da cena, em um ponto fixo, a partir do qual abrir-se-ia ao olhar uma visão objetiva da realidade (figura 8). Um repasse que chega à contemporaneidade naquilo que molda o olhar corrente, e que não por acaso, é a forma que condiciona o adereçamento que sobressai na indicação de paisagem em que o sujeito parece-lhe alheio.

Com efeito, é apenas no final do século XV que o termo paisagem aparece na Europa vinculado ao surgimento e difusão do gênero de pintura flamenca que tem na janela – nisso que sua percepção fornece um molde que se abre para o exterior – seu ponto principal. (CLAVAL, 2004; BERQUE, 1995; ROGER, 2000) (figura 9). “A janela é, por conseguinte, esta moldura que, isolando-o, encaixando-o dentro do quadro, institui o país em paisagem” (ROGER, 2000, p. 95). É, portanto, nesta pequena fresta possibilitada pela junção entre a perspectiva e no que ela chama a atenção para a janela e pela janela que pôde nascer a paisagem. E, com ela, o desabrochar da percepção da sociedade atual que nesse trajeto de incorporação conduziu-a a evidência.

A partir da pintura surgirá a designação neerlandesa *landskap* (CLAVAL, 2004; BERQUE, 1995), uma estrutura que exprime a ideia de “configuração do terreno”, “canto do país” (ROGER, 2000), que seguirá o mesmo modelo nas línguas germânicas (em alemão *Landschaft*, em inglês *landscape*). Nas línguas latinas, como enfatiza Berque (1995), “o acréscimo do sufixo a ‘pays’ exprime a ideia de um conjunto, apreendido em um só olhar”⁵⁶. Em francês forja-se *paysage* [“pays” (país) + “age” (idade)] e, por derivação cria-se em português “paisagem”, que inevitavelmente perdeu um pouco do senso original.

Enquanto na Europa as representações picturais da paisagem precederam as representações verbais – o que permitiu vê-la com um objeto a parte do sujeito e em que o sentido da visão é o privilegiado – na China, esse desabrochar deu-se na poesia e no que ela chamou a atenção para a “capacidade de apreciar as manifestações sensíveis da realidade” (Berque, 2010, p.102).

monde objectifié dont — au prix d'un décentrement à la fois cosmologique et logique — s'est abstraite la conscience du sujet.

⁵⁶ (...) le suffixe ajouté à « pays » exprime l'idée d'un ensemble, appréhendé d'un seul regard.

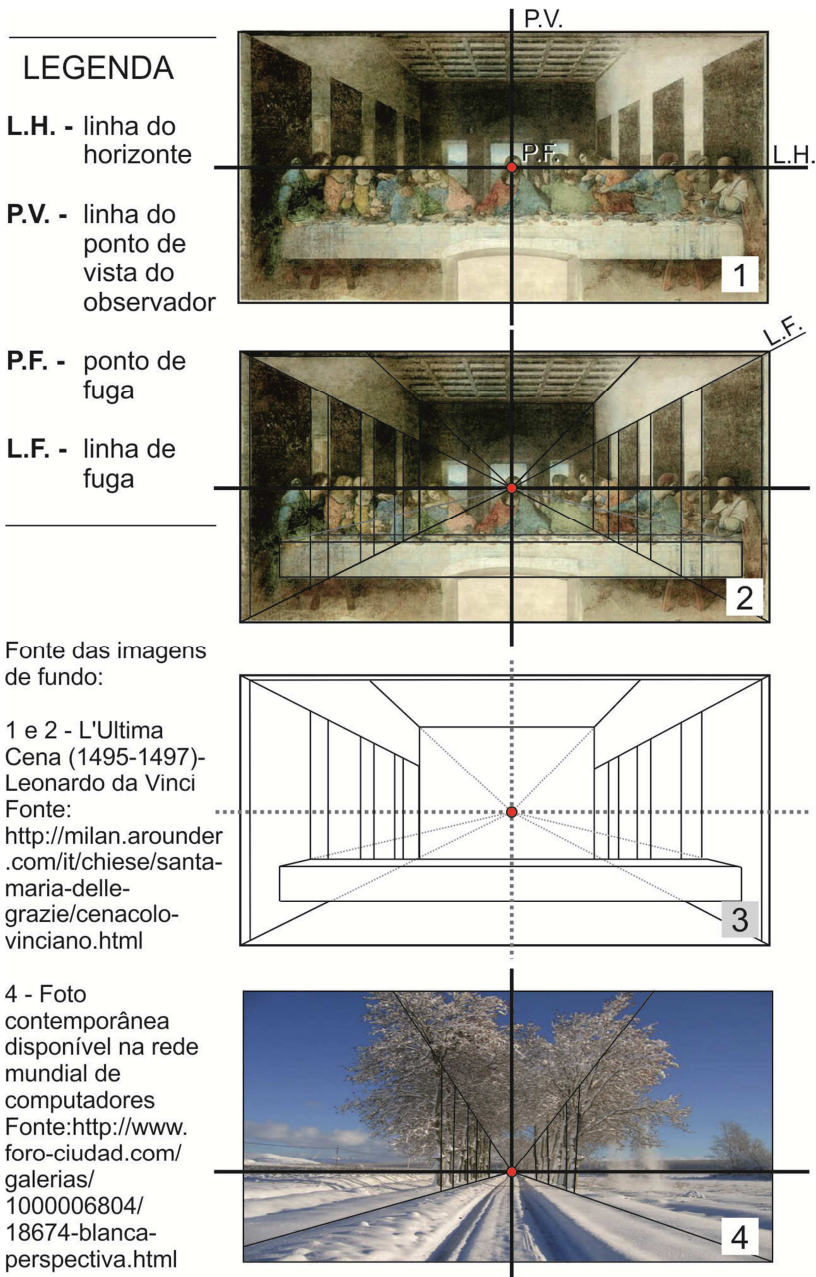


Figura 8 – Construção da percepção pela perspectiva.

Hieronymus van Aeken
 Bosch, El Bosco – A
 Adoração dos Magos,
 (até 1510). Pintura
 flamenca. Óleo sobre
 tela. Fonte: Museu
 Nacional del Prado, Madrid



Joachim Patinir- Tríptico
 da penitência de São
 Jerônimo (1512-1515).
 Pintura flamenca. Óleo
 sobre madeira. Fonte:
 Metropolitan Museum,
 Nova York.



Figura 9 – Gênero de pintura flamenca do século séc. XV, início do XVI, considerada como o surgimento da paisagem no ocidente.

Para Berque (2010), o poema escrito por Xie Lingyun em 515 (quadro 3) pode ser considerado a certidão de nascimento da paisagem. A tal poeta também se atribui a invenção da palavra *shang* – equivalente chinês de paisagem – que porta nos elementos que compõe seu sinograma “a ideia de valor”, de “capacidade de apreciar”, de “conferir um preço a alguma coisa”, como avalia Berque (2010).

Quadro 3 – Destaque de uma estrofe do poema chinês escrito por Xie Lingyun ao qual Berque atribui a certidão de nascimento da paisagem.⁵⁷

情用賞為美	Le sentiment, par le goût, fait la beauté
事味竟誰辨	Chose obscure avant qu'on la dise
觀此遺物慮	Oubliant à sa vue les soucis mondains
一悟得所遣	L'avoir saisie vous motive

Fonte: Berque , 2010, p. 102-103.

É só a partir do ver enquanto paisagem – dado por um por em valor e por um pôr-se em recuo⁵⁸ – que cada sociedade pôde, enfim, transportar sua subjetividade para o planejamento do terreno com o objetivo de fazer existí-lo enquanto forma simbólica criada para a apreciação e reforço identitário, que terá início na arte dos jardins. Na China, assim como nos demais países que sofreram sua influência (Japão, Coréia, etc), foi o mito fundador disposto na representação de elementos que distinguem o domínio humano do domínio dos imortais que se tornou dorsal. Já no ocidente o foco foi a aplicação da geometria que ajudou a reforçar a ideia de razão, da qual os jardins do palácio de Versailles são um exemplo emblemático (figura 10). Mas, se os desígnios motivacionais, alegóricos e por vezes formais do ocidente são divergentes dos do oriente, nem por isso são menos sagrados naquilo que convergem para o que se crê ser digno de maior apreço (figura 11).

Aliás, para abrir um parêntese, onde estaria a incongruência mesmo hoje, em comparar a imagem da criação de parques – os “santuários ecológicos” – ao jardim do Éden, ou ver um resquício do apocalipse nas noções de escassez, de desastres, no estudo de “civilizações perdidas” e mesmo na busca por asteroides? Ou, em

⁵⁷ O sentimento, pelo gosto, faz a beleza / Coisa obscura antes que a gente a fale / Esquecendo à sua percepção as inquietações mundanas / As ter apreendido vos motiva

⁵⁸ No ocidente, mesmo se a ideia de valor não é expressa, é ela que conduz a própria perspectiva a ser enaltecida a ponto de tornar-se um imperativo econômico na configuração da cidade que posteriormente se servirá dela para formar seu arranjo. Também na China não é o camponês (paysan) que descobre o campo (a paisagem): é o olhar citadino, que lança sobre ele a sua interpretação da vida fora dos muros.



A invenção dos jardins, é um dos elementos que distinguem a sociedade paisagística daquela cujo olhar não atingiu um nível de abstração e distanciamento do seu entorno. A geometria dos jardins do palácio de Versailles (criado no séc. XVII) evoca a correlação entre o olhar renascentista e a criação da paisagem. A perspectiva abre uma visão de contemplação, mas o observador distancia-se da obra e é idealizado como fixo e estatificado enquanto o campo visual direciona-se para um ponto de fuga indicado.

Figura 10 - Jardins do Palácio de Versailles – França. Fonte: Bertoli, D. Arquivo pessoal.



«Cones da pureza» segundo Chauvin (1999) ou, «Plataforma virada para a lua» designação descrita por Elisseeff (2010), que alude a seu brilho em noite enluarada. Fonte: Elisseeff, 2010.



Parque Floral, 1970 - (situado no Bois de Vincennes - Paris) - autor Jacques Sgard. Fonte: Brunon e Mosser, 2011.

Na primeira imagem vê-se o detalhe de um jardim japonês, cuja data permanece indefinida. No segundo caso, observa-se a foto de uma intervenção em um jardim ocidental contemporâneo.

Ambas as figuras representam paisagens concebidas com formas equivalentes dispostas em um sítio equivalente: um parque. Apesar da linguagem similar, a funcionalidade simbólica e perceptiva é que confere a distinção às formas de uso.

Figura 11 - Linguagens que se assemelham por seus elementos, evocativos de paisagens de significação distinta: um comparativo.

confrontar a competição cada vez mais acirrada pelo prédio mais alto do planeta – com a sensação de pequeninos diante dele – e a construção bíblica da torre de Babel, cujo objetivo era alcançar o céu?

Contudo, se a paisagem, enquanto imagem/imaginário criador foi tecida pela arte, este senso estético foi transfigurando-se ao longo da modernidade para dar ênfase aos elementos tradutores de uma visão de racionalidade “pura”. Esta saliência ramificada pela “objetividade do olhar” deu lugar às intervenções projetadas e executadas primeiro nos

jardins que, posteriormente – diante de uma exigência prévia de disjunção com a representação de subjetividade evocada pela arte – foram desdobradas e seguiram rumo a uma modelização do espaço que incluiu de maneira exemplar o urbanismo e sua invenção. Em sua outra extensão, “o olhar” foi direcionado ao nascimento de uma “ciência da paisagem” cujos passos iniciais para sua fundação foram postos numa perspectiva geográfica disposta na notoriedade das descobertas além-mar. Da relevância dada à fisionomia das composições vegetais como elemento de destaque passou-se à tentativa de desvendar as relações causais que se processavam para sua composição.

Até que, no início do séc. XX, dentro disso que assumiu a forma de uma ciência, a noção de paisagem vai ser pouco a pouco, e por aproximação com a filosofia, remexida para evoluir a uma concepção que integra os elementos de ordem social com os elementos naturais (FIGUEIRÓ, 1997). Esta visão de preponderância de um modelado e significado humano na composição dos arranjos espaciais conduziu a consideração da paisagem como imbricada em uma construção cultural. Segundo Sauer (1998) – que foi um dos fundadores e maiores difusores desta corrente – “as ações do homem se expressam por si mesmas na paisagem cultural. [...] Elas [as paisagens culturais] se derivam em cada caso da paisagem natural, com o homem expressando seu lugar na natureza como agente distinto de modificação” (SAUER, 1998, p.43). Desta forma, “a paisagem cultural é modelada a partir da paisagem natural por um grupo cultural. A cultura é o agente, a área natural é o meio, a paisagem cultural o resultado” (SAUER, 1998, p.59).

Esta visão, ainda bastante vinculada ao entendimento da morfologia da paisagem, como o próprio título da obra de Sauer⁵⁹ o indica, proporcionou uma abertura à paisagem como um conceito que,

incorpora ao suporte físico os traços que o trabalho humano, que o homem como agente, e não como mero espectador, imprime aos sítios onde vive. Mais do que isso, ela denota o potencial que um determinado suporte físico, a partir de suas características naturais, pode ter para o homem que se propõe a explorá-lo com as técnicas de que dispõe. (HOLZER, 1997, p.81)

⁵⁹ O artigo original data de 1925.

A vertente cultural tornou-se bastante enaltecida no que ela propôs um redirecionamento que sai de uma interpretação cartesiana e contempla a busca de compreensão de um caráter perceptivo, de significações culturalmente inscritas. Para Bertrand (1998), a partir do momento em que a paisagem é percebida de diversas formas, o ambiente toma a dimensão cultural e trabalha-se com a diversidade. Um mesmo arcabouço lido em Claval (1999, p 318) ao afirmar que, “as paisagens trazem a marca das culturas e, ao mesmo tempo, as influenciam. [...] Os homens e o espaço que fizeram seu são as duas faces de uma mesma realidade [...]”.

Logo, se a própria cultura é mutável e, considerando que suas transformações internas não se produzem de modo uniforme em todos os sentidos e nem em períodos completamente simultâneos, a paisagem ganha dimensão histórica: ela traz reflexos de uso e ocupação que unem elementos em coexistência. A paisagem torna-se “transtemporal, juntando objetos passados e presentes numa construção transversal” (SANTOS, 1999, p.83) e, quando considerada em um ponto determinado no tempo, “representa diferentes momentos do desenvolvimento de uma sociedade” pois “é o resultado da acumulação de tempos. Para cada lugar, cada porção do espaço, essa acumulação é diferente” (SANTOS, 1986, p.38).

Esta concepção cultural – em que a paisagem vai ser assumida como uma construção repleta de significados para dada população em sua historicidade – foi elevada a uma condição política nesse processo de revalorização identitária. Em geral, é encerrada nessa moldura ideária que ela será chamada a participar dos enquadramentos com finalidade legal.

O problema que se coloca até aqui – e que é paritário para a forma como a paisagem é chamada a participar no planejamento urbano e no urbanismo – é que este tipo de análise continua a ver a paisagem com distanciamento. A própria cultura é sempre trazida como algo passível de ser posto no nível da reflexão consciente o que a torna objetivada por excelência e passível de controle. As relações tornam-se pois, relações de causa e efeito dispostas linearmente no tempo. Os estudos focam-se na gênese e volução de dada paisagem e a atenção é direcionada principalmente aos artefatos que a compõe. Nesse globo, uma controvérsia que se levanta é que, mesmo o estudo concernente ao modo como uma mesma paisagem pode ser percebida de distintas formas e dos conflitos que daí podem decorrer, conduz a um

esquecimento da interrogação motivacional da pesquisa (enquadramento). Em resumo, fica-se bloqueado na ideia de paisagem como um objeto que é aquela que estruturou a modernidade.

Contudo, é preciso considerar que, até no nível legal houve uma importante evolução no modo de conceber a paisagem. A partir do momento em que não se pode mais falar nem da existência da natureza sem que ela seja significada pela cultura, desaparecem também as razões para se separar paisagem “natural” e paisagem “cultural”, como sublinham Donadieu e Périord (2007). Excetuando-se casos muito específicos como o de chancela de paisagem cultural, que por si visa à impressão de um carimbo, a paisagem retoma, mesmo no bojo dos demais textos legais, uma compreensão global: “todo espaço percebido torna-se paisagem”, como frisaram Donadieu e Périord (2007).

Uma consideração que está correlacionada ao que foi trazido à apreciação por um embasamento fenomenológico aplicado à geografia, no qual pôde emergir o entendimento de que, “não há experiência ambiental que não seja, em algum sentido e em algum grau, uma experiência de paisagem” (RELPH, 1979, p.13).

Mas, se paisagem em si é uma criação e uma dimensão simbólica da modernidade, a crise na qual a modernidade submergiu levou também a uma reavaliação do seu conteúdo. No bascular da própria fenomenologia, trazido por Nietzsche, em que o que dá sentido às significações vai muito além daquilo que pode ser vivenciado como consciência pura, é que o entendimento da paisagem mudará o teor de sua compreensão. Fundamentalmente, passa-se por uma inversão no ponto focal: a paisagem deixa de ser concebida como um objeto externo ao sujeito para tornar-se construção do seu olhar. Um passo que o urbanismo ainda não foi capaz de completar.

É assim que na contemporaneidade irá se afirmar que:

o ambiente consiste no conjunto de elementos externos que cercam a sociedade e que interagem com ela; a paisagem é, ao contrário uma produção interna, nascida da sociedade e que confere uma existência social ao que se encontra no contato entre esta e seu envelope externo⁶⁰. (BERTRAND, 1995, p. 107)

⁶⁰ L'environnement consiste dans l'ensemble des éléments externes qui entourent la société et qui interagissent avec elle ; le paysage est, au contraire une production interne, née de la

Desta forma,

(...) *a paisagem é ao mesmo tempo realidade e aparência de realidade*. Ela é realidade na medida em que é constituída de coisas bem reais que nos cercam; mas ela é também aparência, na medida em que estas coisas não se manifestam que através de nossos sentidos. (...) Ora as significações não transmitem apenas a realidade, elas a produzem também em uma certa medida... (...) A paisagem não é portanto uma quimera, é ao contrário, justamente a mediação pela qual nossa subjetividade pode ter poder sobre a realidade objetiva das coisas do ambiente.⁶¹ (BERQUE, 1995, p.16)

Como põe em relevo Collot (1995, p.210),

não se pode falar de paisagem que a partir de sua percepção (...) Mas, se esta percepção se distingue das construções e simbolizações elaboradas a partir dela, e reclama outros métodos de análise, sua aparência imediata não deve fazer esquecer que ela não se limita a receber passivamente os dados sensoriais, mas os *organiza*, para lhes dar um sentido. A paisagem percebida é então já construída e simbólica”⁶²

société et conférant une existence sociale a ce qui se trouve au contact de l'enveloppe externe de celle-ci (...).

⁶¹ (...) *le paysage est en même temps réalité, et apparence de réalité*. Il est réalité dans la mesure où il est constitue des choses bien réelles qui nous entourent ; mais il est aussi apparence, dans la mesure ou ces choses ne se manifestent que par le truchement de nos sens. Or les sens (...) ne font pas que transmettre la réalité ; ils la produisent aussi dans une certaine mesure... (...) Le paysage n'est pourtant pas une chimère ; c'est au contraire justement la médiation par laquelle notre subjectivité peut avoir prise sur la réalité objective des choses de l'environnement.

⁶² On ne peut parler du paysage qu'à partir de sa perception. (...)

Mais si cette perception se distingue des constructions et symbolisation élaborés à partir d'elle, et réclame d'autres méthodes d'analyse, son apparente immédiateté ne doit pas faire oublier

Essas concepções que emergem a partir do impacto produzido pelas filosofias fenomenológicas – que atestam que o mundo que o indivíduo percebe jamais é objetivamente dado – têm influenciado significativamente, a partir dos anos setenta a concepção de paisagem apontando para a emergência de outra epistemologia como frisou Claval (2004). Nesta “ótica que está em vias de nascer, o olhar do observador deve considerar tanto o pesquisador quanto o objeto pesquisado”, como completa o autor (*op. cit.*, p.49).

É neste ponto que ela poderá ser trazida à primeira pessoa, como exemplifica o entendimento dado por Lepecki (2001):

na troca entre mim e a paisagem, na inscrição que nela faço da minha própria e humana natureza, trago sempre e inapelavelmente todo o meu cabedal interior. E a paisagem vista, pensada e sentida é ao mesmo tempo, e indissolivelmente, tanto natureza recortada quanto uma organização da minha pessoa. Se for como proponho, será injusto dizer da paisagem “é o meu outro”. Mais sensato será pensarmos nela como a sempre renovada forma de nós sermos nós mesmos.

Porém, nem o sujeito nem a *physis* são estáticos. Sequer existiria o “conhecimento” e sua necessidade, se ele não fosse também anúncio que se transmite e que pode ser disposto num “desejo de horizonte”. Ligada a uma carga emotiva e simbólica, a evolução da paisagem não é um fenômeno que deixa a sociedade indiferente. Desde que o olhar paisagístico existe, lembra Donadieu (1995, p.408), ele elaborou múltiplas formas de antecipar um porvir. Nesse sentido, o urbanismo e planejamento territorial, são parte constitutiva.

Diante disso, como observou Claval (2004), o próprio ato de planejar ganhou o centro das atenções nos estudos contemporâneos da paisagem. Como atesta o autor (*op. cit.*, p. 52), “as paisagens não foram cegamente construídas por atores tão influenciados pelo momento que não projetassem o futuro. Cada decisão tomada para delimitar os terrenos, abrir uma estrada, erguer uma construção, resulta de

qu'elle ne se borne pas a recevoir passivement les données sensorielles, mas les organise pour leur donner un sens. Le paysage perçu est donc déjà construit et symbolique.

especulações sobre o futuro (...). Assim, “(...) levar em consideração o planejamento é indispensável para a compreensão das paisagens. Pouco importa que a organização resultante seja permanente ou transitória: o que importa é o que ela evidencia quanto às preocupações que a motivam e às aspirações às quais elas respondem.” (CLAVALL, 2004, p.54).

Entretanto, essa ligação com o planejamento não é do mesmo teor da que se dá no urbanismo e no planejamento paisagístico que reage à modernidade (modernismo) manifestando, como pontuou Donadieu (1995, p.409), um “desejo imperativo” de “reinstaurar o horizonte do sentido humano”, o que de certo modo é indicado pela própria recorrência à paisagem. Essa epistêmica volta-se para a essência do processo, que traz o esboço de uma interdependência ambivalente: *“as sociedades planejam seu ambiente em função da interpretação que fazem, e reciprocamente os interpretam em função do planejamento que fazem”*⁶³ (BERQUE, 1995, p.15). E, não longe disso, a paisagem vai assumir inter-relação com linguagens estéticas e discursos éticos, e entre poder e identidade (GANDY, 2004), o que não exclui o papel da produção do conhecimento e do ser que “conhece” como parte constitutiva deste jogo. Uma força simbólica potencializada pelo esquecimento ativo que a paisagem encerra. Como evocou Duncan (2004, p. 111), é essa

“amnésia cultural” que permite a paisagem agir como poderosa ferramenta ideológica. Tornando-se parte do dia-a-dia, do que é tido como dado, do objetivo e do natural, a paisagem mascara a natureza artificial e ideológica de sua forma e conteúdo.

Nessa ampliação que tira o sujeito do seu posto de observador exterior para torná-lo parte constitutiva e fator determinante de uma visão de mundo, a indagação que a paisagem propõe assume um sentido outro: para além da interpretação “social” da “natureza” ela propõe uma interrogação sobre como se dá a construção “natural” da sociedade. Em outras palavras, o que faz uma visão de mundo desabrochar e tornar-se

⁶³ *les sociétés aménagent leur environnement en fonction de l'interprétation qu'elles en font, et réciproquement elles l'interprètent en fonction de l'aménagement qu'elles en font.*

introjetada. Assim, a própria ligação da paisagem com a arte é uma das chaves que possibilita adentrar na circularidade do acontecer de uma verdade fraca, no sentido original do termo, que não é simplesmente a consideração de um subjetivo ou a defesa da ausência de modelo; ela refere-se aos mecanismos de construção do olhar prévio que dá medida e peso à interpretação.

Então, se hoje é aceito que a ascensão da sociedade à condição paisagística se deu através da arte, é possível também afirmar que existe uma ligação umbilical entre o espaço concreto e suas representações bem como, uma influência das representações na percepção do espaço concreto. E, a proximidade, sobre como o imaginário passou/passa a se reportar ao existente para projetar sobre ele um futuro almejado. Uma concepção que adveio a égide instituída de planejamento, mas não sem por em marcha um engenho de objetivação. O interesse recai aqui, em como a disjunção entre ciências e arte serviu/serve a uma complementariedade enganadora.



**Da paisagem da imagem à
imagem da paisagem
e vice-versa**

5 DA PAISAGEM DA IMAGEM À IMAGEM DA PAISAGEM E VICE-VERSA⁶⁴

O pintor realista

“Fiel à natureza inteira!” – Como faz ele então:
 Desde quando a natureza *acabou* na imagem?
 Pois é infinita a mais ínfima parcela do mundo! –
 Afinal, deste ele pinta o que lhe *agrada*.
 E o que lhe agrada? O que é *capaz* de pintar!⁶⁵
 (NIETZSCHE, F., A Gaia Ciência, aforismo 55)

A conversão da paisagem em imagem – das representações picturais à fotografia que se disseminam em uma velocidade cada vez maior com o uso da tecnologia e mesmo todas as formas de arte em seu

⁶⁴ Com relação ao título que abre este capítulo, uma observação primeira é salutar para evitar no leitor, sobretudo naquele afeito às questões urbanísticas, um remetimento primário à obra de grande repercussão que Kevin Lynch escreve na década de 1960, intitulada “A imagem da cidade”, traduzida no Brasil em 1980, e à sua posterior crítica. Atuando como um marco referencial, o livro de Lynch propõe, em contraposição a um urbanismo totalizante, uma metodologia que através de mapas mentais e entrevistas, reforça por meio do desenho urbano, a pretensa imagem que dá identidade aos lugares. Como desdobramento dos desvelamentos que se seguem, o desenho urbano, que apresenta uma escala outra, passa a ponto focal e conduz à concretude de uma forma de pensar que o eleva como “a” solução revitalizadora então enaltecida por uma classe de urbanistas que semeia suas ideias.

No Brasil, esta foi a inclinação privilegiada pelo projeto Rio Cidade, numa ligação com a noção de “cidade estratégica”, amplamente criticada por Sartor, 1999, cujo trabalho cunha o termo “Da cidade da imagem à imagem da cidade”. Afinado com uma vertente neomarxista, Sartor aponta o que seria um curvamento da dimensão ética perante a estética, em que o Poder Público, às expensas e em detrimento daqueles que têm restrição de acesso à cidade legal, canalizou os investimento para projetos pontuais voltados à cidade vendida como imagem, um recorte que apela ao simbolismo da parte pelo todo.

Quando a presente tese discorre sobre o processo de condução “da paisagem da imagem à imagem da paisagem e vice-versa”, faz menção a algo fundamentalmente mais englobante em que imaginário e imagem perpetuamente se interpenetram impulsionando e impulsionado por um agir que dá sentido à interpretação que dele se faz, o que é discutido com recurso à ontologia. No seio desse debate, os dois trabalhos acima citados, em sua condição de obra, e consequentemente enquanto por-em-obra e pretensão de verdade, como sugere Heidegger, poderiam ser vistos e enquadrados dentro desse movimento amplo, mas apesar da aparente semelhança, o capítulo aqui posto não se eleva a partir do embate dessas duas obras e também não é a elas redutível.

A quem interessar uma discussão sobre o Rio Cidade, outras informações contrapostas sobre o projeto podem ser encontradas em Soter, 1996.

⁶⁵ Grifos no original.

conjunto em que contribuem para a interpretação/formação/transformação da imagem da paisagem? Quais as ligações que permitem penetrar nessa circularidade que parece perpetuar-se entre a influência do imaginário sobre a paisagem concreta e da paisagem concreta sobre o imaginário e, de novo sua conformação em imagem para que indefinidamente o ciclo prossiga? E, neste caso, quando a arte se separa da ciência?

A paisagem, essa mediação sujeito-objeto, olhar simultaneamente coletivo e individual, só se apresenta para o homem enquanto possibilidade social em um dado momento histórico e, sua invenção, seu desvelamento, seja no oriente ou no ocidente, dá-se primeiramente através da representação artística, como visto no capítulo anterior.

Da poesia – escrita que fala ao imaginário antes de ser apreciada na, ou como imagem – ao quadro, expressão visual, seguindo para o jardim como um molde da realidade, que se alarga para os esquemas de legitimação da transformação do ecúmeno, ambos apresentam-se como criadores e portadores de signos. Informações estas que em seu senso figurado permitem a leitura como tal somente a quem falam pela incorporação e reconhecimento de um sentido cultural. Contudo, a própria cultura, como bem define Willians citado por Duncan (2004, p.101) se constitui nesse “sistema de criação de signos através do qual, necessariamente (ainda que entre outros meios) uma ordem social é transmitida, reproduzida, experimentada e explorada”. E aqui, talvez fosse interessante também adicionar os adjetivos criada, moldada e transformada.

Num exemplo mais extremo, a rocha contemplada num jardim japonês só pode expor-se para além de uma expressão formal para o ocidental que a aprecia se este tiver sido previamente imbuído de seu significado. Assim, ela se converterá numa representação do mito fundador, em que cada tipo e formato de pedra revela uma ligação íntima com a terra dos imortais e, saberá também que a posição que esta ocupa no local, se deitada ou em pé, é muito mais que uma disposição aleatória e pode evocar cada um dos elementos que compõe a família daquele ao qual o jardim pertence. Porém, não é necessário passar de um extremo a outro do planeta para constatar que as variações de interpretações são múltiplas e dependem do arcabouço de quem as lê para adquirir significado.

Mas, a paisagem não depende apenas do sujeito que olha; um conjunto de coisas efetivamente está lá, e nesse permanecer em si se abre à apreciação. Ou, como assinala Berque (1995, p.27),

O conhecimento que nós temos do mundo não é nem reconstrução de um dado que existiria em si, nem projecção sobre o ambiente de nossas predisposições mentais, mas *união estrutural* do sujeito que percebe e do ambiente percebido. Esta união se fundamenta ao mesmo tempo na história biológica e na história cultural.⁶⁶

Nessa junção com o real em que é mobilizada toda complexidade humana de caráter coletivo e individual – e onde o intelecto e a animalidade participam do mesmo jogo – é possível simultaneamente colocar em xeque a existência de uma mesma e idêntica paisagem e tratá-la ainda como irremediavelmente imbricada por um contexto que em muito extrapola o sujeito. É neste sentido que para Berque (1995, p.31-32) a paisagem é ao mesmo tempo gênese e ampliação:

A paisagem é gênese, na medida em que a experiência que dela fazemos é singular. Ninguém faz a experiência de uma mesma paisagem completamente como os outros, nem como a mesma pessoa uma outra vez, em outras circunstâncias. Em cada experiência paisagística, alguma coisa acontece, que se sente, uma presença que não lembra nada mais, que não veicula nenhuma representação. A paisagem está *presente*, é tudo.

Mas a paisagem é também ampliação, isto quer dizer extensão e reprodução de uma multidão de representações de diversas ordens, que permitem ao sujeito que percebe reconhecê-la mesmo se ele jamais viu esta ou aquela paisagem. Por um lado, trata-se de representação completamente consciente e explícita, é por exemplo o caso logo que nós reconhecemos um sítio que já vimos em imagem. Na maioria das vezes, contudo, trata-se

⁶⁶ La connaissance que nous avons du monde n'est ni reconstitution d'un donné qui existerait en soi, ni projection sur l'environnement de nos prédispositions mentales, mais *couplage structurel* du sujet que percevant et de l'environnement perçu. Ce couplage se fonde à la fois dans l'histoire biologique et dans l'histoire culturelle.

de representações inconscientes. A paisagem convoca e ativa de fato simultaneamente – ainda que em proporções variáveis segundo as circunstâncias – a memória de todas nossas experiências anteriores, não somente aquelas, diretas, de nossa vida individual, mas aquelas, indiretas, que nos foram inculcadas pela nossa cultura – quer dizer, a experiência de uma sociedade –, assim como aquelas que, biologicamente, estão impressas na memória do nosso sistema sensorial – dito de outro modo, a experiência da espécie humana.⁶⁷

A representação que se faz de algo, portanto, na medida em que é incorporada e depois movimentada para dar sentido à interpretação, cumpre um papel primordial. Mas, para que haja representação, antes faz-se necessário o enquadramento do representado, que, não obstante é limitado por aquilo que se é capaz de perceber, ou, nos dizeres de Nietzsche (2001), “primeiro tornamos tudo *imagem*, nossa imagem”⁶⁸ (p.112). Um efeito que precisa ser entendido como um *continuum*: o emolduramento, por seu turno, é dependente das representações que o embasam, logo, situado historicamente. Seguindo o encadeamento de Nietzsche, o que era primordialmente representação converte-se no modelado daquilo que se tem por certo. A aparência, “verdadeiramente, não é o oposto de alguma essência” (p.95).

⁶⁷ Le paysage est genèse, dans la mesure ou l'expérience que nous en faisons est singulière. Personne ne fait l'expérience d'un même paysage tout à fait comme les autres, ni comme la même personne une autre fois, dans d'autres circonstances. En chaque expérience paysagère, quelque chose advient, que l'on sent, une présence qui ne rappelle rien d'autre, que ne véhicule aucune représentation. Le paysage est *là*, c'est tout.

Mais le paysage est aussi ampliation, c'est-à-dire extension et reproduction d'une foule de représentations de divers ordres, qui permettent au sujet percevant de s'y *reconnaître* même s'il n'a jamais vu tel ou tel paysage. Pour une part, il s'agit de représentation tout à fait conscientes et explicites, c'est par exemple le cas lorsque nous reconnaissons un site que nous avons déjà vu en image. Pour la plupart, toutefois, il s'agit de représentations inconscientes. Le paysage convoque et active en effet simultanément — quoique en proportions variables suivant la circonstance — la mémoire de toutes nos expériences antérieures, non seulement celles, directes, de notre vie individuelle, mais celles, indirectes, qui nous ont été inculquées par notre culture - c'est-à-dire l'expérience d'une société —, ainsi que celles qui, biologiquement, sont engrammées dans notre appareil sensoriel — autrement dit, l'expérience de l'espèce humaine.

⁶⁸ Grifo no original.

A reputação, o nome e a aparência, o peso e a medida habituais de uma coisa, o modo como é vista – quase sempre uma arbitrariedade e um erro em sua origem, jogados sobre as coisas como uma roupa totalmente estranha à sua natureza e mesmo à sua pele –, mediante a crença que as pessoas neles tiveram, incrementada de geração em geração, gradualmente se enraizaram e encravaram na coisa, por assim dizer, tornando-se o seu próprio corpo: a aparência inicial termina quase sempre por tornar-se essência e *atua* como essência! (NIETZSCHE, 2001, p.96)⁶⁹

Por essa vertente, a “arte” e a “ciência” – do seu segmento como a física ou mesmo a filosofia – não se distinguem enquanto produtoras e reprodutoras de esquemas de representação e significação. Decompor o movimento originado por uma gota de chuva que cai num lago como uma perturbação mecânica, à superfície da água, que se propaga concêntricamente em intervalos regulares passíveis de cálculo, exige, pois, um adestramento da percepção em detrimento a outras formas de representar.

“*Nós artistas!*”⁷⁰ exclamou Nietzsche em 1882 ao intitular o aforismo 59 de Gaia Ciência e a proclamar que as certezas, sobretudo a que se acreditava chegar a conhecer com a metafísica, são também elas parte de um engenho inebriado de sentimentos que pouco se afastam da sensibilidade artística: “Basta amar, odiar, desejar, simplesmente sentir *imediatamente* o espírito e a força do sonho vêm sobre nós(...)”⁷¹. “Nós, incansáveis e silenciosos andarilhos, em alturas que não vemos como alturas, mas como nossas planícies, nossas certezas!” (Nietzsche, 2001, p. 97). Uma condição que contemporaneamente é assim aceita e difundida como mostra a citação abaixo extraída de Novarina (2004, p.69):

Existem, portanto, modalidades diferentes de compreensão dos fenômenos exteriores, modalidades que não são nem contraditórias nem

⁶⁹ Grifo no original.

⁷⁰ Grifo no original.

⁷¹ Grifo no original.

totalmente separadas. Arte e filosofia aparecem como “graus” de um mesmo processo de conhecimento, isto é, como modalidades de apreensão do real que, embora distintas, mantêm entre elas relações porque perseguem o mesmo objetivo de busca de uma verdade. A intuição, ou sensação elaborada, aparece como a forma “de aurora” (quer dizer primeira) do conhecimento. Assim a arte é uma forma elementar de conhecimento teórico e autônomo em relação a todas as outras formas de conhecimento, que ao inverso não podem passar dela. Quaisquer que sejam as tentativas para lhe negar, a análise científica aparece pois manchada de sensibilidade e portanto de subjetividade: todo processo de conhecimento é baseado, não sobre uma separação entre o sujeito que observa e o objeto que é analisado, mas sobre a existência de relações entre esses dois limites.⁷²

A paisagem, que em sua conceituação primeira refere-se ao olhar, ou ao “ver como”, caso preferira-se essa expressão, de modo algum se resume a uma experiência da visão. Se assim o fosse, o observador ao contemplar uma imagem estática ou não – seja ela uma foto, um quadro, uma figura de revista ou de calendário de supermercado, um catálogo turístico, as mensagens em power-point que inundam os correios eletrônicos, um filme ou qualquer elemento de divulgação que se tome ligeiramente por fiel a realidade – sentir-se-ia diante de uma experiência plena e o impulso de ir à procura ou não de uma vivência no local visualizado em imagem, ou em um que a ele se assemelhe, restaria em estado latente. A experiência da paisagem envolve todos os sentidos.

⁷² Il existe donc des modalités différentes de compréhension des phénomènes extérieurs, modalités qui ne sont ni contradictoires ni totalement séparées. Art et philosophie apparaissent comme des « degrés » d'un même processus de connaissance, c'est-à-dire comme des modalités d'apprehension du réel qui, bien que distinctes, entretiennent entre elles des relations parce qu'elles poursuivent le même objectif de recherche d'une vérité. L'intuition, ou sensation élaborée, apparaît comme la forme « aurorale » (c'est-à-dire première) de la connaissance. Ainsi l'art est une forme élémentaire de connaissance théorique et autonome par rapport à toutes les autres formes de connaissance, qui à l'inverse ne peuvent se passer d'elle. Quelles que soient les tentatives pour le nier, l'analyse scientifique apparaît donc entachée de sensibilité et donc de subjectivité : tout processus de connaissance est fondé, non pas sur une séparation entre le sujet qui observe et l'objet qui est analysé, mais sur l'existence de relations entre ces deux termes.

Não é nada inocente a ligação e o apelo que ora se faz à imagem de pratos gastronômicos, mesmo nos folders de divulgação de uma cidade com pouca tradição turística. Essa busca plena de sentidos embebe-se em outra: a que provoca e é provocada por todo humano sentimento. Observe-se a condição do turista que, satisfeito ao chegar a um ponto considerado de destaque, contempla o mapa, sua insígnia, e o confronto com o real para assegurar-se de estar no bom local. Em seguida, com as representações à sua mão ou em sua mente, lança-se a fotografá-lo, procurando um ponto focal “único” ou aquele que é o mais próximo possível ao que se vê nos cartões postais, ou ainda, põe-se a fotografar-se com o cenário desejado como pano de fundo. Uma procura que é proporcional à consagração dada a algo – nas mais variadas formas – e que tanto pode ser um quadro de um pintor em um museu renomado, quanto um símbolo síntese como a Torre Eiffel em Paris, a Estátua da Liberdade em Nova York, o Coliseu em Roma, ou, em outra escala, a ponto Hercílio Luz em Florianópolis. Uma forma de atrelar sua própria imagem ao que é reconhecido pelo poder simbólico que lhe é atribuído e que, por conseguinte contribui para reforçar o poder da coisa como símbolo. “Conheço tal coisa, ou tal cidade”, “estive lá”, são frases comuns, mas que trazem imbuídas o apoderamento inerente ao que se julga “conhecido”, ainda que na intimidade sejam a referência ao dispêndio apressado de algumas horas, dias ou semanas no local. Uma condição que à dependência do valor e significado atribuídos por um imaginário social e no seio de uma teia de relações estabelecidas pode ser convertido efetivamente na capitalização ou potencialização de poder, sobretudo quando o simbólico agrega-se ao que é considerado como erudição.

O papel da representação, aquele que a imagem (em sentido amplo) exerce sobre o imaginário na predileção por “conhecer” tais ou tais lugares, está longe de ser disposto somente como uma função fortuita e massificante. Aquilo que é tido como culto, ligado ao saber, que pode ser o repassado academicamente, desempenha força de atração similar no indivíduo a ele sujeitado pelo contato. É desta forma que ao historiador apraz conhecer lugares já citados como de distinção histórica, ao geólogo a contemplação *in loco* de formações geológicas incomuns de cuja existência soube de antemão, ao arquiteto urbanista salta ao sentido a interação com diversos tipos de cidades e experiências urbanas, artísticas e arquitetônicas apreendidas pelas leituras, pelas indicações em aula, ou pela fascinação provocada pelas imagens dos livros de arquitetura. Um conhecimento chancelado que se reafirma e se

reaviva pela adição – e muitas vezes, por uma posterior transmissão – do que foi objeto de experiência direta. Conceito, imagem e realidade se interpenetram e agem um sobre o outro o tempo todo.

A preparação que uma viagem requer para que não se passe despercebidamente por algo considerado de grande relevância, demonstra que o grau de importância que se dá a determinados elementos *in situ* é ao menos em certa medida pré-definido. E, o que é então importante diante deste aparentemente contraditório poder ser enaltecido ou nem notado? Retornemos a um dos sentidos etimológicos desta palavra: “**importante** XVI. Do latim *importantis* –*antis*, particípio presente de *importāre*”⁷³; “*importāre* ‘trazer para dentro’” (CUNHA, 2010). Com essa acepção, nota-se que aquilo que tem **importância** liga-se ao que o próprio sujeito **importa** para si, ou seja, uma interiorização de algo que passa por seu crivo como digno de apreço. E, aqui, resguardados seus focos e objetivos, não há fundamentalmente uma separação da aplicação do enquadramento, seja no que tange as saídas de campo ligadas à especialidade científica e aquela das visitas turísticas guiadas.

Sob outro ângulo, o idear incessante por experiências paisagísticas característico da era atual, do qual sua “compulsão fotográfica” é um sinal, como indica Berque (1995, p.45), não passa para o autor, em sua essência antropológica de uma encarnação, um avatar transfigurado da motivação pela peregrinação às terras encantadas das eras proto-paisagísticas, uma tomada da imagem pela coisa.

Não é certamente indiferente, do ponto de vista de uma antropologia da paisagem, que esses ritos concedem um papel importante ao fato de olhar o território. Com efeito, a apropriação simbólica que se pode ali ler é a parente distante de todas as práticas mágicas em que a imagem da coisa toma o lugar da coisa; desta, entre outras, na qual o turista contemporâneo tira foto dos lugares que, frequentemente, ele não se dá mesmo o tempo de contemplar. (BERQUE, 1995, p.45)⁷⁴

⁷³ As abreviações do original foram transcritas com seu sentido original conforme a lista de abreviaturas do referido dicionário para facilitar a sua leitura no contexto desta tese.

⁷⁴ Il n'est certainement pas indifférent, du point de vue d'une anthropologie du paysage, que ces rites aient accordé un rôle important au fait de regarder le territoire. En effet, l'appropriation symbolique qu'on peut y lire est la lointaine parente de toutes les pratiques magiques ou l'image

Embora não se resuma à arte como modalidade restrita, a menos que todo agir humano seja enquadrado como alguma sorte de arte, as condições e os efeitos da criação artística, enquanto produtora e indutora de uma sensibilidade, são a chave que deu condições à sociedade de chegar a seu estágio de percepção atual e tornar-se paisagística. Como enfatiza Berque (1995, p.33-34), não se acede,

(...) verdadeiramente à condição paisagística que a partir do momento em que um certo conjunto de representações configura [os elementos que sempre estiveram à disposição da visão] em um esquema estético explicitamente paisagístico. É apenas a partir daí, com efeito, que a paisagem existe como tal, que é apreciada como tal, e que por consequência de novas representações (...) instituem a motivação paisagística de uma certa sociedade, em uma certa época, em motivos reconhecíveis por todos.⁷⁵

Monteiro (1991) em seu livro “Clima e excepcionalismo”, já afirmava, citando uma ópera italiana, que às vezes a arte é capaz de antever situações das quais apenas tempos depois a ciência virá a se ocupar. Visão antecipada ou “agir inaugurante” que sorrateiramente impregna-se à subjetividade do pesquisador?

De uma maneira geral, toda prática de paisagem – seja ela perante a resultante de uma ação de planejamento ou frente ao mais inóspito dos lugares – é, em algum grau, um exercício estético. Um arcabouço de conhecimento de todas as ordens é revolvido para dar sentido e valor ao que se vê. Mesmo o arranjo mais tosco dos elementos não se dá de forma completamente aleatória, ainda que o propósito seja mantido no

de la chose tient lieu de la chose ; de celle, entre autres, dans laquelle le touriste contemporain prend en photo des sites que, souvent, il ne se donne même pas le temps de contempler.

⁷⁵ (...) véritablement à la condition paysagère qu'à partir du moment où un certain ensemble de représentations les configure en un schème esthétique explicitement paysager. Ce n'est qu'à partir de là, en effet, que le paysage existe en tant que tel, qu'on l'apprécie comme tel, et que par conséquent de nouvelles représentations (...) institutionnalisent la motivation paysagère d'une certaine société, à une certaine époque, en motifs reconnaissables par tous.

nível não cônico. Em outras palavras, o evidente não é, ou está evidente: ele pressupõe um esquema de construção.

Uma motivação estética, por sua vez, presume a existência de um pré-julgamento, uma noção do que é bom e do que é belo e assim também do que se toma por suas antíteses e toda a gradação ali envolvida. Um rótulo que quando socialmente concedido e reconhecido não passa sem deixar consequências: o “por em valor”, daquele conceito geratriz de paisagem, em uma sociedade capitalista, converte-se em sinônimo de “quantificação monetária”. A “vista” é capaz de alterar o preço de um imóvel e mesmo ser adicionada à fatura de uma estadia de hotel. “Venha morar onde os outros passam as férias” diz o cartaz publicitário de vendas de apartamentos próximos ao mar: em outras palavras, viva com a sensação de ser um turista permanente – não longe do que Berque certa vez retomou como ideologia do eterno viajante. A especulação imobiliária produz diferenças espaciais; uma série de associações formam-se e reivindicam a “sua paisagem”, alegando que tais ou tais construções promoverão a perda de suas características, ou mesmo são eleitas “paisagens” que devem, a todo custo, ser preservadas ou ainda modificadas (o caso das chamadas “limpezas sociais”). Por último, a própria paisagem vira jogo de poder, transforma-se em território, até confundir-se, ela mesma, com um objeto que precisa de formulações mais ou menos precisas para “o bom governo” de seu desenvolvimento futuro. Porém, também esses pontos não explicam o bom e o belo, apenas apropriam-se de algo que parece dado. Afinal, que outra classificação mereceria uma montanha verdejante com seu reflexo espelhado em um lago, ou uma praia de águas cristalinas com coqueiros que derramam sua sombra nas areias brancas, a semelhança das imagens mostradas no capítulo 4? Voltemos pois ao cerne da questão: o que distingue e conduz à noção do que parece ser evidente.

Não são poucos os exemplos que visam mostrar que o interesse que hoje se projeta na admiração, por exemplo, das “belezas naturais”, se dá num momento muito recente da história humana. (TOURNEUX, 1995; BRIFFAUD, 1995; CAUQUELIN, 2000, para mencionar alguns). A “descoberta” do mar, da montanha, do rural – hoje capazes de deslocar multidões à procura de suas “amenidades” – exigiu primeiro a inversão do modo de enxergar o que até então era associado à repulsa. Um padrão que, a citar o Brasil colonial como referência, provocou uma relação da cidade com o mar nas áreas litorâneas distinta da que se tem no presente e, afastado da costa, a que então é chamada de

“exuberante floresta” já foi, para o colonizador, a “mata hostil” a ser desbravada.

Nesse caso, como se dá a passagem de uma interpretação à outra para que esta última, ainda que admitidas variações não hegemônicas, torne-se uma visão tão introjetada, a ponto de governar o que passa por “normal”, “natural” e fazer a noção de sua construção ser diluída?

Para Cauquelin, (2000, p.81), “É preciso admitir que é uma costura de elementos heterogêneos que governam a sensibilidade de uma época (...). É preciso admitir também a importância da arte nessa fabricação”.⁷⁶ “A questão da pintura – para além das ilustrações e das modalidades paisagísticas – governa a apropriação de uma paisagem que parece, para nós, ser evidente”⁷⁷ (*op. cit.*, p.86).

Efetivamente, o apreço que se tem pelas “belezas naturais” não ganha ares concretos na cultura ocidental antes do projeto encetado pelos naturalistas, sobretudo os pintores, que dominaram a representação artística do fim do séc. XIX e que, ao saírem dos ateliês, propõem um olhar admirativo sobre o “real”: enfoques da “natureza” (o dia, a noite, as árvores, os rios, as nuvens, etc) e algumas vezes do rural cotidiano, “fiel” ao que eles “são” (ou “eram” à época). Um olhar que, ao organizar o que se vê, pouco a pouco se espalha a partir de sua estima por uma camada social até que nesse longo trajeto histórico entre conversão do real em imagem e da imagem em realidade, os limites iniciais da tela e os autores são progressivamente esquecidos. Dá-se corpo a uma sensibilidade cultural, que nos dizeres de Chabason (1995, p. 263) “é educada e preparada pela arte”⁷⁸. Como reforça o autor, não se vai “(...) procurar na natureza o que nos aprovou na natureza, mas se irá buscar na natureza aquilo que nos seduziu na arte”⁷⁹.

Assim, o que nós vemos apaixonadamente como a manifestação absoluta da presença do mundo ao redor de nós, a natureza, em direção a qual nós lançamos olhares admirativos e quase religiosos, é, em resumo, somente a coincidência em um

⁷⁶ Force est d'admettre que c'est un tissage d'éléments hétéroclites qui gouverne la sensibilité d'une époque (...). Force est d'admettre aussi l'importance de l'art dans cette fabrication.

⁷⁷ La question de la peinture — au-delà des illustrations et des modalités passagères — gouverne la saisie d'un paysage qui paraît, pour nous, aller de soi.

⁷⁸ Elle est éduquée et façonnée par l'art.

⁷⁹ (...) chercher dans la nature ce qui nous a plu dans la nature, mais on ira chercher dans la nature ce qui nous a séduit dans l'art.

ponto do projeto que atravessou a história, obras que se sustentam umas às outras até formar este conjunto coerente em sua diversidade emprestando ao espetáculo a evidência de uma natureza.

Apanhados inocentemente, nós contemplamos não uma exterioridade, como cremos, mas nossas próprias fabricações intelectuais. Crendo sair de nós mesmos por um êxtase providencial, nós entramos em realidade na admiração pela nossa própria maneira de ver.⁸⁰ (CAUQUELIN, 2000, p. 18)

Uma sensibilidade que, em princípio, não corre a uma mesma velocidade para todos, sobretudo em seu olhar estrepente. Nietzsche (2001, aforismo 85) sustenta que, a função desempenhada pelos artistas na sociedade é, sobretudo, a da glorificação,

(...) eles sempre estão entre os primeiros a glorificar a *nova* coisa boa, e frequentemente *parecem* ser os primeiros a chamá-la de boa e aferi-la como tal. Mas isto (...) é um erro: eles são apenas mais velozes e ruidosos que os verdadeiros aferidores. – E quem são estes? – São os ricos e os ociosos.⁸¹

Em outra conotação, o bom e o belo são relativos a quem os desvela e os transforma em valores que em primeira mão servem para conferir distinção. Uma arbitrariedade em sua gênese e uma “imposição de valor feita pelo campo por meio da exposição num local consagrado e consagrante”, como ressalta Bourdieu (2007, p. 285). Um entendimento

⁸⁰ Ainsi, ce que nous regardions passionnément comme la manifestation absolue de la présence du monde autour de nous, la nature, vers laquelle nous jetions des regards admiratifs et quasi religieux, n'était en somme que le concours en un point des projets qui avaient traversé l'histoire, oeuvres qui se soutenaient les unes les autres jusqu'à former cet ensemble cohérent dans sa diversité et prêtaient au spectacle l'évidence d'une nature.

Piégés innocemment, nous contemplions non pas une extériorité, comme nous le croyions, mais nos propres fabriques intellectuelles. Croyant sortir de nous-mêmes par une extase providentielle, nous entrions tout bonnement dans l'admiration pour nos propres façons de voir.

⁸¹ Grifos no original

que aqui precisa prudentemente ser alargado para considerar que não é só na arte (sentido restrito) que ao con-sagrado é conferido o poder de con-sagrar, e por exclusão, o de rechaçar. Um julgamento que também não se desliga de uma esfera moral estabelecida, pois, como argüi Nietzsche (2001, aforismo 114),

Ao vermos uma nova imagem, imediatamente a construímos com ajuda de todas as experiências que tivemos, *conforme o grau* de nossa retidão e equidade. Não existem vivências que não sejam morais, mesmo no âmbito da percepção sensível.⁸²

O que passa por evidente, porém, não é aquilo de que lembramos mas o fruto do que esquecemos; ou melhor, do que em estado latente armazena-se inconscientemente. É ele que compõe os esquemas mentais através dos quais se classifica de imediato o que se olha, sem dar-se conta de que se trata de uma longínqua história composta por milhares de projeções passadas cujo papel é justamente promover o arranjo e a ordem que nos ajuda a perceber o conjunto das coisas que nos cercam. Uma construção que se dá através do recorte do que nos rodeia, e do apagamento de outros possíveis aspectos em função da distinção que provocam no que é mostrado. Uma “orientação imperativa”, como classifica Cauquelin (2000). “Não se trata de um olhar inocente, mas de um projeto” (*op. cit.* p.17).

O que é claro, patente, manifesto para uma sociedade, em determinado ponto histórico, é tanto mais aceito quanto maior a convergência e o encaixe entre suas representações mentais e o que é observado. Uma situação assim distinguida por Bourdieu (2007, p. 285):

Aquilo que a análise an-histórica da obra de arte e da experiência estética apreende na realidade é uma instituição que, como tal, existe por assim dizer duas vezes, nas coisas e nos cérebros. Nas coisas, em forma de um campo artístico, universo social relativamente autônomo que é produto de um lento processo de constituição; nos cérebros,

⁸² Grifo no original

em forma de atitudes que se foram inventando no próprio movimento pelo qual se inventou o campo a que elas imediatamente se ajustaram. Quando as coisas e os cérebros (ou as consciências) são concordantes, quer dizer, quando o olhar é produto do campo a que ele se refere, este, com todos os produtos que propõe aparece-lhe de imediato dotado de sentido e de valor.

Ou, nos dizeres de Heidegger (2010, p.89), a “conformidade com o sendo vale há muito como a essência da verdade”.

É com efeito que Lacoste (1995) lança um artigo com o objetivo de indagar “A que serve uma paisagem? O que é uma bela paisagem?”⁸³.

Sua interpretação é menos no sentido de uma fruição e moldura pela arte e direciona-se para outro elemento: a segurança. O autor procura mostrar a relação entre as estratégias militares e o sentimento do que frequentemente considera-se como uma “bela paisagem”. É desse modo que para ele as paisagens que se destacam são as que misturam duas características: a amplitude de visão, ou a visão privilegiada de algo – como a que se tem nos mirantes, topos de montanhas, em alguns edifícios, etc – e a não monotonia. Uma possibilitaria não ser apanhado de surpresa pelos inimigos e poder traçar estratégias de deslocamento e ataque e a outra apareceria como a oportunidade de defesa uma vez que se fica desguarnecido diante do que parece prolongar-se indistinta e indefinidamente e do que se fecha em todas as direções. Em resumo, uma combinação entre aberto e fechado que apela à sensibilidade ancestral do corpo.

Um olhar diagonal e concordante se as raízes forem buscadas, já que a arte não deixa de ser também motivada em último estágio pela procura de segurança, estratégia de manutenção da existência diante do medo do vazio, ou da morte, da qual, a imagem é um artifício “(...) necessário para que se assegure a perenidade que dura o prazer, a tensão da vida”⁸⁴ como afirma Cauquelin (2000, p.97). Uma via partilhada pelo planejamento como recurso para se chegar ao “bom”, à “felicidade”, à regência do viver em sociedade como prelúdio de controle da

⁸³ A quoi sert le paysage ? Qu'est-ce qu'un beau paysage ?

⁸⁴ (...) nécessaire pour que s'assure la pérennité, que dure le plaisir, la tension de la vie.

insegurança. Não é por acaso que, como afirma Donadieu (1994, p.68-69),

As utopias revelaram uma busca incessante de paisagem. (...) A lógica da utopia paisagística não é aquela do mito, ou da narração fundadora. Ela conduzirá a colocar em obra, realmente, as imagens que sugerem a ficção e a estabelecer as paisagens como molduras de uma sociedade desejada.⁸⁵

Movimento de duas mãos no qual dificilmente se penetra. Por outro lado, a diferença que separa uma criação pontual – um jardim ou mesmo um quadro – de seu alastramento transmutado sobre o território ordinário é, conforme Berque (2010, p.172), o poder de evocação que o simbólico carrega sobre o físico, “(...) a capacidade de servir de modelo, visto que os símbolos viajam melhor que as coisas que eles evocam”⁸⁶. Portanto, como diz Lassus (1994, p.83),

A distinção que é agora largamente estabelecida entre paisagem e espaço concreto dissimula uma outra, entre aparência e espaço concreto, por duas razões: uma relativa às suas escalas respectivas e a outra pelo esquecimento da potência da evocação da aparência.⁸⁷

Nestas entradas sucessivas entre real e aparência de real que em conjunto compõem a paisagem, as análises que dela se faz, e o modo como cada sociedade arranja seu espaço, “o estatuto da imagem”, como

⁸⁵ Des utopies ont révélé la quête incessante de paysage. (...) La logique de l'utopie paysagère n'est pas celle du mythe et du récit fondateur. Elle conduirait à mettre en oeuvre, réellement, les images que suggèrent la fiction et à fonder les paysages cadres d'une société désirée.

⁸⁶ (...) la capacité de servir de modèle ; car les symboles voyagent mieux que les choses qu'ils évoquent.

⁸⁷ La dissociation qui s'est maintenant largement établie entre paysage et espace concret en dissimule une autre, entre apparence et espace concret, pour deux raisons : l'une relative à leurs échelles respectives et l'autre à l'oubli de la puissance d'évocation de l'apparence.

refere-se Cauquelin (2000, p.58-59), “é primeiro a questão da validade de uma representação mimética. Ou mais exatamente, nesse ponto, aquela de sua verdade.”⁸⁸

A obra “não é a paisagem”, ela “proclama a sua extraterritorialidade”⁸⁹, enfatiza Berque (1995, p.164). No entanto, é nela, como trouxe à luz o conceito heideggeriano, que está em obra o “por-em-obra da verdade” que será melhor debatido a seguir.

5.1 A PAISAGEM COMO INTERAÇÃO TERRA/MUNDO E A OBRA COMO POR-EM-OBRA DA VERDADE

Ao se admitir que o real é sempre trazido à interrogação, à abertura de novas leituras e interpretações e que com isso é sujeitado à atribuição de outros valores, como exposto acima, assume-se também que tudo que dele se apreende, mesmo a sua redução a um alcance físico, não é candidamente revelado que ao preço de um artifício, uma distorção que separa objetividade e subjetividade. É desta maneira que a possibilidade que se abre a uma sociedade de ver enquanto paisagem é, como diz Berque (2010, p.107) “(...) uma emergência ontológica (...) que, em relação ao ecúmeno, participa da *assunção da Terra em mundo*.”⁹⁰. Uma relação, porém, que até na sua formulação explicativa ainda conserva um “q” do formalismo do um pensamento metrizado como na citação extraída de Berque (2010, p. 93):

(...) a realidade *r* é o sujeito lógico *S* (que é) predicado enquanto um predicado *P* pela existência humana (quer dizer que *S* não existe em si mas na qualidade de que é necessariamente apanhado, de uma certa maneira por nossos sentidos, nosso pensamento, nossa língua, nossa

⁸⁸ Le statut de l'image, c'est d'abord la question de la validité d'une représentation mimétique. Ou plus exactement, en ce qui concerne ce moment, celle de sa vérité.

⁸⁹ L'oeuvre y proclame son extra-territorialité. Elle n'est pas le paysage.

⁹⁰ (...) est une émergence ontologique (...) qui, dans la relation écouménale, participe de *l'assomption de la Terre en monde*.

ação); o que se representa pela fórmula $r = S/P$, a qual se lê: *a realidade, é S enquanto P. (...) A relação S/P (quer dizer, a realidade) não é própria do ecúmeno; ela aparece com a vida (...).*⁹¹

Em outras palavras, o que se tem como representativo do real que nos entorna surge da hibridação entre o objeto percebido e o sujeito que o percebe e, só a partir dessa relação se dá o fundamento daquilo que desponta como verdade. Uma verdade que não pode ser mais aquela que se apresenta como absoluta, evidente, pois só existe enquanto dependente de uma interpretação por parte do sujeito. Nesses moldes, ela passa a ser concebida como um evento da temporalidade humana, como a vencedora de uma disputa entre o que em determinado momento é mostrado, ressaltado, posto à vista, e aquilo que permanece oculto, talvez a espera de um des-cobrimento para eclodir num outro mundo possível. A discussão sobre a verdade retoma assim um rumo que discute a essência de sua construção. Ela não é simplesmente entendida como o que representa honradez, franqueza em oposição à mentira, mas é colocada justamente como o que sustenta um Mundo, uma maneira de ver, e como o que se dá a partir dele.

Contudo, como isso acontece? Como um Mundo acede à sua verdade? Afinal, por essa afirmação, poder-se-ia dizer que até a visão que se abre e dispõe-se hoje seja sobre a ciência, as “belezas naturais”, o “novo rural”, contemplativo, cada vez menos ligado ao agrícola (VEIGA, 2004, VEIGA, 2001, RUAS, 2006), a “nova” forma de pensar o urbano, todas elas de alguma maneira vinculadas “ao olhar” como uma reação ao “desencantamento do mundo”, dizem respeito à alteração de um predicado, de uma representação de mundo, ainda que não vistas como tal.

A paisagem, organização mental projetada sobre o que se vê (e também se cria), é impregnada de valores que só se mostram através de uma inversão: aquela que tem por meta revelar o quanto de objetivação se esconde por trás do que parece objetivamente dado e que, ao ser exposto como um dado ganha a força de uma evidência, daquilo que

⁹¹ (...) la réalité r est le sujet logique S (ce dont il s'agit) prédiqué en tant que prédicat P par l'existence humain (i.e. que S n'existe pas en soi mais en tant qu'il est nécessairement saisi d'une certaine manière par nos sens, notre pensée, notre langage et notre action) ; ce qui se représente par la formule $r = S/P$, laquelle se lit : *la réalité, c'est S en tant que P. (...) La relation S/P (i.e. la réalité) n'est pas propre à l'écumène; elle apparaît avec la vie (...).*

passa como essência da verdade e intrinsecamente investe de poder quem se aquiesce dela. Uma organização predicada, uma comutação em “nosso Mundo”, um pôr em movimento cultural que apenas pouco a pouco se concretiza como uma saliente transformação na forma de ver, que é tanto mais visível quanto mais o olhar se projeta para trás (longe) mas que, todavia, trabalha incessantemente, grão a grão, através de cada um. O por em marcha se dá naquele ponto em que o habitual, o corriqueiro, a constância do dia-a-dia, dizendo de outra forma a estabilidade, é aqui e ali mexida pelo pensar e agir, em suma o produzir – no sentido de fazer aparecer, criar – que se dá sobre o já predicado, e só a partir dele. Nesse agir sobre abrem-se outros atributos que espalhados por sua apreciação e difusão compõem a verdade de um tempo que, paulatinamente servirá também de esteio à ressignificação na trajetiva histórica de uma civilização.

É nesse movimento que a noção de paisagem aparecida no ocidente no séc. XV enquanto um modo de perceber, impregna-se sobre o que se vê e vai passo a passo modelando esse mundo que se abre sob e com ela. Uma transformação que em termos de espacialidade, como afirma Berque (1995 p.161), encontrará sua plena expressão no ordenamento concreto do ecúmeno com o modernismo em arquitetura e urbanismo. Um movimento histórico tão recente que seus resultados são ainda debatidos (e também calorosamente combatidos e seguidos conforme o estágio em que se encontra cada geração de profissionais em cada país), mas cujos princípios geradores, como completa Berque (1995) já estavam postos a mais de três séculos.

Funcionalidade e racionalidade, dizia a voz modernista ecoada. A cidade capaz de aplacar os males sociais é concebida para um homem universal, de progressos científicos, que acede ao mundo pela via única e exclusiva da razão, que conhece a verdade por seus métodos indutivos e dedutivos. Como o homem é igual em suas necessidades, a casa é concebida sobre pilotis para poder adaptar-se sem mudanças a qualquer tipo de terreno e converte-se na máquina de morar. As cidades podem (e devem) seguir os mesmos princípios de funcionalidade – marcados pela separação entre o habitar, o trabalhar, o circular e o recrear-se – independentemente de seu posicionamento geográfico. Este apelo à razão como afirmação, que então é uma visão compartilhada por uma era dominada pelos avanços, sobretudo da física, subjuga tudo ao qual possa associar-se a não objetividade. Daí o peso da atribuição que recai sobre esta maneira de concepção organizacional ao se afirmar que não só a ciência é submetida à subjetividade do pesquisador como à

sensibilidade de cada época, aquilo que ela distingue e enaltece é polido e formado pela arte, a subjetividade extrema. Ou, como expressa Chabason (1995, p.263), essa percepção que agora nasce,

(...) opõe-se à tendência tecnicista e funcionalista que minora as dimensões estéticas das paisagens por colocar que o espaço deve ser definido somente pela satisfação das funções. E de fato, há um paisagismo funcional, que pode ter sua grandeza e sua beleza; a “função” pode também preencher uma “função paisagística”. Mas a abordagem puramente funcionalista não se preocupou com a dimensão cultural e estética do espaço.⁹²

Contraditoriamente, procurando esconder e esquivar-se da estética, talvez nenhum outro movimento tenha sido tão profícuo em fazer uso da difusão de uma imagem.

Ainda que a arte seja corriqueiramente pensada como representativa de algo lúdico – um quadro, um filme, um poema, etc – ou atrelada a essa ou aquela forma ou corrente, a sua referência dentro do pensamento filosófico a traz à apreciação como obra, criação, ou seja, como um por-em-obra de uma visão, e é nesta ligação que ela é investida de sentido. A “arte”, para Heidegger (2010, p.181) “é: o criativo desvelo da verdade na obra”. E é a umbilical relação entre verdade e obra que aqui é de especial interesse pois por ela passa a argumentação sobre a impossibilidade da verdade última que permeia a ciência hoje, ou o chamado fim das certezas, que em seu apelo tem atraído o olhar sobretudo às ciências humanas, mas que, em muitos meios é um saber só formalmente apropriado como roupagem pois seu entendimento fica tolhido pelo não despimento da construção mental que até hoje ensinou a ver, a julgar e a agir.

Como diz Heidegger (2010, p.76), “Estaremos mais próximos daquilo que *é* se pensarmos tudo inversamente, contanto que estejamos

⁹² (...)va à l'encontre de la tendance techniciste et fonctionnelle qui minorise les dimensions esthétiques des paysages pour poser que l'espace doit être défini par la seule satisfaction des fonctions. Et de fait, il y a un paysagisme fonctionnel, qui peut avoir sa grandeur et sa beauté ; la « fonction » peut aussi remplir une « fonction paysagère ». Mais l'approche purement fonctionnaliste du paysage fait bon marche de la dimension culturelle et esthétique de l'espace.

de antemão preparados para ver como tudo se volta para nós de um outro modo. Realizada por si mesma, a simples inversão não dá em nada.”.

Aproximando do estudo das transformações das feições de dada área, que inclui aqueles sobre a paisagem e o seu planeamento, “as metáforas da subjetividade atual – seus ‘ver como’ – não são somente poéticos; são verdadeiras *poiesis*, ‘criar como’, em que a imagem toma uma realidade física e não somente fenomenal”⁹³ como explica Berque (1995, p.160). Para o autor,

(...) o sujeito pós-moderno pode já em uma certa medida, e poderá cada vez mais substancialmente, criar os mundos que ele imagina. Ele pode comutar a paisagem em ambiente, como ele comuta o ambiente em paisagem. Em outros termos ainda, se a modernidade desencantou o mundo, colocando assim fim as era poéticas, ela se acaba em contrapartida nos tempos *poiéticos** em que a arte não engendra mais apenas nossa maneira de ver ou de representar as coisas, mas torna-se presença (presentificação física) do imaginário.⁹⁴ (Berque, 1995, p.161)

A *poiesis*, esse agir que dá sentido, é pensada na obra de Heidegger (2010, p.189), como o próprio autor coloca,

⁹³ Les métaphores de la subjectivité actuelle – ses “voir comme” – ne sont pas seulement poétiques ; ce sont de véritables *poièses*, des « créer comme », où l’image prend une réalité physique et pas seulement phénoménale.

⁹⁴(...) le sujet postmoderne peut déjà dans une certaine mesure, et pourra de plus en plus substantiellement, créer les mondes qu’il imagine. Il peut commuter le paysage en environnement, comme il commute l’environnement en paysage. En d’autres termes encore, si la modernité a désenchanté le monde, mettant ainsi fin aux âges poétiques, elle s’achève en revanche sur les temps *poiétiques* ou l’art n’engendre plus seulement nos façons de voir ou de représenter les choses, mais devient parousie (présentification physique) de l’imaginaire. [*nota inserida por Berque : « Le verbe grec *poiëin* (qui a donné *poésie*, *poème*, *poète*) signifie « faire, créer, agir, traiter, composer un poème ») *Poiësis* (d’où *poièse*, *poésie*) signifie « action, poésie ». « O verbo grego *poiëin* (que deu origem a *poesia*, *poema*, *poeta*) significa « fazer, criar, agir, tratar, compor um poema ») *Poiësis* (de onde provém *poièse*, *poésie*) significa “ação, poesia.”] N.T.: No texto foi utilizado o termo *poiético* (*poiesis*), a exemplo da tradução realizada por Idalina Azevedo e Manuel António de Castro em “A origem da obra de arte” de Heidegger, por tratar-se da versão comumente empregada nas obras filosóficas em português.

(...) em um sentido tão amplo e, ao mesmo tempo, numa unidade essencial tão íntima com a linguagem e a palavra, que precisa ser deixada em aberto a questão se a arte, em verdade, em todos os seus modos, – da arquitetura até a poesia –, esgota a essência da *poiesis*.

Essa conjunção com a linguagem por sua vez, parte daquele “narrar inaugural” que através da nomenclatura traz a *coisa*, filosófica e genericamente entendida como tudo que existe em sua individualidade, para aquilo que ela *é*, e a expõe como *ser* (o que *é*).⁹⁵ É, assim que, por conseguinte, a pedra, a árvore, a planta, o animal, e tudo mais, pelo simples ato de ser chamado-como vem à condição humana e subordinam-se a ela. Esse ato ao mesmo tempo em que traz a *coisa* para sua apreciação enquanto *ser* a impede de ser a *coisa* enquanto *coisa*. Por conseguinte, *é* a partir do *ser*, e no que ele se expõe, que outros predicados podem agregar-se ao longo de sua duração temporal. Nesse durar, o *ser* passa a *sendo*⁹⁶ (gerúndio) e de novo, a partir desse que agora *é* um *sendo*, outro *sendo* se abre por sua constante análise e ressignificação.

Se um elemento pode assumir várias percepções – sejam elas decorrentes de uma acumulação temporal prolongada de geração em geração e que molda certa maneira coletiva de olhar ou, e como ocorre simultaneamente, por nuances de percepções individuais que recaem sobre ele – isso significa que no meio do *sendo* existem

⁹⁵ Os conceitos de *coisa* e *ser* em filosofia são elementos chave e básicos e sua discussão é complexa. O objetivo desta tese não é fazer uma análise ampla desses conceitos pouco familiares aos não iniciados em filosofia e sim, o de tentar aproximá-los naquilo em que são úteis para o entendimento desta ligação ontologia-epistemologia-paisagem-planejamento. Uma definição mais precisa dos termos em seu contexto filosófico pode ser encontrada nos dicionários filosóficos Ferrater Mora (2000) e Santos (1966). Mas, o que aqui se quer chamar a atenção, para evitar os enganos corriqueiros quando a palavra *ser* é retirada do seu contexto filosófico, é que, em filosófica ela é originada do verbo *ser* e não é sinônimo de humano, embora por último possa-se reportar à dimensão *humana* do *ser*, ou seja, que a nomeação, o significado, a interpretação, etc, é uma condição primeiramente humana e não existe fora desse contexto.

⁹⁶ A expressão “sendo” para designar esta condição do ser não é uma unanimidade. O termo em português é muito controverso, sobretudo por tratar-se de uma adaptação da língua alemã para a qual não há uma tradução precisa. Sobre esse aspecto, recomenda-se a leitura das notas dos tradutores de Heidegger: Idalina Azevedo e Manuel António de Castro, supracitados, em Heidegger (2010) e Marcia de Sa Cavalcante em Heidegger (2008).

simultaneamente duas coisas: a) algo que permite a sua presença e por isso sempre se fecha, se retrai à análise, uma materialidade não física que permite o resguardo (a qual Heidegger chama de Terra) e, b) uma abertura; numa outra expressão do autor, uma clareira. É justamente na clareira, este algo que chama sempre de novo a atenção para a necessidade de outros parâmetros, e porque ela existe, que para a humanidade aparece de forma recorrente a necessidade de determinar, julgar. É neste hiato que

(...) acontecem as decisões mais essenciais de nossa história que por nós são aceitas e rejeitadas, não compreendidas e de novo questionadas, aí o mundo mundifica. A pedra é sem mundo. Do mesmo modo, plantas e animais não tem nenhum mundo; mas eles pertencem a uma fluência velada de uma ambiência na qual encontram o seu lugar. (Heidegger, 2010, p. 109).

“No que um mundo se abre”, como completa o autor (*op. cit.*, p. 109),

todas as coisas recebem sua morosidade e pressa, sua distância e proximidade, sua largueza e estreitamento. No mundificar está reunida aquela amplitude a partir da qual a benevolência protetora dos deuses se doa ou se recusa. Também a fatalidade da ausência do deus é uma maneira como o mundo mundifica.

A interpretação é sempre situada historicamente e para ocorrer carrega consigo todas as marcas das agregações sofridas pelo *ser* que são as máscaras com as quais ele se mostra em cada fase. Fruto de todo humano acréscimo em que concorrem para isso, sorrateiramente, os sentimentos, mesmo os mais ancestrais, aqueles que o homem, em surdina, tem dificuldade de assumir para si mesmo, como Nietzsche trouxe à luz. Daí o problema fundamental que se coloca à verdade como uma possibilidade de conhecimento da *coisa*, como pretendia a metafísica que sustentou o pensamento moderno. A interrogação

desloca-se portanto, de o que é a verdade, no sentido de certeza última e imutável, para como ela é produzida, posta em obra. Qual o apoio, o sustentáculo, desse “ver como”? A resposta não é simplesmente a arte. “A essência da arte é a *poiesis*. Porém, a essência da *poiesis* é a fundação da verdade” (Heidegger, 2010, p.191), e “a verdade encaminha-se para a obra” (*op. cit.* p.159), ao passo que “ser-obra significa”, como afere Heidegger (2010, p. 109), “instalar um mundo”.

E, nesse caso, a obra também pode ganhar contornos de uma materialidade como monumento, que no permanecer, no ser exposto às intemperes, à luz do sol, à chuva, ao vento, etc, permite a percepção da passagem das cadências do tempo. É assim que a Terra se define, para Heidegger como aquilo que “a obra deixa surgir” naquilo “no que ela se retira”; como por exemplo, uma edificação que por contraste ao ambiente em que se insere permite a percepção da chuva que cai sobre ela, da claridade (o dia e a noite), da força do vento, da atmosfera, etc. Ou, como interpreta Vattimo (2007, p.53) ela é a “dimensão que, na obra, liga o mundo como sistema de significados desdobrados e articulados aquele seu ‘outro’ que é a *physis*, aquela que, com seus ritmos, põe em movimento as estruturas tendencialmente imóveis dos mundos histórico-sociais.”.

Só através do Mundo é que a Terra irrompe. O Mundo só se fundamenta sobre a Terra na medida em que a verdade acontece como disputa originária entre clareira e velamento. Porém, como acontece a verdade? (...) Ela acontece em poucos modos essenciais. Um desses modos como a verdade acontece é o ser-obra da obra. Instalando um Mundo e elaborando a Terra, a obra é o embate daquela disputa, na qual se conquista o desvelamento do sendo no todo, isto é, a verdade. (Heidegger, 2010, p.139)

Toda obra é por natureza (*natus*, nascer) ligada a uma autoria e pressupõe um criador. Mas, o que a filosofia contemporânea coloca para apreciação é que a criação não é nem uma ruptura com um passado, como pressupõe o artifício da famosa linha do tempo já citada no capítulo 3, e muito menos produto de um gênio isolado, tanto na acepção de potência intelectual individual como de índole. Mesmo

aquilo que o indivíduo crê fazer por sua *própria* vontade é já na partida condicionado: como introduziu Nietzsche (2001, p.149-150), “para que surja a vontade, é necessária antes uma ideia de prazer e desprazer. (...) [e] o fato de um estímulo veemente ser sentido como prazer ou desprazer está ligado ao intelecto *interpretante*, que, é certo, em geral trabalha nisso de modo inconsciente”.⁹⁷ Porém, para a obra existir como obra, para ser considerada de fato uma obra, de acordo com Heidegger, ela dirige-se ao outro, tem um caráter operante, então, não basta haver o criador e a criatura, ela precisa de um leitor/desvelador: “Do mesmo modo que uma obra não pode ser sem ser criada, tão essencialmente ela precisa dos que a criam, do mesmo modo o próprio criado não pode continuar sendo sem os que a desvelam” (*op. cit.*, p. 169). E ainda, como reforça mais uma vez o autor: “Se realmente é uma obra, ela permanece sempre relacionada aos que a desvelam, mesmo quando e precisamente quando ela apenas espera por eles, e cuja entrada na sua verdade ela solicita e aguarda.” (*op. cit.*, p.169).

Isso pode ser entendido, em outros moldes, pelo fato de que, a obra, para ser minimamente compreendida e, por conseguinte, aceita – maneira pela qual ocorre a calcificação da verdade – precisa se assentar sobre caracteres ao menos em parte reconhecidos/reconhecíveis. Precisa “falar” a quem a desvela, e esse desvelar tem vários sentidos: o de tirar o véu, o de não deixar esquecer, e também o de investir de zelo, de apreço. A sua “digestão” – a transformação de seus signos em algo assimilável, admissível, aberto ao debate, ou mesmo em algo repelente e facilmente esquecível – é, portanto, proporcional à fluidez com que é apreciada pelo leitor. Para ser em algum grau absorvida, a obra fica subordinada à sua exposição em uma linguagem que é familiar, confortável, “conhecida”. E o que é então esse tão desejado conseguir passar uma ideia em uma “linguagem simples”, para usar um velho chavão? O que torna algo difícil, incompreensível, “não entendível”? As duas perguntas são respondíveis por um mesmo radical: a mobilização dos *aprioris*, ou seja, da capacidade interpretativa do desvelador, que é tanto mais fácil quanto maior o número de imagens mentais já formadas e impregnadas as quais a obra for capaz de se reportar, mobilizar, organizar e unir formando algo aparentemente coerente. Tome-se como exemplo, a confusão e a dificuldade gerada à compreensão de um simples indicativo das ruas ou do sistema de transporte de uma localidade — mesmo para aquele habituado ao ofício cartográfico — se para sua elaboração se faz

⁹⁷ Grifo no original.

uso de outro código que não um habitual, reconhecível, palavras que nesse caso são sinônimos de evidente. Não é à toa o esforço que se trava no meio científico em torno do debate para se chegar a denominadores comuns aos que se dirigem: conceitos, simbologias, etc. Esta é forma mais prática de serem imediatamente assimilados e também uma bastante salutar de formatação e imposição de uma maneira de ver e representar.

Uma informação clara e banal para uns e, sobretudo quando se fala em “áreas do conhecimento”, pode ser algo irrealizável para outros de outras áreas que são igualmente dotados de seu próprio conjunto de significados. Isso a percepção corriqueira encarrega-se de mostrar, porém, e até aqui, se assim se quiser ver, há outros elementos que são mais difíceis de serem distinguidos e que se apoiam na ideia de criação de uma verdade através da obra que se dá no dueto criador/desvelador.

Quando Jane Jacobs, uma jornalista, fala dos “olhos da rua” e descreve a “morte” da rua tradicional, segura, com apelo à memória da convivência de bairro rompida pela cidade da “função circular”, ou mesmo quando ela é capaz de “inserir” o leitor nos parques e playgrounds e fazê-los “ver” pelo apontamento uma cena mais ou menos fácil de ser mentalmente (e com a ajuda dos sentidos) reconstituída, o impacto da sua obra torna-se grande e vasto, sobretudo entre os estudiosos do urbanismo. E por que? Porque as imagens unidas por uma mobilização dos arquivos cerebrais de quem as lê e as aceita em seu julgamento moral, convertem-se em provas de uma irrefutável evidência ao mesmo tempo que ajudam a organizar, “pré-concebem”, o que a pessoa imbuída desse conhecimento passará a perceber. É desta maneira que seus estudos são reproduzidos em contextos dos mais diversos e podem ser de antemão usados para dar sentido a outras análises. Jacobs, consegue trazer à apreciação algo que ali estava mas não na forma da verdade mostrada, haja vista que toda uma geração de urbanistas anteriores percebia nesta mesma rua tradicional, a “evidência” de algo mal são.

Na outra ponta, tome-se o efeito e os desafios dos degraus a serem galgados na compreensão de uma obra filosófica, ainda que, de outro ponto de vista ela possa igualmente voltar suas reflexões sobre o cotidiano. Seus conceitos e expressões na grande parte das vezes entravam o recurso a uma imagem mental prévia aos “não iniciados” em filosofia, o que os força a tentar reconstituí-la de outras maneiras, para que, por correlação possam clarificá-las e classifica-las, muitas vezes sem sucesso. Nesse caso a obra não se fixa, emudece, confunde, e

aguarda para ganhar eloquência quando o leitor estiver “pre-parado” para nela encontrar uma verdade. Só aí ela pode florescer, vibrar com maiores chances de desvelo por aquele que na obra “enxergam” sentido. E, estes são justamente os atingidos pelo enquadramento, pois munidos dos elementos indispensáveis à *sua interpretação*, à acomodação da obra em seu ponto de vista. Sob esse olhar, chama-se novamente atenção ao que Nietzsche afere no aforismo que abre o capítulo 3 desta tese: “*Sempre em nossa companhia*”... Desse grande parêntese se apreendem duas coisas: 1) que o pré-conceito, ainda que não consciente, é determinante à captura e repasse de uma evidência, de uma prova, que é tanto mais “verdadeira” – individual e socialmente – quanto mais elementos previamente encapsulados por todas as formas de expressões – que são enviados e receptados – emitirem um mesmo signo. Um recorte particular que retido e aglutinado converte-se na lente pela qual se “vê”; 2) não é em vão que tão primordialmente se vale, nos mais diversos meios, ao recurso da exemplificação, da imagem, e nem por acaso que o poder da metáfora é atestado pelo menos desde os tempos bíblicos. Mesmo nas reflexões teóricas que organizam a ciência, e que são investidas para dar sentido às visões de mundo e corpo às intervenções no ecúmeno, os símbolos parecem viajar melhor, um similar processo de recurso à arte, em resumo, *poiesis*.

Para voltar à subjetividade da obra enquanto arte (em seu sentido mais restrito) como um elemento que tanto captura quanto instiga uma percepção de mundo, nota-se que a ligação entre ela e a maneira de organizar e interpretar os espaços em cada época, já era indicada por Argan (1992) em seu livro “*Historia da arte como historia da cidade*”, que teve a tradução para o português na década de 1990. Uma releitura que aqui se faz com o intuito de recompor um sentido *poiético*, que se embasa na filosofia contemporânea sobre a qual se apoiam e fazem convergir hoje, simultaneamente os estudos de paisagem e aqueles sobre urbanismo, ainda que este último o expresse de forma bastante velada, valendo-se da aura “subjetiva” apenas em seu limite como uma contraposição ao planejamento modernista/funcionalista. O objetivo aqui é uma breve exposição de como o planejamento manifesta-se numa orientação apriorística, cultural, e de como o pensar da organização espacial ganha sentido naquilo que ele consegue agarrar como verdade, enquadrar e reproduzir através de um apreender dublado, que não é uma cópia fiel, pois é reforçado pela individualidade de quem cria, mas que para ser criado absorve e ajuda a reforçar a ideia que paira nas diversas escalas. Um campo que aqui e ali aglutinado dá sentido e guia o que a

cada tempo se coloca como o melhor a se fazer, ainda que este “melhor” ou “bom” ou “belo” ou “bem comum”, historicamente não tenha se distanciado muito daquilo que primeiramente um escol foi capaz de enxergar como símbolo e como defesa. Uma segurança em nome da qual tantas outras vias de “bom”, “belo”, “melhor”, foram ceifadas, reprimidas pelos menores gestos desencorajadores, ou ainda severamente punidas para preservação de uma ordem que não deixa outro caminho para atingir o “seguro” e que se serve dele como anteparo para sustentar ou abafar toda a gama de procuras íntimas por poder e distinção misturadas a todo humano sentimento.

Os muros fortes garantirão proteção! Com o higienismo a peste não afligirá a saúde dos que vivem na cidade! Com a cidade modernista os males sociais serão combatidos! E por que não colocar, para a era atual, o brado de “morte da cidade dos sentidos” que precisa ser recuperada? Em cada ciclo – temporalizado pela consciência do nascimento e da morte (noção enleada de passado, presente, futuro) e projetado por ela – uma preparação do olhar acolhe e dá significado ao ordinário até transformá-lo e irrompê-lo no extraordinário que se converterá pelo apreço que se tem por ele num outro ordinário.

O princípio (...) contém sempre a plenitude inacessível do extraordinário e isto quer dizer, da disputa com o ordinário-habitual. Arte como *poiesis* (...) é fundação como princípio. Sempre que o sendo no todo como o sendo ele-mesmo exige a fundamentação na abertura, a arte chega à sua essência histórica como fundação. Ela aconteceu no Ocidente, pela primeira vez, no mundo grego. O que futuramente se chamou ser foi posto em obra de forma paradigmática. O sendo assim inaugurado no todo foi então transformado no sendo no sentido do criado por Deus. Isto aconteceu na Idade Média. Este sendo foi de novo transformado no começo e no decorrer da Modernidade. O sendo tornou-se um objeto dominável e analisável por meio do cálculo. A cada vez eclodiu um mundo novo e essencial. A cada vez precisou ser disposta no próprio sendo a abertura do sendo através do estabelecimento da verdade na figura. A cada vez aconteceu desvelamento do sendo. Tal desvelamento põe-se

na obra e a arte consuma um tal pôr.
(HEIDEGGER, 2010, p.195-197)

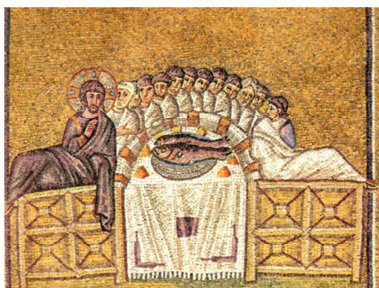
A organização espacial, ou dizendo de outra maneira, o arranjo dos elementos que são uma das partes visíveis da amalgama de uma sociedade, não estiveram longe daquilo que a arte de cada tempo pôde realizar. Esta correlação pode ser vista nas figuras a seguir, porém não pode ser limitada a uma ligação formal. Na figura 12, quando a planta de uma cidade medieval é colocada ao lado de um mosaico bizantino, pode-se observar um padrão que se repete: todos os elementos estão em um mesmo plano de visão. Da mesma maneira que o quadro não é capaz de hierarquizar a cena, a cidade, que é bem definida por suas muralhas protetoras, em seu seio, é composta por uma justaposição de elementos que vão se somando às necessidades, sem que uma definição precisa da posição de cada um seja colocada. Não há uma ordem hierárquica bem definida na cena, que, aliás, não é vista como cena, mas num sentido outro, e com outros significados próprios a eles que a sociedade tornada paisagística não pode captar além daquilo que pode disto apreciar, a saber: uma cidade já como paisagem, como mostram a figura 13 e até o descrever desta falta de hierarquização. E nesse *hall* também uma dimensão ontológica de monumento: daquilo que resiste a morte e traz as marcas do tempo. O que neste permanecer, sempre, e de novo, se abre e se fecha dentro daquilo que se tornou e que deixou de ser o “nosso Mundo”, nossa forma de predicar.

No Renascimento, de que trata a figura 14, aquilo que permaneceu em suspensão por mil anos aguardando a retomada do desvelo, pode ser trazido à obra como verdade. A separação corpo e mente tomada dos gregos possibilitou o distanciamento, o “ver” de fora. O mundo ganhou uma dimensão calculável. A exemplo do quadro que guia o olhar para o ponto de fuga, e é composto em planos sucessivos, que assim apreciados podem fazer ver e enaltecer, a cidade ganha sua hierarquia e apropriar-se dela para criar seus espaços e pontos contemplativos e tudo que a isso associou-se como uma outra vontade de poder. O desvelo de uma razão que chegará à modernidade pela decomposição de sua “pureza”, sobretudo sua racionalidade geométrica. Coisas dedutíveis, simples, decomponível, calculáveis, livres da magia que inebria o entendimento (e porque não dizer, amedronta). O júbilo de conhecer o considerado objetivamente óbvio. Uma certeza que vai da



Planta da cidade medieval de Edimburgo – Escócia e seus espaços indiferenciados

Fonte: Argan, 1984



Mosaico Bizantino (Última cena, Sant'Apollinare Nuovo) – representação da Idade Média ilustra a ausência de hierarquia na imagem em que todos os elementos são representados em um mesmo plano de visão.

Fonte: Centro Internazionale di Documentazione sul Mosaico, 2011.



1



2

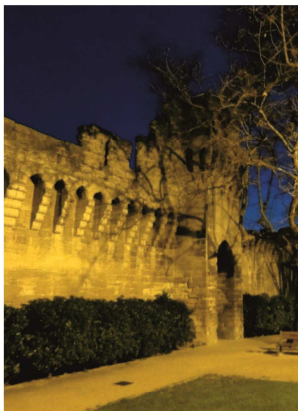


3

Avignon – França – 1. A muralha de proteção característica da função de proteção das cidade medieval; 2. Espaço intramuros que guarda características da topologia da cidade erguida em um período proto-paisagístico; 3. ruas estreitas e sinuosas que se adaptam ao local sem hierarquizar espaços.

Autora: BERTOLI, D., 2011. Fonte: Arquivo pessoal.

Figura 12 — Arte e organização do espaço na Idade Média.



Avignon – França – Cena atual num contexto de valorização da imagem. Acima uma das vistas mais divulgadas da cidade. Abaixo, via de contorno e iluminação estrategicamente posicionadas para valorização dos muros que caracterizam sua condição de origem medieval. Autora: BERTOLI, D., 2011. Fonte: Arquivo pessoal.

Figura 13 — A outra paisagem. A cenografia da imagem.



A Escola de Atenas – Rafael, 1509 – Afresco localizado no Museu do Vaticano.
O uso da perspectiva confere hierarquia à cena composta de distintos planos de visão. As linhas de fuga, ponto focal da obra, convergem para as personagens principal, no caso, Sócrates e Platão.
Autora: BERTOLI, Daiane, 2012. Fonte: Arquivo pessoal



Detalhe do mesmo afresco que ilustra o ensino da geometria e faz alusão à sua importância na composição do pensamento da época.
Autora: BERTOLI, Daiane, 2012. Fonte: Arquivo pessoal



Place Vendôme – Paris – França - 1699
Autora: Bertoli, D. Fonte: Arquivo pessoal.



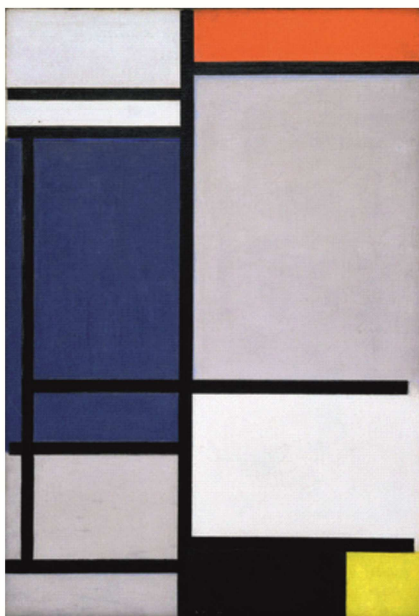
Florença, Itália.
Autora: Bertoli, D. Fonte: Arquivo pessoal.

Figura 14 — Arte e organização do espaço no Renascimento.

física ao modo de conceber a cidade e que, como se vê na figura 15, não deixa de fora nem o crivo da subjetividade artística, ou melhor, a ele se junta numa concepção que se quer universalizável. Os blocos residenciais das superquadras de Brasília em suas destacadas composições horizontais e verticais, como visto do alto e no esboço de Lúcio Costa, não fogem à essência empregada por Mondrian para expressar sua arte.

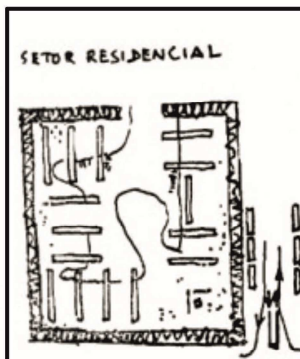
Certeza forte, até que uma pedrinha de sal, jogada há muito no caldo, começa a se diluir e espalhar seu gosto: a proclamação de que o conhecido é o seguro, e justamente o não seguro. “O familiar é o habitual; e o habitual é o mais difícil de ‘conhecer’” (Nietzsche, 2001, aforismo 335). É nele que se esconde a animalidade do sentir e do saber projetada nas coisas, o poder do inconsciente, a subjetividade não vista por entre a roupagem objetiva da evidência. Controvérsia da controvérsia, que nesse chamar a atenção, e por analogia, leva o destaque a voltar-se ao olhar, ao subjetivo do qual se extrai um outro valor, que em geral converteu-se também em um valor no outro: o valor do cotidiano, do histórico como memória afetiva, da expressão do sentimento que se teme abalado pela uniformização. Insegurança agora vista na mecânica sem alma, na rua sem olhos, na violência dos conjuntos habitacionais e áreas segregadas. A simplificação passa a ser requisitada como complexidade, que comporta ambiguidades e tensões. O puro não pode sê-lo pois depende do hibridismo entre subjetividade e objetividade que assim o cria. A vitalidade é atingida num emaranhado inclusivo que se distancie da homogeneidade exclusiva. Contestação da ciência, de sua figura matemática, de suas leis, pelo questionamento da fronteira permeável entre real e imaginário.

Uma busca do espetáculo da singularidade que se dá de maneira tão alastradora e reprodutiva em sua essência que difícil é negar uma porção de universalidade justamente pela procura de distinção e de choque, opção que não deixa de ser repetidamente associadas às escolhas de venda como imagem de um local e evocada como símbolo de poder. Na arquitetura e na arte como mostram as figuras 16 e 17 apela-se para o jogo entre o habitual e o fantástico e chama-se atenção para efeitos visuais que diferem a partir de onde se situa o ponto de vista do observador. Uma sutil maneira de remeter às perspectivas interpretativas e à falta de uma verdade única. Uma quebra com o “natural”, que vai até o limite do fisicamente coerente e é passível mesmo do deslocamento dos centros de gravidade nas construções para fortalecer seus efeitos



Composição com vermelho, azul, preto, amarelo e cinza. Piet Mondrian, 1921. Óleo sobre tela.

Fonte: The Museum of Modern Art, Nova York - http://www.moma.org/collection/artist.php?artist_id=4057



Esboço de composição do setor residencial feito por Lúcio Costa para o Plano Piloto de Brasília.

Fonte: COSTA, Lúcio. (1957).

Brasília, DF – Brasil. Detalhe de Superquadras localizadas na Asa Sul do Plano Piloto, com ênfase para a composição dos blocos no interior de cada quadra.

Fonte: Google Earth, 2012.

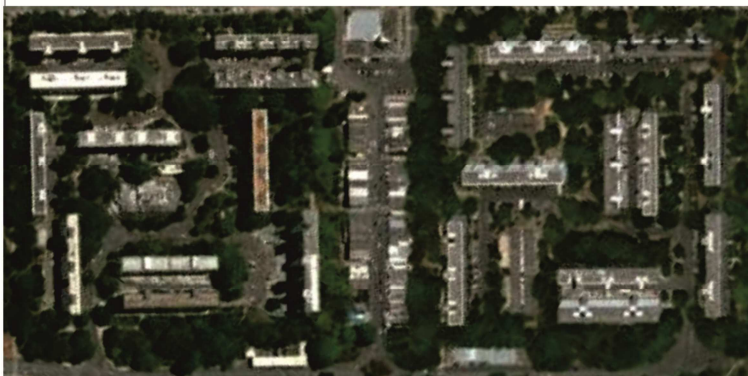
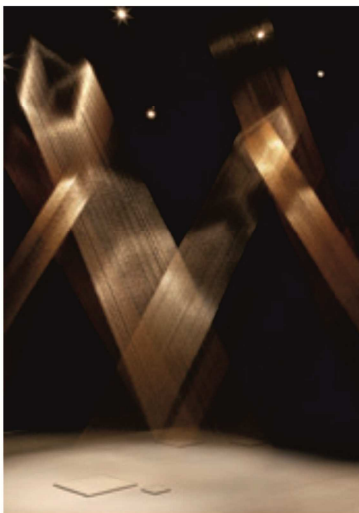


Figura 15 – Arte e organização do espaço no Modernismo.



Torre Agbar - Barcelona. Construção de uma era em que se hipervaloriza a imagem e tenta transformar os vãos mais abstratos da imaginação em realidade com o emprego da técnica midiaticizada.

Autora: BERTOLI, Daiane. 2012. Fonte: Acervo pessoal.



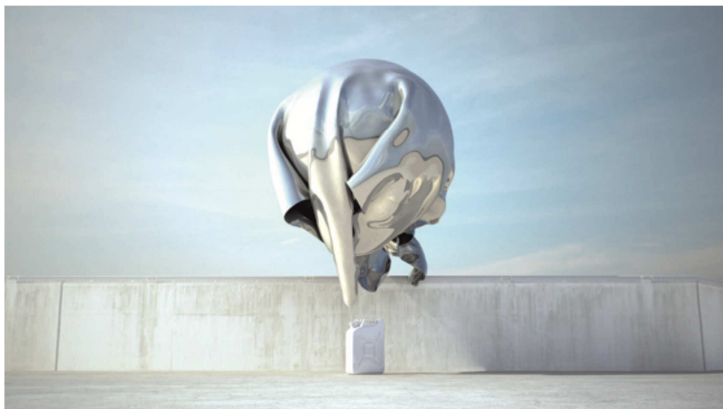
Lygia Pape. Instalação «O espaço magnetizado». Serpentine Gallery, Londres. 2011.

Fonte: divulgação web.



Torres Dançantes - Dubai. Exemplo do enfoque em formas esculturais que objetivam a subversão do que era concebido como real (em especial as leis da física) mediante a manipulação e/ou exaltação dos sentidos. Fonte: divulgação web.

Figura 16 – Arte e singularidade espacial no “pós-modernismo”.

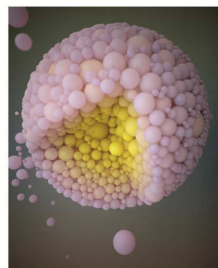
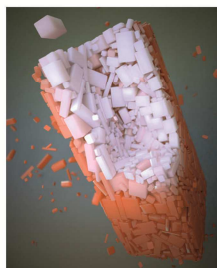


Boolean Taxidermy Stills

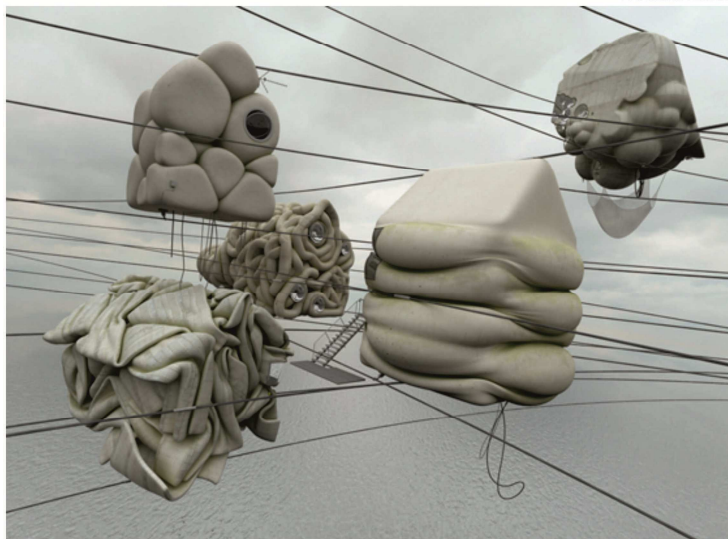
O que é real o que é imaginário?

arte contemporânea traduz as
indagações repercutidas na
hibridação/desconstruções
das evidências

Projetos realizados por Zeitguised
Fonte: <http://www.zeitguised.com>



Boolean Taxidermy Stills



Concrete Chrome Stills

Figura 17 – O real controverso. Arte e imaginário.

vertiginosos e exaltar a “alma criadora”, que por sua vez é ainda mais dependente de cálculos altamente complexos e que só se tornam factíveis através do recurso à precisão mecânica. Contestação de um modo de pensar e um por em evidência de uma forma expressar e com isso fazer “ver”. O que pode ser apreciado de maneira ainda mais saliente nas composições de arte fotográficas da figura 17 que para isso apropriam-se de signos reconhecíveis para inserí-los em um comportamento fora do padrão e exercer seu questionamento sobre o que vem a ser o normal. É assim que algo de aparência pesada eleva-se no ar, que retângulos precisos e bolinhas de isopor compõe objetos que ao mesmo tempo parecem expostos à falta de gravidade. Na última foto, também as estruturas que evocam casas, pela alusão do que seria o formato da inclinação de telhados e a simulação de uma escadaria em um dos detalhes, metamorfoseiam-se nas alturas entre o mar e o céu. Todos estes exemplos fazem parte de um grupo, o do ser-obra da obra, e que como obra, tem o poder de, ali estando, fazer reluzir interpretações e perspectivas que se expressam a um imaginário: dele retiram um sustentáculo e nele moldam, introduzem ou reforçam um modelo. Nesse ponto, “o mundo mundifica”.

A arte, ou mais profundamente a *poiesi*, ganha na atualidade saliência como um meio de voltar a análise ao que sempre se considerou a expressão mais subjetiva de uma sociedade e que permaneceu relegada a uma posição que se quis afastada de toda objetividade da modernidade. Ela em suas ações, não é pois, uma doação gratuita, pura, desprovida de qualquer função que não a de apreciação de uma forma. Na outra face, o abismo que muitas vezes sustenta a visão corriqueira e aquela dada por um ponto de vista que se quer culto – como pode ser exemplificado no caso recentemente vinculado na mídia da faxineira que causou um prejuízo de milhares de dólares a um museu alemão ao tentar limpar uma mancha de cal que fazia parte de uma instalação⁹⁸ – aponta para uma relação diferenciada com a obra de arte. O que a faz ser dotada de valor, como frisa Bourdieu (2007, p. 284),

é a compreensão imediata da familiaridade [e]
implica uma compreensão do analista por ele

⁹⁸ Dentre as inúmeras fontes que trouxeram a matéria estão endereços como: <http://g1.globo.com/planeta-bizarro/noticia/2011/11/faxineira-destroi-obra-de-arte-de-museu-alemao-ao-tentar-limpa-la.html> e <http://noticias.r7.com/esquisitices/noticias/faxineira-de-museu-destroi-obra-de-arte-por-engano-20111103.html>

próprio: este não pode consagrar-se nem a simples análise fenomenológica da experiência vivida da obra — na medida em que esta experiência assenta no esquecimento activo da história que a produz —, nem a análise da linguagem correntemente utilizada para a exprimir — na medida em que essa linguagem também é produto da des-historicização. Onde Durkheim dizia “o inconsciente é a história”, poder-se-ia escrever “o *a priori* é a história”. Só mobilizando todos os recursos das ciências sociais se pode levar a bom termo esta espécie de realização historicista do projeto transcendental que consiste na reapropriação, por meio da anamnese [reestabelecimento da memória] histórica, do produto de todo o trabalho histórico cuja consciência ele produz a cada passo, quer dizer, neste caso especial, as atitudes e os esquemas classificatórios que são a condição da experiência estética tal como é descrita ingenuamente pela análise de essência.

O que, embora de forma muito mais oculta, em igual medida acontece para tudo o mais, da literatura aos livros técnicos, que sem o desvelo de quem os investe de sentido não podem ser obra e participar da construção da verdade que é muito mais que a exposição de algo verdadeiro, em seu sentido de lisura, pois é subordinado sem dar-se conta, ao vencedor da disputa pela fundamentação de um mundo.

A consolidação em obra, por conseguinte, tanto diz respeito à expressão artística abstrata, quanto ao pensar (disposto em arguição conceitual) e ao concretizar de uma intervenção no espaço. Condições interdependentes neste chamar a atenção que molda a percepção naquilo que dá coerência à existência humana, da qual partilham em seu conjunto, de todo trabalho social que a sustenta, mesmo aquele que já não pode ser reconhecido por trás do apresentado. Ou, como enfatiza Berque (2010, p. 119),

Com efeito, o que faz viver os humanos como tal, é o trabalho social, no sentido mais geral de: trabalho de assunção da Terra em mundo. Isso

compreende a atividade humana sob todos seus aspectos, dos mais materiais (tal o trabalho dos camponeses [paysans]) aos mais imateriais (tal o trabalho dos padres). Mas *a mundanidade não assume seu artifício*; tal uma linguagem maternal, ele se dá como natural a cada um de nós, desde a infância.⁹⁹

Nesse mundificar posto em obra na obra e em forma de obra que “contribui para constituir o pano de fundo da nossa experiência, mas que *per si* permanece, na maioria das vezes, objeto de uma percepção distraída” como alude Vattimo (2007, p.83) é que, portanto, personifica-se o acontecer da verdade “fraca”, ou ontologia fraca, como o autor definiu a filosofia heideggeriana.

Um mundificar que também em seu ato mundificante converteu-se em expressão posta à defesa de um urbanismo de “pensamento ‘fraco’” alçado como alternativa ao urbanismo modernista/funcionalista que guarda o ranço de uma solução formal forte.

⁹⁹ En effet, ce qui fait vivre les humains en tant que tels, c'est le travail social, au sens le plus général de : travail d'assomption de la Terre en monde. Cela comprend l'activité humaine sous tous ses aspects, des plus matériels (tel le travail des paysans) aux plus immatériels (tel le travail des prêtres). Or *la mondanité n'assume pas son artifice* ; telle une langue maternelle, elle se donne comme naturelle à chacun de nous, dès l'enfance.



6

**Da arte ao planejamento
territorial:
o olhar contemporâneo
como obra e a incerteza
como evento à meia-luz**

6 DA ARTE AO PLANEJAMENTO TERRITORIAL: O OLHAR CONTEMPORÂNEO COMO OBRA E A INCERTEZA COMO EVENTO À MEIA-LUZ

Se o passado influencia o presente e pode prever o futuro, o futuro também orienta o presente que, por sua vez, prepara o futuro e modifica nossa visão de passado. Cada gesto se realiza no presente a partir de um passado e em função de um futuro projetado, que não é necessariamente consciente. (KOURILSKY-BELLIARD, 2004.)

Na contemporaneidade outro sentido desabrocha e edifica o presente. No que isso se dá, a transmutação de percepção é também trazida a participar e a fundar outra relação com a construção da espacialidade – em que se inclui o debate urbano. Uma sensibilidade que é capturada pelas lentes focais da arte ao planejamento num entremear de temporalidades e projeções que dão corpo a uma visão de mundo em que representações–ações–representações se inter-sustentam.

Uma experiencição que mostra que a materialidade conferida ao ver e apropriar-se suspendeu da modernidade a sua atenção a um tipo de sensibilidade: aquela que mergulha nas vivências individuais da qual o contexto construído do cotidiano retira uma parcela singular para sua estabilidade; mormente, quando diz respeito às relações interpessoais, fortuitas e estabelecidas, então susceptíveis de serem rompidas em prol da instauração de símbolos de “progressos racionais”.

Esta relação especial com a espacialidade foi capturada pela sétima arte antes mesmo de fazer parte das mesas de debates daqueles vinculados ao planejamento territorial. A sátira bem humorada do premiado filme francês de Jacques Tati, *Mon Oncle* (Meu Tio), lançado em 1958 – e que na atualidade é em algumas ocasiões trazido e utilizado para estimular o debate acadêmico – tem o mérito de acionar a preocupação com um tipo de pensamento e de ação que àquele momento sustentava a destruição dos bairros tradicionais para ceder espaço aos de concepção modernista. Uma alusão à abundância de vida, de pequenos encontros casuais, de novas e inusitadas situações em um local por vezes de aparência caótica que se contrapõe à imagem ridicularizada de uma mentalidade em que a artificialidade, o tédio e a ostentação se

cruzavam em um ambiente asséptico representado pelos ícones da casa individual – extremamente mecanizada e mecanizante – e do reinado dos automóveis e seus longos congestionamentos.

Do cinema *cult* à cinematografia americana comercial do final dos anos 1990, passando pela teledramaturgia brasileira da última década destinada à grande massa, as questões urbanas aparecem como um pano de fundo que possibilitam o desenrolar das histórias e um chamar a atenção para outra forma de ver os conflitos decorrentes das intervenções e suas consequências sobre (o que se vê como) a afetividade de uma vida cotidiana relegada¹⁰⁰. Uma ambiência que põe em evidência elementos que até então pouco cintilavam, como a identificação com o lugar, muito embora, em grande parte das obras a possibilidade de quebra das relações tem figuras de vilões e de mocinhos bem delineadas.

¹⁰⁰ Num extrato contextualizador, poder-se-ia citar obras como o romance “*Til there was you*” (1997), dirigido por Scott Winant, em que a especulação imobiliária, a frieza das construções modernas, as questões da classificação como patrimônio e aquelas do dia-a-dia dos personagens que habitam um conjunto habitacional se tocam. Na trama, o recebimento de uma ordem de despejo engatilha o engajamento dos moradores pela manutenção do local em que desenvolveram convivências afáveis. Nesta cena, o foco recai sobre a figura de uma idosa cuja vida e memória das décadas ali passadas eram inseparáveis. Nas reuniões das câmaras municipais a discussão para a classificação do imóvel como patrimônio era a única que fazia frente à sua demolição e passava ao largo de qualquer demonstração de sensibilidade aos moradores, sendo capaz de voltar-se apenas para o julgamento da notoriedade histórica da arquiteta a quem o projeto original pertencia e por esse ter servido de morada a um ator ilustre já falecido. Uma postura que o filme faz ver como pouco preocupada com os verdadeiros afetados.

No Brasil, a crise urbana, e o outro olhar para essas “vivências” ocupou a novela do horário de maior audiência da principal emissora do país. *Duas Caras*, de 2007, escrita por Agnaldo Silva, implantou o seu núcleo central em uma favela e a “comunidade” passou a ser retratada como o epicentro de contatos sociais vivos e intensos. O líder comunitário, cujas feições de herói e anti-herói por vezes se misturavam, era a personagem principal da trama, e rivalizava com a sordidez do dono do terreno às margens da área ocupada pelas autoconstruções que serviam de abrigo às inúmeras famílias. Em 2010, foi a vez de *Bosco Brasil*, que ao criar “Tempos Modernos” para o horário das 19 horas da mesma emissora, situa o ponto focal da trama na união comunitária para salvar uma antiga galeria comercial ameaçada de demolição para ceder espaço à construção de uma nova e lucrativa torre comercial.

Poder-se-ia citar ainda, e dentre outros, o filme de Walter Salles e Fernando Meirelles, “*Cidade de Deus*” (2002) que combina a narrativa da evolução da favela homônima, com a correlação da ascensão da violência. Uma história que se inicia com a construção, em meio ao nada, de um conjunto habitacional realizado pelo poder público, e que deixou os moradores à mercê de sua própria sorte. Já a série “*Cidade dos Homens*” (Rede Globo, 2002-2005) contou as peripécias de dois amigos moradores de uma favela carioca que, apesar das ameaças e perigos diários e da falta de assistência, têm ali o seu mundo: o único lugar em que eles são conhecidos e reconhecidos.

Da arte ao ato planejado como intervenção territorial, essa recuperação da função central do sujeito emerge conforme esboçado nas figuras 18, 19, 20. Nos extratos, é possível notar que, seja propondo uma reinterpretação do passado (figura 18), seja tentando reemergir signos pretéritos (figura 19) ou trazendo a atenção para a exclusão como ato econômico (figura 20), esse valor da condição da dimensão humana (ao menos enquanto representação) assume uma posição basal nas diversas latitudes em que a vida urbana é focada.

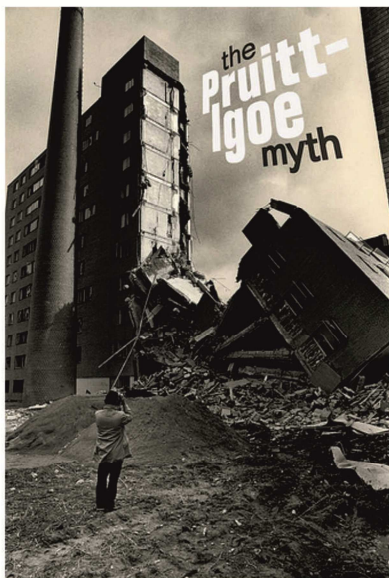
Um exemplo que personifica de maneira ainda mais singular o conjunto desses entrelaçamentos é o caso da High Line, em Nova York – cidade que inspirou Jacobs – que num fazer ver e fazer existir profere um agir *poiético* que perpassa da teoria ao sopro da arte (figura 21). Neste caso, a ameaça de demolição de uma antiga linha férrea desativada promoveu protestos por sua permanência por tratar-se de um elemento símbolo da paisagem. As discussões que começaram em 1999 levaram à transformação da área em um parque público de cerca de 1,6km de extensão, finalizado em 2011, à maneira do que já havia ocorrido em Paris. Na intervenção uma obra se destaca: um anfiteatro construído para a contemplação da rua e que, no ali permanecer, deu espaço para outra criação: uma peça teatral idealizada por um brasileiro¹⁰¹ cujo objetivo era chamar a atenção para e pelo olhar questionando a fronteira permeável entre a arte e a realidade que é dependente de uma interpretação.

Nesse resplandecer do duplo recorte o sentido recebe a sua candura posta para apreciação na obra e que confere a um agir os desígnios do que é apreciado como bom e/ou como belo e que fundamentam esse outro mundo relacional: o da contemporaneidade, do qual nosso próprio olhar torna-se também produto.

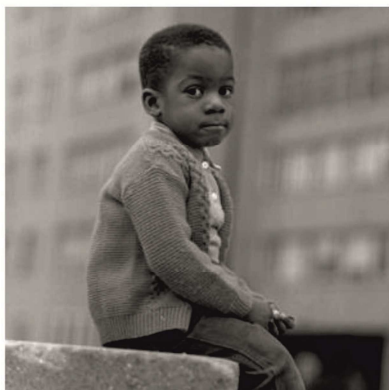
Como distingue Heidegger (2010, p.207-209),

(...) Quando a verdade se põe na obra, ela aparece. O aparecer é – como este ser da verdade na obra e como obra – a beleza. Assim, o belo pertence ao acontecer-se apropriante da verdade. Não é somente relativo ao gosto e pura e simplesmente como objeto dele. O belo reside na forma, mas

¹⁰¹ A peça foi concebida e realizada por Michel Melamed



Cartaz divulgação do filme: «The Pruitt-Igoe myth: an urban history» lançado em 2011. Fonte: www.nextstl.com/nort-stl/film-review-the-pruitt-igoe-myth.



A imagem de uma criança moradora do conjunto habitacional. Fonte: www.nextstl.com/nort-stl/film-review-the-pruitt-igoe-myth.

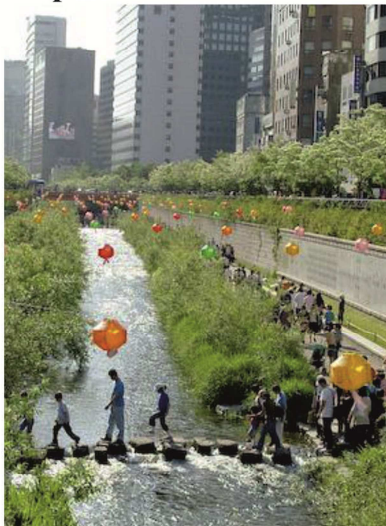
Pruitt-Igoe, o símbolo da derrocada de um modelo, como vinculado hoje: não só pautado na disputa por uma visão hegemônica sobre a cidade mas procurando o olhar daqueles que lá viveram. As imagens vinculadas rememorizam um cenário diverso daquele que levou à implosão do conjunto habitacional tido então como foco de concentração de pobreza, isolamento e violência. O cartaz divulgação de um recente filme coloca em primeiro plano a dimensão humana ao mesmo tempo que expõe a fragilidade do ser impotente diante da cena ao escolher uma imagem em que um homem - com a cabeça entre as mãos num gesto de desespero - observa o amontoado de destroços gerados pela implosão. Outra imagem emblemática disseminada pela mídia é a foto de um menino morador do conjunto. Um olhar que assim dissipado consegue fazer ver o sentimento humano, ao mesmo tempo que o torna um símbolo que ganha força na difusão de uma imagem que reinterpreta o passado.

Figura 18 – O outro olhar: Pruitt-Igoe revisitado.

Antes



Depois



Fonte: fotos divulgação internet

Seul - Coréia do Sul

A revitalização da área central de Seul (2003-2005) e a opção pela re-descoberta do rio Cheanggyecheonau, tapado em 1958 por motivos sanitários e que em 1967 cedeu espaço a um grande projeto viário. A obra é marco de reconquista histórica -tanto para apagar as marcas deixadas pela dominação japonesa quanto porque na tradição oriental o rio representa um elemento importante no princípio do Feng-Shui sobre o qual a cidade foi fundada. Intervenção que também converteu-se em palco de valorização fundiária.

No ocidente a divulgação do ato coreano vem a calhar como um símbolo da materialização da antítese ao planejamento modernista-funcionalista- cuja construção de grandes obras de circulação destinadas ao transporte individual é uma forte marca. A semiótica do carro versus a reapropriação da área pelas pessoas é usada como outra reafirmação que reforça o planejamento anterior como ato desumanizante (feito para as máquinas).

Figura 19 – Seul, a simbologia posta em obra na forma de “revitalização”.



Obra do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) - teleférico na «comunidade» do Alemão. Fonte: divulgação internet



Projeto «pinta favela» - Vila Cruzeiro, 2008. Fonte: www.favelapainting.com/favela-painting



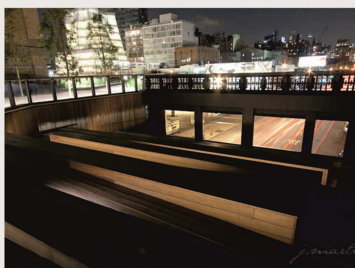
Projeto «pinta favela» - Vila Cruzeiro, 2007. Fonte: www.favelapainting.com/favela-painting

Se nos países centrais os grandes conjuntos habitacionais foram a marca do planejamento modernista, no Brasil, a cidade ilegal é posta como uma consequência da cidade planejada que ficou restrita à parcela de maior poder aquisitivo. Com as críticas ao modelo, as «favelas» passam da visão de áreas ilegais, malsãs desconsideradas pelo poder público para serem retrçadas como palco da afetividade de quem lá habita o que tem conduzido a ações de urbanização - como as do PAC - que procuram adaptar-se aos cenários encontrados. No imaginário, em paralelo com a violência, ganha força sua divulgação como símbolo de espontaneidade. As comunidades passificadas entram no conjunto das atrações turísticas. Projetos como o «Pinta Favela» (Favela Painting), idealizado pelos holandeses Jeroen Koolhaas (designer gráfico) e Dre Urhahn (o jornalista), transformam a cena urbana pela realização de grandes pinturas murais.

Figura 20 – Da exclusão ao por em cena: a outra relação estética e projetural com as “comunidades”.



Fonte: <http://www.thehighline.org>



Fonte: <http://www.thehighline.org>

High Line - Nova York. Antigo elevador férreo convertido em parque urbano. Anfiteatro construído para contemplação da rua (no encontro da 10th Avenue com 17th Street).

SEEWATCHLOOK

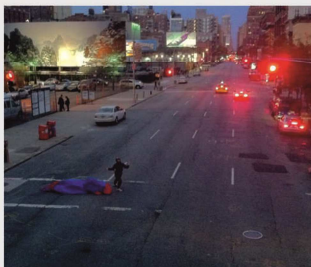


www.magicfuturebox.com



www.thehighline.org

Peça teatral SeeWatchLook (ver assistir olhar, em tradução livre) que mescla pequenos atos cênicos à vida urbana num questionamento que provoca o olhar cotidiano: onde termina o show e inicia a realidade?



www.facebook.com/SEEWATCHLOOK/photos www.magicfuturebox.com/seewatchlook/

Figura 21 – Os “olhos da rua” personificados do projeto arquitetônico à arte cênica.

apenas pelo fato de que a forma um dia se iluminou a partir do ser como a entidade do sendo. (...). Este modo de presença se converte em *actualitas* do *ens actu*¹⁰². A *actualitas* torna-se a realidade vigente. A realidade vigente torna-se a objetividade. A objetividade torna-se vivência.

Com efeito, essa consideração de um deslocamento abrangente do olhar – que confere à fase atual o desabrochar de outra medida interpretativa – retira a força do sustentáculo das lutas dispostas em urbanismo no binômio causal entre modernidade (leia-se modernismo) versus contemporaneidade (qualquer que seja a consideração sobre o “melhor” a se fazer).

Essa abertura da reinterpretação do mundo disposta num por-em-obra, dá-se, portanto, em outro patamar. Como revela Heidegger (2010, p.183),

Em virtude do projeto de desvelamento do sendo, posto na obra, que recai sobre nós, todo habitual e o até agora existente se torna não-ente através da obra. Este perdeu o poder de dar e conservar o ser como medida. Nisso está o estranho, que a obra não atua, de maneira alguma, sobre o sendo existente até agora, por meio de relações de causa e efeito. O efeito da obra não consiste num efetuar causal. Ele se baseia numa mudança do desvelamento do sendo, que acontece a partir da obra, e isto quer dizer: do ser.

Assim, “a persistência do desvelo é um saber. Saber não consiste, contudo, num simples conhecer e representar algo. Quem verdadeiramente sabe o sendo, esse sabe o que quer no meio do sendo.”. (*op. cit.*, p.159),

Mas, e então, resta ainda a discussão sobre as fronteiras permeáveis entre uma objetividade e uma subjetividade que se manifesta de dentro para fora e que se vê disposta em um simultâneo apropriar-se

¹⁰² Conforme nota inserida pelos tradutores da obra de Heidegger (2010), *actualitas* quer dizer atualidade ao passo que *ens actu* significa *sendo em ato*.

de outra ordem simbólica e fazê-la existir como acontecer da verdade que se dá por uma permanência no desvelo.

Trazendo novamente a questão para o nível das discussões propostas pelo urbanismo e direcionadas ao planejamento territorial, esse contexto conduz para além do fato de que, como bem lembrou Souza (2004, p.182-184), a centelha do planejamento regulatório clássico está disposta em quase todas as correntes atuais na ênfase dada para as discussões jurídicas e em torno de instrumentos de planejamento que ajudam a endossar uma instância de poder instituído, principalmente a do Estado.

Sob o ângulo da vertente do sujeito, é preciso, pois, religar o problema do urbanismo e do planejamento urbano ao seu próprio problema epistêmico, que diz respeito aos entraves da estruturação de uma visão objetiva do território, que pode incluir o modo como o “moderno” e, igualmente, o “subjetivo” é objetivado perante o fundar imprescindível aos trâmites de elaboração do plano e/ou do projeto.

Aqui também, como ressaltou Novarina (2004, p.71), “uma aproximação pode ser estabelecida entre a prática de certos artistas e aquela dos urbanistas”¹⁰³ porque as análises necessárias a seu ofício pautam-se igualmente em ações (inevitáveis) de por em relevo, de recobrir e de combinar os elementos. A diferença é que, enquanto na arte o resultado pode ter a aparência de surreal, no urbanismo, ele apresenta-se sobre uma condição de realidade codificada/decodificada.

Mesmo o mapa, frequentemente empregado seja nos estudos ou no apontamento de resultados, não é, como lembra Novarina (2004), uma visão objetiva do território. Ele equivale, como completa o autor, a uma “representação metafórica”, pois “seleciona dentro da realidade as informações apropriadas em função do objetivo da pesquisa”¹⁰⁴ (*op. cit.* p. 72). Sua “elaboração consiste em encobrir certas informações (...) para melhor evidenciar um aspecto da realidade observada”¹⁰⁵ (*op. cit.*).

Produzir um mapa é, como aponta Besse (2001, p.133), “descrever graficamente uma ideia”. Assim ele é “uma entidade intelectual simultaneamente ideia e imagem, procedimento de

¹⁰³ (...)un rapprochement peut être établi entre la pratique de certains artistes et celles des urbanistes.

¹⁰⁴ (...) sélectionne dans la réalité les informations appropriées en fonction de l'objectif recherche.)

¹⁰⁵ (...) son élaboration consiste à masquer certaines informations (...) pour mieux mettre en lumière un aspect particulier de la réalité observée.

construção e figura resultante, processo mental e ato gráfico”¹⁰⁶. E, é aqui que se apresenta seu problema epistemológico, que é, como salienta o autor (*op. cit.*), “o do papel da representação”, que em escala mais ampla é aquele de todos os objetos de conhecimento (*op. cit.*).

No que o mapa permite organizar e ordenar a multiplicidade de elementos ancorados numa existência tornada ficção por meio de uma correlação cifrada convertida em imagem, é que ele ganha o seu poder de fazer existir a realidade do representado e de transmiti-la como objetividade, tal qual simboliza a figura 22. Uma orquestração que permite extrair o que se busca ver, como no caso das figuras 23 e 24, que, a par da escala utilizada, ao selecionarem o que está edificado ou não edificado trazem implícita uma concepção que pode ser, por exemplo, aquela da noção de áreas não utilizadas ou subutilizadas, bastante cara nos planos pós Estatuto da Cidade. Contudo, o que estas duas figuras ajudam a ilustrar é que, não só a concepção geral é importante, mas também o que e como se quer representar. Utilizando-se uma mesma temática, e mais particularmente em um mesmo mapa, pode-se obter induções diferentes num apenas inverter de tonalidade, ou no uso do trocadilho “lote edificado” versus “edificação”, que permitem que os mapas das duas figuras tenham o mesmo nome com resultados distintos. Na figura 23, essa noção fica mais saliente, pois o tom avermelhado visualmente ressalta sobre o amarelo-esverdeado projetando uma assimilação de proibição ou problema prioritário a ser atacado.

Caso se queira prolongar um pouco mais a discussão no sentido particular do grafismo, alargando-a para a forma como as prospecções se apropriam do deslocamento do sentido da percepção, é possível mesmo notar, como debateu Ozdoba (2012), uma “mudança na cultura visual” da representação que refletirá os discursos gerais em voga. Nos casos mostrados pela autora, observa-se uma transladação no que se quer enaltecer dentro do projetado. Passa-se assim das cenas futuristas, em sobrevoos indicados por aeronaves (a exemplo do observado nas perspectivas modernistas ilustradas no capítulo 2), para um por em primeiro plano das composições vegetais e/ou das pessoas com um enquadramento a partir da linha de visão do observador.

¹⁰⁶ (...) une entité intellectuelle qui est à la fois idée et image, procédé de construction et figure résultant de la construction, processus mental et acte graphique (...).

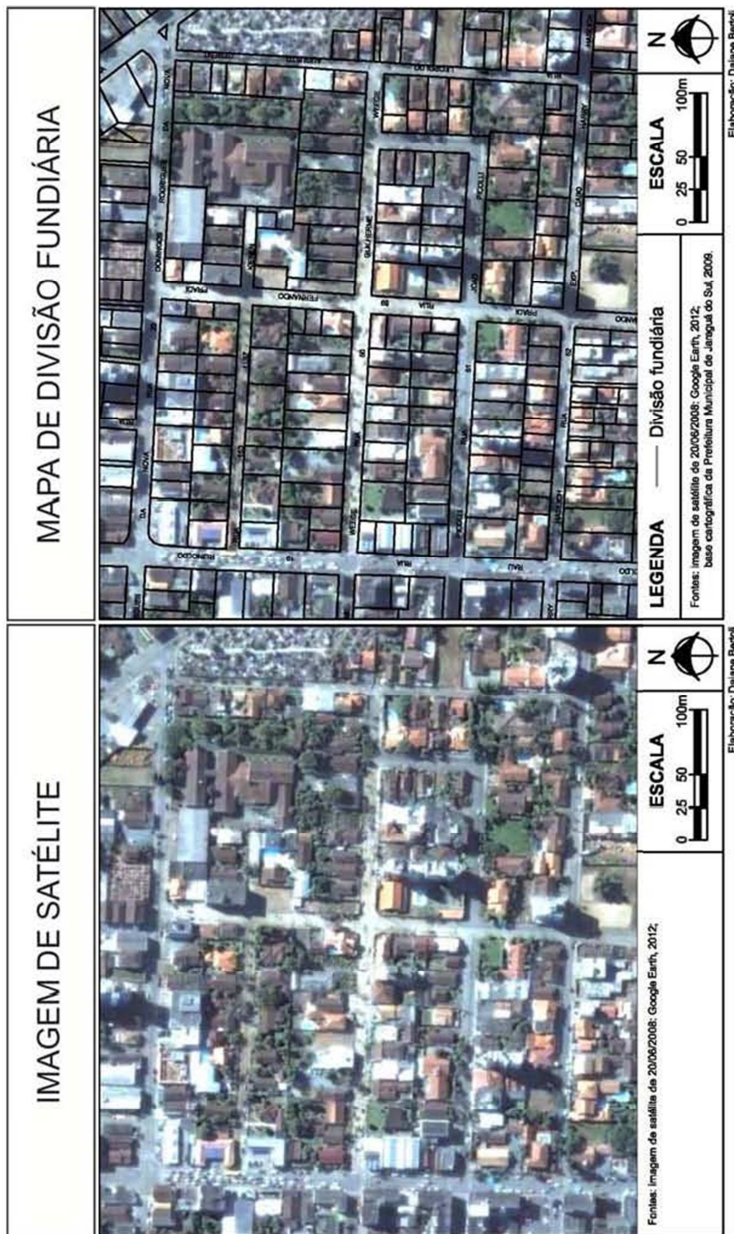


Figura 22 – O traço como uma organização, um trazer à apreciação e uma (re) construção da realidade.

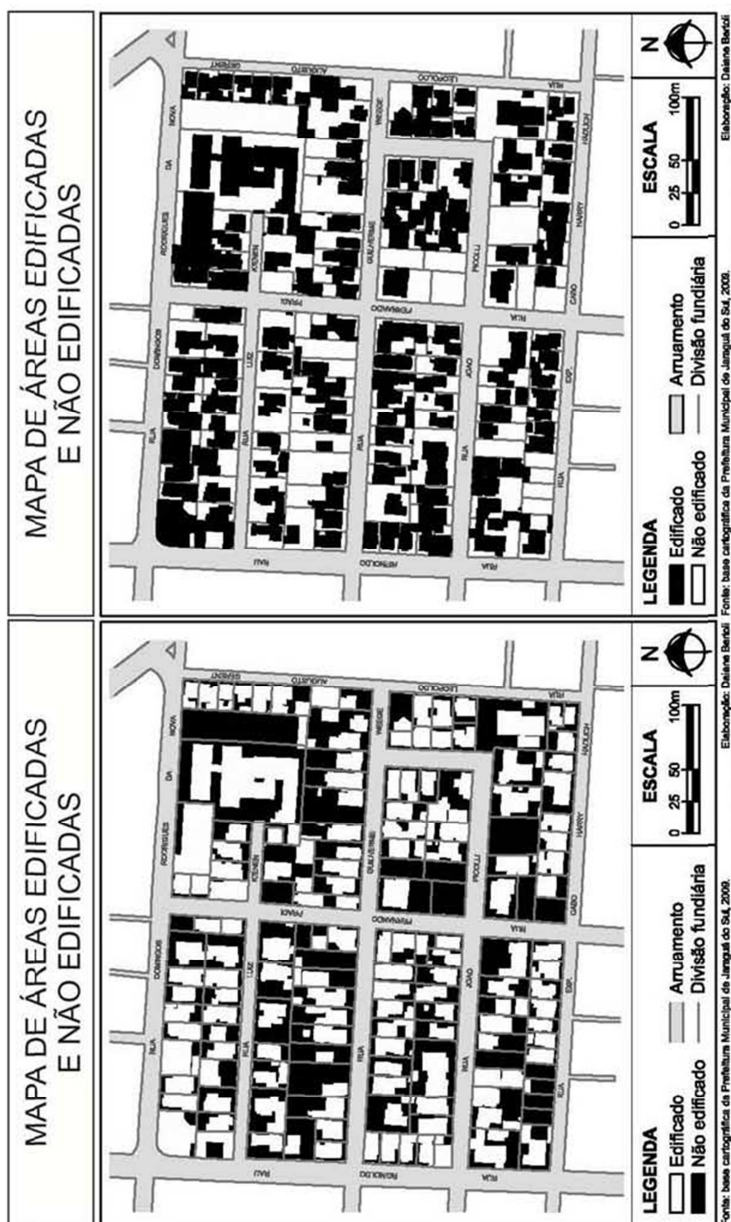


Figura 23 – Representação de áreas edificadas e não edificadas utilizando como critério a edificação.

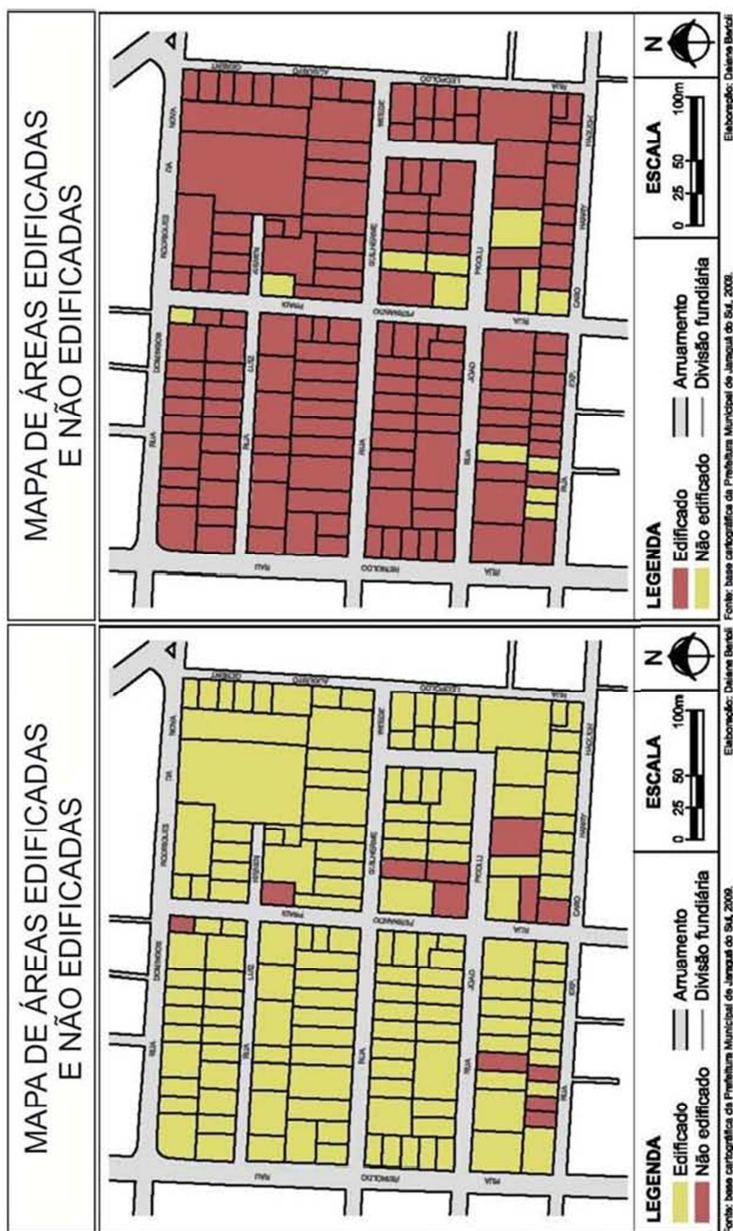


Figura 24 – Representação de áreas edificadas e não edificadas utilizando como critério o lote.

No Brasil – embora as representações feitas para promover a “venda” e aceitação de grandes intervenções urbanas nem sempre tragam esse refinamento de maneira tão explícita – o que se pode reparar, com frequência, é o caráter mimético das ilustrações que se ancoram em uma mensagem. Isso se dá, mesmo que entre o comunicado e o concebido não haja consonância e, a menos que, a ideia seja exatamente a de enaltecer a intervenção como algo “fantástico”, acima das expectativas. Num contexto, podem ser citados como modelos dois projetos com olhares distintos e até conflitantes sobre a cidade. Na figura 25, extraída do vídeo de divulgação do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) elaborado para o Complexo de Mangueiras – que tem uma visão anti-modernista e coloca sua força na ideia de integração com o existente – nota-se a preocupação em fazer reluzir o pré-visto como um encaixe através de um ato visual em que a imagem aérea do local e o projeto se integram simbioticamente e por meio de um reforço na convergência de tonalidades. Na figura 26, que traz uma proposta de cunho eminentemente rodoviarista, e também polêmica pela exigência de um aterro, a cor sobressalente na área objeto de intervenção é a verde que simula um aspecto de “visão sustentável” ou de concepção de uma “grande área verde de lazer”. Apenas as árvores têm uma cor aberta, ao passo que a máscara atmosférica e a paleta cromática empregadas, tentam diluir o peso dos arranha-céus e das vias de circulação rápida – elementos de cisão – para integrar os componentes num *continuum* visual entre a água, o projetado, e a foto aérea da ocupação consolidada.

Fechando essa pequena digressão para retomar o cerne da orientação do mapa – que é ainda aquele de toda análise – é inevitável considerar que, se sua elaboração é requisitada é porque num sentido mais amplo existe alguma coisa que leva à necessidade de investigação. Isso exprime que, a par da ideia inicial, há algo ainda não conhecido e que precisa ser revelado pelo traço. Um efeito que conduz, como fez ver Besse (2001, p. 140), a uma “situação intelectual paradoxal”,

na qual se deve fabricar, elaborar, isto que está já presente e que não se vê. Deve-se construir para ver o que está ali, para descobrir o que ali está, deve-se traçar para saber o que se quer e o que se quer desenhar. O projeto é sempre ao mesmo tempo essa criação de algo de novo, e essa



Figura 25 – Imagens de uma das obras projetadas para o PAC do Complexo de Mangueiros. De cima para baixo, três cenas: 1) imagem área sem o projeto, 2) rolagem da sobreposição da visualização do projeto 3) projeto final encaixado/harmonizado sobre o então existente. Fonte: vídeo divulgação.



Figura 26 – Tomadas do vídeo de apresentação do projeto da “Quarta ligação Ilha/Continente/BR-101” proposto pelo Governo do Estado. Fonte: <http://novoacesso.wordpress.com/>

tentativa de alguma coisa que já está ali. A lógica do projeto é a lógica da obra. Dito de outra forma, o projeto inventa um território representando-o e descrevendo-o. Mas esta invenção é de uma natureza singular: logo, isto que é inventado é o ao mesmo tempo já presente no território, mas como não visto e não sabido até agora. A invenção revela o que já está ali, ela libera, e tira o véu para um novo plano de realidade. Contudo, esta realidade humana vem se inserir no movimento do mundo para sublinhar os elementos e reter deles as suas ligações, como se a inteligência humana partisse, no fundo, da criação do universo.¹⁰⁷

Não é preciso, pois, chegar até a aflição do “como fazer” postas, entre outros, nas discussões anti-modernistas ou sobre os planos/projetos diretores¹⁰⁸ e seus métodos (ou não método/não modelo, o que dá fundamentalmente no mesmo), para desvendar um entrave muito mais essencial e que se coloca desde o, ou muito antes do, mais pacato traço disposto em um mapa: “construir”, como expõe Besse (2001, p. 137), “é colocar em relação um conceito e um olhar, mas de maneira *a priori*”¹⁰⁹. O mesmo princípio vale para tudo o mais que é “conhecido”, o que inclui até os motivos pelo qual a discussão atual pode estar em voga, já

¹⁰⁷ Situation intellectuelle paradoxale, en effet, dans laquelle on doit fabriquer, élaborer, ce qui est déjà présent et qu'on ne voit pas. On doit construire pour voir ce qui est là, pour découvrir ce qui est là, on doit tracer pour savoir ce que l'on veut et ce que l'on veut dessiner. Le projet est toujours à la fois cette création de quelque chose de nouveau, et cette tentative quelque chose qui est déjà là. La logique du projet, c'est la logique de l'oeuvre. Autrement dit, le projet invente un territoire en le représentant et en le décrivant. Mais cette invention est d'une nature singulière : car ce qui est inventé est en même temps déjà présent dans le territoire, mais comme non vu et non su jusqu'alors. L'invention révèle ce qui était déjà là, elle dégage, et dévoile par la mémé un nouveau plan de réalité. Mais cette réalité humaine venait s'insérer dans le mouvement du monde pour en souligner des éléments et y retendre des liens entre ces éléments, comme si l'intelligence humaine partait, au fond, à la création du monde.

¹⁰⁸ O debate sobre a ênfase dada aos planos ou aos projetos na ação pública envolve sérias e pertinentes questões sobre a escala e os resultados a serem alcançados. Contudo, não se entrará no mérito dessa discussão, pois as considerações levantadas dizem respeito a um caráter epistêmico em que plano e projeto compartilham o mesmo radical. Neste sentido, como bem frisou Donadieu (1994, p.70), “A planificação gere o tempo da ação e a organiza. (...) O projeto não se distingue aqui do processo de planificação.”.

¹⁰⁹ Construire, c'est mettre en relation un concept et un regard, mais de manière *a priori*, (...).

que, como completa Besse (*op. cit.* p.139) “não há hiatos entre descrever e (re)construir”¹¹⁰.

Todavia, é bem verdade que falar de um mapa denota um amparo em algo que reenvia a um ato de domínio simbólico, pois, por maior que seja a área, sempre se poderá representá-la e retê-la por meio de uma imagem que se guardará sob os olhos, como expressou Berque (1995, p. 10).

O ponto de vista do mapa, não é, de forma alguma, aquele da dimensão corpórea do sujeito, ele situa-se fora do território e no alto, como pôs em relevo Collot (1995, p.212) e, em certo sentido se opõe a essa “tentativa de reabilitação do ponto de vista” que coloca ênfase nas percepções individuais e nos aspectos parciais da paisagem (*op. cit.*).

Diante dessa desproporção é que se incorpora às práticas de planejamento territorial a noção de “participação” exaltando a diferença entre “olhares externos” – qual seja ele – e os “olhares internos”. Estes últimos descritos por Donadieu (1995, p.401), como os olhares constitutivos da ligação e da memória dos grupos sociais com os territórios que produzem, utilizam e mais frequentemente, habitam.

Um reconhecimento da existência de percepções múltiplas que toma apoio na aura de incerteza científica internalizada pelo planejamento para conclamar os concernidos a participar das discussões trazendo-as para o patamar de decisões conjuntas, pactuais, contratuais, estabelecidas a partir de relações de comunicação, como visto anteriormente. Uma condição que, em especial no caso do Brasil, expressa-se também num arcabouço disposto como anteparo às relações (exclusivamente) econômicas de dominação.

Mas, se nesse caso o problema é deslocado para uma abertura disposta dentro do “como fazer” – e não antes dele (por que fazer?) – é preciso considerar que ela se dá submetida à lógica do plano/projeto. Portanto, essa indefinição – colocada como a busca do sujeito – traz implícitos os entraves epistêmicos postos até agora, ao mesmo tempo em que os amplia, pois submete a própria “participação” (ou “concertação”, que parece ser um conceito mais apropriado) a um ato interpretativo e de tradução, qualquer que seja o método empregado para a realização de tal prática.

Já à partida, como expuseram Jatón *et al.*, (2004, p.58-90), os processos de concertação implicam que sejam “fixadas suas regras e seus objetos”, o que torna as relações entre os atores “normatizadas e

¹¹⁰ Il n'y a pas d'hiatus entre décrire et (re) construire.

instituídas”, além do que, há uma tendência de que, quanto mais se avance, mais as decisões sejam “irreversíveis” e se transformem em “empreendimento de comunicação da informação”.

Dentro da regência previamente organizada para a necessidade do plano e/ou do projeto, a “vontade da população”, ou dos atores envolvidos – coletada, em geral, por meio de ateliês ou oficinas temáticas – precisa sempre ser (re)trabalhada para dar forma ao planejado ao mesmo tempo em que é (en)formada por ele. Como analisam os autores supracitados (p.85)¹¹¹

Em regra geral, a palavra do público é postulada como rica em informação: saída da experiência do bairro, do território a planejar, ela informa sobre as práticas. Mas, para fazer isso, ela deve ser decifrada, decodificada. Ela constituiu um dos materiais do projeto, o que quer dizer que ela pode ser trabalhada, deformada, associada, colada ou simplesmente negligenciada, abandonada quando ela não serve aos desenhos de concepção [conceptor]. Em todos os casos, a palavra do público é selecionada, traduzida. Ela jamais é inteiramente útil dentro do projeto. A seleção e a tradução dessa palavra coloca em competição os que detêm uma prática. Os eleitos, os técnicos dos serviços técnicos, os conceptores são vigilantes em reivindicar sua parte ativa dentro dessa seleção e dessa tradução. Estas posições não são sem contradições e paradoxos. Essa reivindicação de “portar a palavra” do público não exclui também a constatação de vacuidade dessa palavra e desse material. (...) [A concertação] aparece como o meio de provocar as reações do público, e desta maneira, ela permite aos atores mobilizados dentro do projeto de regular os melhores

¹¹¹ Embora os autores refiram-se, neste caso, às práticas francesas que visam à concepção de um projeto urbano – ao passo que no Brasil as discussões são pautadas primeiramente na escala dos planos – o cerne do encadeamento exposto é válido também para a experiência brasileira. Basta, para tanto, trocar os termos e, onde lê-se desenho, visualizar a escrita da lei dos planos diretores ou seu corolários.

argumentos visando uma melhor explicação do projeto [técnico].¹¹²

Em favor da interação comunicativa o debate em torno de um tema é elevado como uma tábula de exposição, confrontação e resolução dos conflitos, algumas vezes exaltado como “discussões entre iguais”. Porém, desde que um ponto é fixado, é preciso considerar que, por afinidade, algumas visões de cidade, e mesmo do que se considera participativo, a ele se enquadram “melhor”; assim, certas percepções são pré-dispostas a usufruir de uma preferência. Outro obstáculo a esse brado de equidade e de “insubordinação à técnica” é o fato da “concertação”, como apontam Jatón *et al* (2004, p. 10), privilegiar “um modo muito particular de troca, aquele da palavra e da argumentação”. Ademais, como completam os autores, os saberes¹¹³ “não se beneficiam de um mesmo grau de legitimidade, não estando num mesmo nível de escala de acreditação dos argumentos nas controvérsias que opõe os atores”¹¹⁴ (*op. cit*, p.7).

De uma forma ainda mais essencial, que reenvia ao que a ontologia e a epistemologia puderam revolver sobre o fundamento do

¹¹² En règle générale, la parole des publics est postulée comme riche en informations : issue de l'expérience du quartier, du territoire à aménager, elle informe sur les pratiques. Mais pour ce faire, elle doit être décryptée, décodée. Elle constitue l'un des matériaux du projet, ce qui veut dire qu'elle peut être travaillée, déformée, associée, collée ou tout simplement négligée, abandonnée quand elle ne sert pas les desseins de la conception [concepteur]. Dans tous les cas, la parole des publics est sélectionnée, traduite. Elle n'est jamais entièrement utile dans le projet. La sélection et la traduction de cette parole mettent en compétition des praticiens. Les élus, les techniciens des services techniques, les concepteurs sont vigilants à revendiquer leur part active dans cette sélection et cette traduction. Ces positions ne sont pas sans contradictions et paradoxes. Cette revendication à «porter la parole» des publics n'exclut pas aussi le constat de la vacuité de cette parole et de ce matériau. [La concertation] apparaît comme le moyen de provoquer les réactions du public et, de cette manière, la concertation permet aux acteurs mobilisés dans le projet de mettre au point les meilleurs arguments visant une meilleure explication du projet [technicien].

¹¹³ Na literatura existe uma tendência à classificação desses “saberes” em dois grupos: como, por exemplo, “saber especializado” e “saber ordinário” como esboçado no livro citado, numa referência aos termos cunhados por Söderström e Zepf, 1998. Outras designações de mesmo sentido, encontrada em Callon, Lascoumes e Barthe (2001), são as de “saber profano” e “expert”. No Brasil, o mais comum é o emprego de expressões tais quais “saber técnico” e da “comunidade”, uma di-visão que se vê disposta nas primeiras etapas de elaboração dos “Planos diretores participativos” que prezam a realização/confrontação de duas “leituras” uma denomina “leitura técnica” e a outra “leitura comunitária”.

¹¹⁴ “(...) les «savoirs experts» et les «savoirs ordinaires» [Ola Söderström, Marcus Zepf, 1998] ne bénéficiant pas des mêmes degrés de légitimité, n'étant pas de même niveau sur l'échelle d'accréditation des arguments dans les controverses qui opposent les acteurs (...)».

conhecimento, essa busca da “realidade dos lugares”, parece ter passado ao largo de toda discussão que se volta sobre a influência do olhar do próprio pesquisador (o “eu”), e sua parte ativa na disputa em reger “as fronteiras sagradas”. De modo que, a maneira do que alertou Bourdieu (2007, p.105), “caímos constante na armadilha de um sentido que se faz, fora de nós, sem nós, na cumplicidade que nos une, coisa histórica, à história coisa.”.

Portanto, circundar a problemática do olhar, na inclusão de atos de comunicação tidos como capazes de ancorar o urbanista – ou quem encabeça os processos “participativos” – no que a “comunidade quer” significa muní-los de outro meio de eficácia simbólica: aquele de apropriar-se das palavras investidas de valor por serem depositárias de uma crença. Como destaca Bourdieu (2007, p.11),

Contra todas as formas do erro “interacionista” o qual consiste em reduzir as relações de força a relações de comunicação, não basta notar que as relações de comunicação são, de modo inseparável, sempre, relações de poder que dependem, na forma e no conteúdo, do poder material ou simbólico acumulado pelos agentes (ou pelas instituições) envolvidos nessas relações e que, como o dom ou o *potlatch*¹¹⁵, podem permiti acumular poder simbólico.

Uma relação, que quando apontada exclusivamente sobre o “capital econômico” desvia o foco da existência de um “mercado de bens simbólicos”, que, como alude Bourdieu (p.129), “é irredutível à economia (em sentido restrito)” mas cujas “lutas simbólicas tem fundamentos e efeitos econômicos (em sentido restrito) efetivamente reais”. Para o autor (*op. cit.*, p.134 – 135),

O capital – que pode existir no estado objectivado, em forma de propriedades materiais, ou, no caso do capital cultural, no estado incorporado, e que pode ser juridicamente

¹¹⁵ Termo etnológico, descrito pelo Nouveau Petit Robert (2001) como “doação ou destruição de caráter sagrado, que constitui um desafio de fazer uma doação equivalente, para o donatário.

garantido – representa um poder sobre um campo (num dado momento) e, mais precisamente, sobre o produto acumulado do trabalho passado (em particular sobre o conjunto dos instrumentos de produção –, logo sobre os mecanismos que contribuem para assegurar a produção de uma categoria de bens e, deste modo, sobre um conjunto de rendimentos e de ganhos. (...) A posição de um determinado agente no espaço social pode assim ser definida pela posição que ele ocupa nos diferentes campos, quer dizer, na distribuição dos poderes que actuam em cada um deles, seja, sobretudo, o capital econômico – nas suas diferentes espécies –, o capital cultural e o capital social e também o capital simbólico, geralmente chamado prestígio, reputação, fama, etc. que é a forma percebida e reconhecida como legítima das diferentes espécies de capital.

Em outros termos trata-se de por na balança “a força relativa dos diferentes poderes, ou se se prefere, a equivalência entre as diferentes espécies de capital” (Bourdieu, 2011, p. 171), pois, elas podem definir as probabilidades de ganho num dado campo em que possuir uma determinada espécie de capital é competitivamente mais eficiente (BOURDIEU, 2007, p.134).

Ainda, se existe uma condição comum a ser conhecida – tal como no caso do mapa – ela só aparece pela “revelação” que a retira de um estado expectante para fazê-la sobressair em outro patamar de realidade. Um ato que dentro de um processo orquestrado (hierarquizado), para chegar “àquilo que a população quer” precisa afirmar seu “conhecimento”, produzindo, em algum sentido, a existência do que anuncia. Pois, como ressalta Bourdieu (2007, p.114),

O *auctor*, mesmo quando só diz com autoridade aquilo que é, mesmo quando se limita a enunciar o ser, produz uma mudança no ser: ao dizer as coisas com autoridade, quer dizer, a vista de todos e em nome de todos, publicamente e oficialmente, ele subtrai-as ao arbitrário, sanciona-as, santifica-as, consagra-as, fazendo-as existir como dignas de

existir, como conformes a natureza das coisas, “naturais”.

Assim, por mais abrangente que o processo participativo possa ser, ele conduzirá a uma importação da palavra do “público” sem que se possa ter ou reter a experiência a ela correspondente. Além disso, pondo-se de lado qualquer intento mal intencionado, restará o entrave que limita o pesquisador/planejador a poder enxergar apenas o que está, em algum grau, pré-parado a ver.

Logo, trazer a incerteza da ação para atuar no nível do planejamento significa, antes de tudo, afastá-la do seu sentido epistemológico–ontológico original para condicioná-la a uma dimensão apenas capaz de ampliar a parte flexível de um formato *a priori*. Ou, em consonância com o expressado por Jatón *et all* (2004, p.88), trata-se de manter a “incerteza” “dentro do domínio da atividade política e social”. Aliás, em última instância, re-conhecê-la não seria também inscrevê-la no conhecido, e portanto englobá-la por um sentimento de segurança reconquistada?

Talvez seja conveniente revigorar que o planejamento só existe porque atinente de uma capacidade de inscrever o futuro em uma perspectiva que retira dele uma parte de incerteza ao organizar a ação em uma direção minimamente previsível. Nisso reside o estabelecimento de uma relação social de dependência: uma vez que a lógica do planejamento é instalada, é também ela que aparecerá como uma espécie de “garantia” nem que se seja de correção dos problemas por ela criados.

Como recordam Donadieu e Perigord (2007, p.86), “produtor de um quadro de vida, o projeto de paisagem¹¹⁶ serve também para delimitar um território de poder administrativo, o reconfigurar e o limitar”, de modo que “os habitantes se apropriem do seu território de vida em função de normas e de imagens que o organiza”¹¹⁷.

Uma direção em que “usar” em pelo menos um caminho é “contemplar”, pois, a exemplo da figura 27, uma intervenção direta faz

¹¹⁶ A afirmação pode ser lida dentro da amplitude que tanto o ato de planejar quanto a paisagem compreendem.

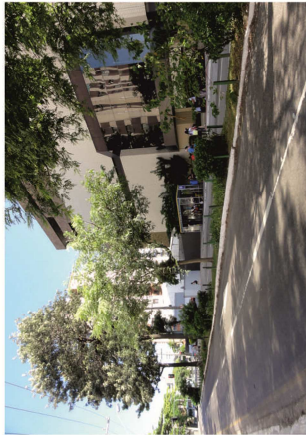
¹¹⁷ « Producteur d'un cadre de vie, le projet de paysage sert aussi à délimiter un territoire de pouvoir administratif, à reconfigurer et à limiter. ». « (...) les habitants s'approprient leur territoire de vie en fonction de normes et d'images qui l'organise. »



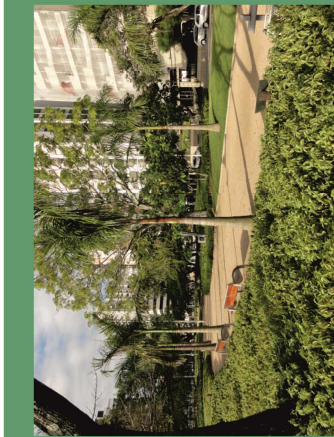
Canteiro central da Av. Mauro Ramos (Florianópolis -SC)



Canteiro central da Av. Mauro Ramos plantado por um comerciante local.



Mesma avenida próximo ao Shopping Beira Mar.



Praça Gov. Celso Ramos (Florianópolis) revitalizada.



Fotos: BERTOLI, D., 2012.

Figura 27 – Espaço público: usar enquanto apropriar-se/usar enquanto contemplar.

ver o indivíduo, e o que a ele é vetado em nome do “coletivo”. Usando de outros termos, o que fundamenta o “todos” também é o posicionamento do observador com relação ao seu objeto, pois, ao ser focada, a globalidade se esvai em um jogo de contido/não contido em que rapidamente um constituinte pode se isolar e vice-versa.

Quiçá, não seja incongruente propor que o urbanismo/planejamento, é presença pelo cumprimento de uma “função antropológica” similar a que Choay (2007, p.15) identificou para a existência do monumento:

Para aqueles que o edificam como para aqueles que recebem os avisos, o monumento é uma defesa contra o traumatismo da existência, um dispositivo de segurança. O monumento assegura, tranquiliza, conjurando o ser do tempo. Ele é garantia de origem e acalma a inquietação que produz a incerteza dos inícios. Desafio à entropia, à ação dissolvente que exerce o tempo sobre todas as coisas naturais e artificiais, ele procura apaziguar a angústia da morte e do desaparecimento completo.¹¹⁸

Em última instância, encerrando o desejo de que o plano/projeto não seja mais subordinado à teoria – supondo que uma construção hermeticamente fechada ou linearmente causal pudesse acontecer – ainda assim, é preciso considerar que, os exemplos do sucesso “extracientíficos” trazidos ao debate acadêmico, em último grau só revelam que se fala a partir de uma construção teórica inserida dentro da batalha projetada no seio da própria ciência, ou, na luta por um espaço social delimitado por ela.

¹¹⁸ Pour ceux qui l'édifient comme pour ceux qui en reçoivent les avertissements, le monument est une défense contre le traumatisme de l'existence, un dispositif de sécurité. Le monument assure, rassure, tranquillise en conjurant l'être du temps. Il est garanti d'origines et calme l'inquiétude que génère l'incertitude des commencements. Défi à l'entropie, à l'action dissolvante qu'exerce le temps sur toutes choses naturelles et artificielles, il tente d'apaiser l'angoisse de la mort et de l'anéantissement.

Como insistiu Nietzsche (2001, p.97), “somente enquanto criadores podemos destruir! – Mas não esqueçamos que também isto: basta criar novos nomes, avaliações e probabilidades para, a longo prazo, criar novas ‘coisas’.”.

Conclusão



CONCLUSÃO

A “condição pós-moderna”, que sustenta o pensar e agir contemporâneos, repercute um brado de fim das certezas científicas disposta na forma de uma crise na estrutura que embalou a modernidade na direção de verdades naturais e incontestes. Um movimento amplo que cobra o espaço do sentido humano, uma recuperação da função central do sujeito e da subjetividade, vistas como rompidas em prol dos mecanismos de objetivação do mundo dispostos em uma ciência impositiva e mecanizante.

É inserido nesse clima de instabilidade, em que a polaridade do ponto focal sai da ideia de objetividade racional para ser disposta no âmago da dimensão subjetiva, que o urbanismo contemporâneo toma assento para exigir a ultrapassagem do pensar que deu corpo ao planejamento modernista, cujas premissas são aquelas extraídas das ideias gerais da modernidade.

Um contexto que conduz a discussão voltada ao planejamento territorial, com epicentro no urbano, a assumir a defesa de um novo imaginário planificador, que prega a ruptura com o seu antecessor e a emergência de novas práticas que vêm acompanhadas de outros léxicos, nem sempre convergentes. Nessa outra via de muitos caminhos – que se quer distante de um urbanismo de modelos salientado como tecnocrático –, o urbanismo contemporâneo traz o problema da dimensão subjetiva, vista como um retorno à sensibilidade, como seu sustentáculo.

Uma visão em que o contexto da incerteza científica, aberto pela filosofia, será reivindicado dentro do campo do urbanismo como suporte para outro ideário, que, em seu extremo, prega o não modelo, a não subordinação da prática à teoria, e a realidade do lugar, como norte.

Porém, se a crise da modernidade ficou aqui encerrada dentro do olhar que molda a análise do planejamento modernista, pouco se percebeu que também ela diz respeito a um contexto maior que reverbera outra universalidade: a de transformação das percepções da própria ciência em que um mesmo tom paira sobre as conclusões que vão do urbanismo às “ciências duras”. Uma crise levantada pela objeção epistemológica aos princípios do conhecimento objetivo do mundo que traz à luz o problema do sujeito que conhece (aquele do próprio pesquisador). Mas, que foi reconduzida a uma visão não idealista do sujeito, que se volta para trás, e que com isso pôde colocar a própria

incerteza como método, circunscrevendo a insegurança gerada, sem levantar seu próprio problema epistemológico.

Se o urbanismo bebeu na fonte filosófica da pós-modernidade, emprestando dela mesmo a expressão nominativa de “pensamento fraco” – que diz respeito à ontologia heideggeriana – para com isso projetar-se contra um urbanismo de “pensamento forte” rebatendo seus métodos e posicionando-se como não *apriorístico*, isso demonstra que a estruturação de seus argumentos não segue a própria constituição que arroga pra si.

Seguindo no sentido ascendente para recompor o originário da questão, o problema da incerteza não é uma volta para fora, ele passa para o foro íntimo do sujeito em que o que aparenta ser externo a ele só pode existir mediante uma cumplicidade perspectiva que dá sentido ao que se vê. A realidade, portanto, é dependente do grau de incorporação consciente/inconsciente de aparências repassadas que se miscigenam com toda gradação de sentimento humano, disposta também na luta por preponderância.

Chegar nessa dimensão significa, por sua vez, assumir que não há conhecimento desprovido de *a priori*. Desse modo, a impugnação da ideia de verdade como um fato estável – ou da possibilidade de um saber objetivo “puro” – passa pela consideração de que a evidência, ou aquilo que parece ser natural, ou ainda a feição conferida a uma análise, é uma experiência fabulizada que depende da lente interpretativa do sujeito. Todavia, essa dimensão, o urbanismo contemporâneo não foi capaz de levantar, de tal modo que sua argumentação é ainda conduzida para um problema que se situa no outro, que vai do modernismo à percepção da “comunidade”, sem questionar-se sobre o caráter constitutivo de sua própria percepção como produto e produtora de um modo de ver.

O interesse atual pelo sujeito mostra-se, assim, num duplo sentido, aquele epistemológico, e aquele que lê a “pós-modernidade” saída dessa refutação do conhecimento moderno como uma possibilidade de reestabelecer o encanto do mundo retirado pelo primado da ciência e da técnica. É esta dúvida ambiência que na contemporaneidade lança uma atenção revigorada pela paisagem, um conceito dependente do olhar do sujeito e que permitiu a esta tese reproblematicar a questão do sujeito e da “realidade”.

O enaltecimento da paisagem como uma componente física moldada pela cultura e que repercute os vínculos afetivos da população por dada área, a trará à condição de um objeto de planejamento cujo

problema é da mesma frequência do disposto em urbanismo. Um posicionamento em que o “sujeito” reivindicado é externo ao pesquisador (forma objetiva), e em geral disposto em designações como “valor da comunidade”, “o que a população almeja”, etc.

Porém, no que a própria concepção da paisagem passa de objeto externo ao sujeito para tornar-se construção do seu olhar, ela possibilita religar o estudo ao sentido original das discussões filosóficas para completar o giro que em planejamento dispõe-se numa reação causal ao modernismo.

Enquanto mediação ou união estrutural entre o ambiente percebido e o sujeito que o percebe, a paisagem aporta ao planejamento outra dimensão: aquela da circularidade entre interpretação-ação- interpretação em que se planeja em função do interpretado e se interpreta em função do planejado.

Atuando como um objetivador, a paisagem, isso que se destaca como óbvio, imediatamente dotado de sentido, que tem a aparência de algo evidente, só pôde existir perante sua construção engatilhada pela arte. Um por em valor e um pôr-se em recuo que nesse caso diz respeito a um senso estético que encarnou a forma simbólica da modernidade até transfigurar-se numa visão “objetiva” que compôs de um lado o que veio a ser a ciência da paisagem e de outro o que foi conduzido a moldura de uma intervenção concreta - primeiro na forma de jardins, depois na forma de modelização pretendida pelo urbanismo. Um fato que levanta a questão dos mecanismos de naturalização, que, em essência, é também o problema da base que apoia a construção de todo o conhecimento.

Esse dispositivo em que o que se vê como a prova de uma realidade que acontece fora do sujeito, e que depois se projeta como um desejo de horizonte, precisou ser moldado. Um acontecer que guarda uma ligação direta com o enaltecimento de algumas características em detrimento de outras que a obra, e mais particularmente a obra de arte, fez ver. Uma sensibilidade educada na trajetiva de sucessivos repasses que aqui e ali são simultaneamente e pouco a pouco mexidos pelas nuances da individualidade; e, que nesse grande mar de pequenos nada que compõe os mecanismos de comunicação em que os signos são transportados, formam e transformam os filtros relacionais de uma sociedade com seu entorno. Uma relação que remete ao acontecer da verdade fraca, como propôs Heidegger. Um evento que está em obra na obra pela perpetuação entre representação-ação-representação, em que

mesmo a ciência pode ser incluída na condição de indutora e reprodutora de esquemas de significação.

Contudo, a obra, como expôs Heidegger, para entrar na sua verdade necessita tão fundamentalmente de quem a cria, como de quem a desvela, de forma que um olhar prévio dá medida e peso ao que se vê. Para “falar” a quem com ela se depara, a obra precisa ser minimamente compreendida, o que significa ter que se reportar às pré-construções de quem a lê.

Neste encadeamento, e na medida em que há um deslocamento abrangente da ordem simbólica que rege a atualidade e confere sua interpretação, dando sentido ao agir que vai da arte ao planejamento, o próprio olhar contemporâneo pode ser entendido como obra da qual nossa visão é produto.

É pela vinculação entre a verdade e a obra – que modela o pano de fundo das nossas experiências e, por conseguinte, indica a existência de uma permeabilidade entre o real e o imaginário – que se eleva o problema de evocação da “realidade” objetiva. Uma consideração que transladada e rebatida no nível do planejamento contemporâneo, por consequência, expõe os fundamentos de sua argumentação como ainda encapsulados na ideia de verdade que regou o período precedente, mesmo que agora ela disponha de outros contornos.

Quando o olhar se volta para dentro desse urbanismo, que é o que propõe a constituição pós-moderna se considerada suas origens, o problema do sujeito torna-se o problema epistêmico do próprio urbanismo/planejamento, ou melhor, aquele do pesquisador/planejador.

A “realidade local” - ou o que a “comunidade quer” - para ser “conhecida” passa por uma representação e por uma interpretação que no simples ato de revelar o que permanecia em estado latente, provoca uma alteração na sua estrutura. Ademais, a “realidade”, ou seja, o que foi selecionado dentro de uma multiplicidade infinita de possibilidades, só poderá emergir por intermédio daquilo que, em algum grau, se está pré-parado para perceber. Ela tem, portanto, o sentido da construção.

Mas, se até aqui se pôde levantar a essência desses entraves que se deslocam ao urbanismo contemporâneo, é preciso de forma ainda mais essencial, considerar que, mesmo esta tese tem a lógica da obra, da qual não pode fugir. Um conjunto de elementos foi recortado, interpretado, enfatizado, esquecido, de novo requisitado, dentro daquilo que ela também entrou na verdade do desvelo. Assim, se esta tese rebate os fundamentos do urbanismo contemporâneo, o faz dentro de uma cumplicidade ontológica que não pode ser negada: o mais simples fato

de arrogar sua existência faz parte do jogo e ajuda a objetivá-lo. Porém, se ela for coerente consigo, lembra que guarda em seu íntimo uma interrogação intangível do inobjetivável. Há algo não sabido sobre o que se sabe, “cegueira de nossa parte a isso que chamamos cegueira nos outros”¹¹⁹, como esboça Cauquelin (2000, p.86). Uma frase que para encerrar, esta tese, apenas substituiria a primeira pessoa plural pela primeira do singular.

¹¹⁹ Cécité de notre part à ce que nous appelons cécité chez les autres.

REFERÊNCIAS

AMPHOUX, Pascal. Le projet urban, la pensée paysagère et l'hybridation des savoirs. In: ZEPF, Marcus (Sous la dir. de). **Concerter, gouverner et concevoir les espaces publics urbains**. Lausanne : Presses polytechniques et universitaires romandes, 2004. P.31-39.

ARANTES, Otília. Uma estratégia fatal: a cultura nas novas gestões urbanas. In: ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único**. Petrópolis: Vozes, 2002, 3ª edição, p 11-74.

ARGAN, Giulio Carlo. [1983]. **Historia da arte como historia da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

AVITABILE, Alain. Le projet urbain : une culture du territoire et de l'action urbaine. In: CHALAS, Yves (coord.). **L'imaginaire aménageur em mutation**. Paris : L'Harmattan, 2004.

BERQUE, Augustin (org.). **Cinque proposition pour une théorie du paysage**. France: Editions Champ Vallon, 1994.

BERQUE, Augustin. Cosmophanie ou paysage. In: GUILLAUD, Dominique; SEYSSET, Maorie; WALTER, Annie. (Sous la dir. de). **Le voyage inachevé... à Joël Bonnemaïson**. Paris: ORSTOM; PRODIG, 1998. p.741-744. Disponível em : http://horizon.documentation.ird.fr/exl-doc/pleins_textes/divers4/010017394.pdf Acesso em: agosto de 2012.

BERQUE, Augustin. **Histoire de l'habitat idéal : de l'Orient vers l'Occident**. Paris : Éditions du Félin, 2010.

BERQUE, Augustin. **Les raisons du paysage: de la Chine antique aux environnements de synthèse**. France: Éditions Hazan, 1995.

BERTOLI, Daiane. **Dinâmica da paisagem da sub-bacia do ribeirão Chico de Paulo (Jaraguá do Sul – SC): urbanização e conflitos decorrentes**. Dissertação (Mestrado em Geografia). Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2006.

BERTRAND , George. Le paysage entre la Nature et la Société. In : ROGER, Alain (Sous la dir. de). **La théorie du paysage en France (1974-1994)**. France: Éditions Champ Vallon, 1995. p.88-108.

BERTRAND, Georges. **Entrevista**. Geosul, Florianópolis, v. 13, n.26, p.144-160, jul./dez. 1998.

BESSE, Jean-Marc. Cartographier, construire, inventer. Notes pour une épistémologie de la démarche de projet. In : **Les Carnets du Paysage**, France, n°7, p.127-145, 2001.

BLAIS, Paul-Jean. L'imaginaire contre la ville. In : CHALAS, Yves (Sous la dir. de). **L'imaginaire aménageur em mutation**. Paris : L'Harmattan, 2004.

BOURDIEU, Pierre. [1984]. **Homo academicus**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2011.

BOURDIEU, Pierre. [1989]. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. 11ª edição.

BRASIL. **Lei nº 10.257, de 10 de jul. de 2001.** Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Brasília: 2001.

BRASIL. **Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003.** Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências. Brasília, 2003.

BRASIL. **Medida Provisória nº 103, de 1º de Janeiro de 2003.** Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências. Brasília, 2003.

BRIFFAUD, Serge. Découverte et représentation d'un paysage. Les Pyrénées du regard à l'image. (XVIII^e au XIX^e siècle) In : ROGER, Alain (org.). **La théorie du paysage en France (1974-1994).** France: Éditions Champ Vallon, 1995. p.224-259.

CALLON, Michel; LASCOUMES, Pierre; BARTHE, Yannick. **Agir dans un monde incertain: essai sur la démocratie technique.** Paris: Éditions du Seuil, 2001.

CASTEL, Charles-Jean. Généalogie et caractères de la postmodernité. In : CHALAS, Yves (Sous la dir. de). **L'imaginaire aménageur em mutation.** Paris : L'Harmattan, 2004.

CASTELLS, Manuel. [1972]. **A questão urbana.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. 1ª edição.

CAUQUELIN, Anne. **L'invention du paysage.** Paris : Quadrige/PUF, 2000.

CHABASON, Lucien. Pour une politique du paysage (entretien avec Odile Marcel). In : ROGER, Alain (Sous la dir. de). **La théorie du paysage en France (1974-1994)**. France: Éditions Champ Vallon, 1995. p.260-273.

CHALAS, Yves. La pensée faible comme refondation de l'action publique. In : ZEPF, Marcus (Sous la dir. de). **Concerter, gouverner et concevoir les espaces publics urbains**. Lausanne : Presses polytechniques et universitaires romandes, 2004. P.41-49.

CHALAS, Yves. O Urbanismo: pensamento fraco e pensamento prático. In: PEREIRA, Elson Manoel (org). **Planejamento Urbano no Brasil: Conceitos, Diálogos e Práticas**. Chapecó: Argos, 2008.

CHALMERS, Alan. [1976]. **O que é ciência afinal?** São Paulo: Bralisiense, 1997.

CHOAY, Françoise. **L'allégorie du patrimoine**. Paris: Éditions du Seuil, 2007. 4e édition.

CHOAY, Françoise. **L'urbanisme, utopies et réalités: une anthologie**. France: Éditions du Seuil, 1965.

CLAVAL, Paul. [1995]. **A geografia cultural**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1999.

CLAVAL, Paul. A paisagem dos geógrafos. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (orgs). **Paisagens, Textos e Identidade**. Rio de Janeiro: Eduerj, 2004. p.13-76.

COLLOT, Michel. Points de vue sur la perception des paysages. In : ROGER, Alain (Sous la dir. de). **La théorie du paysage en France (1974-1994)**. France: Éditions Champ Vallon, 1995. p.210-223.

CONSEIL DE L'EUROPE. **La Convention européenne du paysage**. Florence, le 20 octobre 2000. Disponível em: http://www.coe.int/t/dg4/cultureheritage/heritage/landscape/default_fr.asp Acesso em : dezembro, 2011.

CONSELHO EUROPEU DE URBANISTAS. **A Nova Carta de Atenas 2003: a visão do Conselho Europeu de Urbanistas sobre as Cidades do séc. XXI**. Lisboa, 20 de novembro de 2003. Disponível em: http://paginas.fe.up.pt/construcao2004/c2004/docs/SAT_02_carta%20atenas.pdf Acesso em: maio de 2012.

COSTA, Lúcio. **Relatório do Plano Piloto de Brasília**. 1957. Brasília: Secretaria de Habitação, Regularização e Desenvolvimento Urbano – SEDHAB. Disponível em: <http://www.sedhab.df.gov.br/sites/300/379/00002545.pdf> Acesso em: novembro de 2011.

DONADIEU, Pierre. Pour une conservation inventive des paysages. In : BERQUE, Augustin (Sous la dir. de). **Cinq propositions pour une théorie du paysage**. France: Editions Champ Vallon, 1994. p.51-80.

DONADIEU, Pierre. Pour une conservation inventive des paysages. In : ROGER, Alain (Sous la dir. de). **La théorie du paysage en France (1974-1994)**. France: Éditions Champ Vallon, 1995. p.400-423.

DONADIEU, Pierre; PÉRIGORD, Michel. **Le paysage**. Paris: Armand Colin, 2007.

DUNCAN, James. A paisagem como sistema de criação de signos. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (orgs). **Paisagens, Textos e Identidade**. Rio de Janeiro: Eduerj, 2004. p.91-132.

FIGUEIRÓ, Adriano Severo. **Aplicação do zoneamento ambiental no estudo da paisagem: uma proposta metodológica**. 1997. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

FLORIT, Luciano Felix. **A reinvenção social do natural: natureza e agricultura no mundo contemporâneo**. Blumenau: Edifurb, 2004.

FRANCE. **Loi n° 2000-1208 du 13 décembre 2000 relative à la solidarité et au renouvellement urbains**. Paris : 2000. Disponível em: <http://www.legifrance.gouv.fr/affichTexte.do?cidTexte=LEGITEXT000005630252> Acesso em: dezembro, 2012.

GANDY, Matthew. Paisagem, estética e ideologia. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (orgs). **Paisagens, Textos e Identidade**. Rio de Janeiro: Eduerj, 2004. p.75-90.

GENESTIER, Philippe. Les conséquences urbanistiques du pós-progressisme : quelles actions publiques urbaines peut-on concevoir dans l'univers actuel du pensable et du faisible ? In : CHALAS, Yves (Sous la dir. de). **L'imaginaire aménageur em mutation**. Paris : L'Harmattan, 2004.

HABERMAS, Jürgen. [1983]. **Consciência moral e agir comunicativo**. Rio de Janeiro: Templo Universitário, 2003.

HABERMAS, Jürgen. [1996]. **A inclusão do outro**. Estudos de teoria política. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

HARVEY, David. [1973] **A justiça social e a cidade**. São Paulo: Hucitec, 1980. 1ª edição.

HARVEY, David. [1989] **Condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Loyola, 1994. 4ª edição.

HEIDEGGER, Martin. [1927]. **Ser e tempo**. Petrópolis: Vozes; Bragança Paulista: EDUSF, 2008. 3ª edição.

HEIDEGGER, Martin. [1977]. **A origem da obra de arte**. São Paulo: Edições 70, 2010.

HOLZER, Werther. **Uma discussão fenomenológica sobre os conceitos de paisagem e lugar, território e meio ambiente**. Revista Território, ano II, nº 3, jul./dez. 1997.

IPHAN. **Portaria nº 127 de 30 de abril de 2009. Estabelece a chancela da Paisagem Cultural Brasileira**. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, Nº 83, 05 de maio de 2009. Seção 1, p.17.

IV CIAM. **Carta de Atenas**. Assembléia do CIAM (Congresso Internacional de Arquitetura Moderna). Novembro de 1933. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=233> Acesso em: junho de 2012.

JACOBS, Jane. [1961]. **Morte e vida de grandes cidades**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

JATON, Virginie ; RUSSEIL, Sarah ; SIMON, André ; TOUSSAINT, Jean-Yves ; VAREILLES, Sophie ; ZEPF, Marcus ; ZIMMERMANN

Monique. **Concerter, mobiliser, gouverner : le projet urbain pour aménager la ville et ménager la cité.** Rapport de recherche pour le Ministère de la Recherche - Ministère de l'Education Nationale, Institut National des Sciences Appliquées, Lyon, 2004.

KOURILSKY-BELLIARD, Françoise. **Do desejo ao prazer de mudar: compreender e provocar a mudança.** Barueri, SP: Manole, 2004. 2ª edição.

LACAZE, Paul-Jean. Déterminismes économiques, jeux de pouvoir et choix d'urbanisme. In : CHALAS, Yves (Sous la dir. de). **L'imaginaire aménageur em mutation.** Paris : L'Harmattan, 2004.

LACEY, Hugh. **Valores e atividade científica.** São Paulo: Discurso Editorial, 1998.

LACOSTE, Yves. A quoi sert le paysage ? Qu'est-ce qu'un beau paysage ? In : ROGER, Alain (Sous la dir. de). **La théorie du paysage en France (1974-1994).** France: Éditions Champ Vallon, 1995. p.42-73.

LASSUS, Bernard. L'obligation de l'invention: du paysage aux ambiances sucessives. In : BERQUE, Augustin (Sous la dir. de). **Cinque proposition pour une théorie du paysage.** France: Editions Champ Vallon, 1994.p.81-106.

LATOUR, Bruno. [1991]. **Jamais fomos modernos.** Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.

LE CORBUSIER. [1957] **A Carta de Atenas.** Hucitec: Editora da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1989.

LEFEBVRE, Henry. [1968]. **O direito à cidade**. São Paulo: Ed. Moraes Ltda. 1991.

LENOBLE, Robert. [1969]. **História da idéia de natureza**. Lisboa: Edições 70, 1990.

LEPECKI, Maria Lúcia. **A mãe promíscua: sobre natureza e paisagem**. Revista Finisterra, Lisboa, v.XXXVI, nº 72, 2001, p. 141-147 ISSN: 0430-5027

LINOSSIER, Rachel ; RUSSEIL, Sarah ; VERHAGE, Roelof ; ZEPF, Marcus. **Entre conflits et synergies : renouvellement urbain et patrimonialisation**. Zürich: DisP, 159. 04/2004. ISSN : 0521-3625. p.04-12.

LYNCH, Kevin. [1960]. **A imagem da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1980.

MARICATO, Ermínia. As idéias fora do lugar e o lugar fora das idéias. In: ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único**. Petrópolis: Vozes, 2002, 3ª edição, p. 121-192.

MARICATO, Ermínia. **Brasil Cidades: alternativas para a crise urbana**. Petrópolis: Vozes, 2001.

MARICATO, Ermínia. **O impasse na política urbana no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2011. 2ª edição.

MASBOUNGI, Ariella (Sous la dir. de). **Le paysage en préalable : Michel Desvigne, grand prix de l'urbanisme 2011**. Collection Grand

Prix de l'urbanisme/MEDDTL. France : Éditions Parenthèses et Direction générale de l'Aménagement, 2011.

MERLIN, Pierre ; CHOAY, Françoise. (Sous la dir. de). **Dictionnaire de l'urbanisme et de l'aménagement**. Paris, nouvelle édition mise à jour, Presse Universitaire de France, 2005, 1ère édition 1988.

MINISTÈRE DE L'ÉGALITÉ DES TERRITOIRES ET DU LOGEMENT. **ScoT**. Présentation générale. Paris: 2012. Disponível em: <http://www.developpement-durable.gouv.fr/Presentation-generale,13896.html> Acesso em: dezembro, 2012.

MINISTÉRIO DAS CIDADES. **Plano Diretor Participativo: guia para a elaboração pelos municípios e cidadãos**. Brasília, 2004.

MONTEIRO, Carlos Augusto de Figueiredo. **Clima e Excepcionalismo**. Florianópolis: Editora da UFSC, 1991.

NEWURBANISM.ORG. **New urbanism: principles of urbanism**. Alexandria, USA. Disponível em: <http://www.newurbanism.org/newurbanism/principles.html> Acesso em: maio de 2012.

NIETZSCHE, Friedrich. [1882]. **A Gaia Ciência**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

NOVARINA, Gilles, Les nouvelles modalités de l'analyse urbaine : décrire plutôt que prescrire. In : CHALAS, Yves (coord.). **L'imaginaire aménageur em mutation**. Paris : L'Harmattan, 2004.

OZDOBA, Marie-Madeleine. **Renouveler le paysage du Front de Seine: culture visuelle du projet urbain**. In : Plan/coupe/image. Carnet

de recherche visuel. Setembro de 2012. Disponível em : <http://culturevisuelle.org/plancoupeimage/archives/63> Acesso em: setembro de 2012.

PECORARO, Rosário Rossano. Nietzsche-renaissance, desconstrução, pensamento fraco. In: **MORPHEUS, Revista Eletrônica em Ciências Humanas, Conhecimento e Sociedade**. Rio de Janeiro, nº 6, 2005. Disponível em: <http://www.unirio.br/morpheusonline/index.htm> Acesso em: janeiro de 2012.

PEREIRA, Elson Manoel. **Qual planejamento urbano no contexto da sociedade da incerteza?** Florianópolis e seus planos diretores. Geosul, Florianópolis, v. 25, n.49, p. 103-121, jan./jun. 2010.

PIMENTA, Margareth de Castro Afeche. Araranguá: expansão e plano urbano. In: **Geosul**, Florianópolis, v.15, nº 29, p. 79-109, jan./jun. 2000.

PRIGOGINE, Ilya. [1996]. **O fim das certezas: tempo, caos e as leis da natureza**. São Paulo: Editora Unesp, 1996.

PRIGOGINE, Ilya; STENGERS, Isabelle. [1984]. **A nova aliança: metamorfose da ciência**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997.

RELPH, Edward. C. As bases fenomenológicas da Geografia. **Geografia**, v. 7, nº 4, p. 1-25, abr. 1979.

ROGER, Alain. La sensibilité paysagère, de l'anesthésie à l'obesthésie. In : **Politiques publiques et paysages**. Actes du séminaire d'Albi: 28 - 30 mars 2000. Cemagref, 2001. p.93-102.

RUAS, João. **Urbanidades no rural: o devenir de novas territorialidades**. Campo-Território: Revista de Geografia Agrária, Uberlândia: v1, n 1, p. 82-106 fev. 2006.

SANTOS, Milton. [1993] **A urbanização brasileira**. São Paulo: Edusp, 2005. 5ª edição.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1999. 3ª edição.

SANTOS, Milton. **Pensando o espaço do homem**. São Paulo: Ed, HUCITEC, 1986.

SARTOR, Carlos Eduardo. **Imagem da cidade – cidade da imagem: uma análise sobre o modelo de intervenção urbana do Rio Cidade**. Rio de Janeiro: dissertação de mestrado, 1999.

SAUER, Carl. O. A morfologia da paisagem. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (orgs.). **Paisagem, tempo e cultura**. Rio de Janeiro. Editora da UERJ, 1998. p. 12-74.

SCIFONI, Simone. **A construção do patrimônio natural**. Tese (Doutorado em Geografia). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2006.

SOTER, Ana. **Rio cidade: o urbanismo de volta às ruas**. Rio de Janeiro: Mauad, 1996.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos**. Rio de Janeiro (RJ): Bertrand Brasil, 2004. 3ª edição.

TERRASON, Daniel. Le paysage, dimension sensible de la perception et de l'aménagement du territoire ; synthèse des débats de la session 4. In : CEMAGREF; MINISTÈRE DE L'AMENAGEMENT DU TERRITOIRE ET DE L'AMENAGEMENT. **Politiques Publiques et Paysages**. Actes du séminaire d'Albi. France: 28-30 MARS 2000.

TOURNEUX, François-Pierre. De l'espace vu au tableau, ou les définitions du mot paysage dans les dictionnaires française du XVII^e au XX^e siècle. In : ROGER, Alain (Sous la dir. de). **La théorie du paysage en France (1974-1994)**. France: Éditions Champ Vallon, 1995. p.194-209.

VAINER, Carlos. Os liberais também fazem planejamento urbano? Glosas ao "Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro". In: ARANTES, Otilia; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único**. Petrópolis: Vozes, 2002b, 3^a edição, p. 105-120.

VAINER, Carlos. Pátria, empresa e mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano. In: ARANTES, Otilia; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único**. Petrópolis: Vozes, 2002a, 3^a edição, p. 75-104.

VATTIMO, Gianni. [1985]. **O Fim da Modernidade: niilismo e hermenêutica na cultura pós-moderna**. São Paulo: Martins Fontes, 2007. 2^a edição.

VEIGA, José Eli da. **A relação rural/urbano no desenvolvimento regional**. Anais. II Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional. Santa Cruz do Sul, RS: UNISC, 2004.

VEIGA, José Eli da.. **O Brasil rural ainda não encontrou seu eixo de desenvolvimento**. Estudos Avançados, USP, v. 15, n. 43, p. 83-100, 2001.

IMAGENS, JARDINS, MÍDIA, BASE CARTOGRÁFICA, OBRAS DE ARTE E DEMAIS REPRESENTAÇÕES ARTÍSTICAS

BRASIL, Bosco. **Tempos Modernos**. [Telenovela]. Direção geral e artística de José Luiz Villamarin. Brasil: Central Globo de Produções, 01/2010-07/2010. 161 capítulos.

BRASIL, Governo Federal. **PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) do Complexo de Mangueiras**. Vídeo de divulgação. 2008. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=KuGkvV0O1_0 Acesso em: janeiro de 2012

BRUNON, Hervé; MOSSER, Monique. **Le jardin contemporain**. Paris : Nouvelles éditions Scala, 2011.

CHAUVIN, Gérard. **Les Jardins Chinois et Japonais**. Puiseaux, France : Éditions Pardès, 1999.

COX, Penney Finkelman; POUL, Alan; ROSENBERG, Tom; WINANT, Scott. **Til There Was You**. [Filme-vídeo]. Produção de Penney Finkelman Cox, Alan Poul, Tom Rosenberg, direção de Scott Winant. EUA: 1997. 114 min. color. som.

DA VINCI, Leonardo. **L'Ultima Cena** (1495-1497). Basilica Santuario Santa Maria delle Grazie, Milano, Itália. Disponível em: <http://milan.arounder.com/it/chiese/santa-maria-delle-grazie/cenacolo-vinciano.html> Acesso em: agosto de 2012.

DIAS, Gonçalves. **Canção do Exílio**. Disponível em: <http://www.horizonte.unam.mx/brasil/gdias.html> Acesso em: junho de 2012.

EL BOSCO. **A Adoração dos Magos** (até 1510). Pintura flamenga. Óleo sobre tela. Madrid: Museu Nacional del Prado. Disponível em: <http://www.museodelprado.es/enciclopedia/enciclopedia-online/voz/adoracion-de-los-magos-la-el-bosco/> Acesso em: agosto de 2011.

ELISSEEFF, Danielle. **Jardins japonais**. Paris : Nouvelles éditions Scala, 2010.

FAVELA PAINTING. Disponível em: <http://www.favelapainting.com/favela-painting>. Acesso em: março, 2012.

G1 GLOBO.COM. **Faxineira destrói obra de arte de museu alemão ao tentar limpá-la**. Disponível em: <http://g1.globo.com/planeta-bizarro/noticia/2011/11/faxineira-destroi-obra-de-arte-de-museu-alemao-ao-tentar-limpa-la.html> Acesso em: novembro de 2011.

GOOGLE EARTH. **Imagens de satélite das superquadras de Brasília**. Disponível em: Aplicativo Google Earth. Acesso em: março, 2012.

GOOGLE EARTH. **Imagens de satélite de Jaraguá do Sul**. Disponível em: Aplicativo Google Earth. Acesso em: março, 2012.

GOOGLE IMAGENS. **Resultado da pesquisa do termo “paisagem urbana”**. Disponível em: Aplicativo Google Imagens. Acesso em: março, 2012.

GOOGLE IMAGENS. **Resultado da pesquisa do termo “paisagem”**. Disponível em: Aplicativo Google Imagens. Acesso em: março, 2012.

HEALY, Patrick. **Sitting on the High Line, Watching the Actors Go By**. New York Times, October 28, 2011. Disponível em: http://www.nytimes.com/2011/10/29/theater/seewatchlook-street-scenes-at-the-high-line.html?_r=1 Acesso em: março, 2012.

HIGH LINE. **The official Web site of the High Line and Friends of the High Line**. Disponível em: <http://www.thehighline.org>. Acesso em: março, 2012.

Igreja Luterana Apóstolo Pedro. **Foto de Arquivo**, sem data. Jaraguá do Sul, 2012.

IHNEN, Alex. **Film review: the Pruitt-Igoe myth**. 12 de maio de 2011. Disponível em: <http://www.nextstl.com/north-stl/film-review-the-pruitt-igoe-myth>. Acesso em: março, 2012.

JARAGUÁ DO SUL. **Base cartográfica do Município.de Jaraguá do Sul – SC**. Jaraguá do Sul: Prefeitura Municipal, 2009.

LE CORBUSIER. Planos para as cidades de Montevideu e São Paulo [1929]. Acervo da Fondation Le Corbusier in: **Exposição ‘Le Corbusier – América do Sul – 1929’** / São Paulo – SP Disponível em: www.archdaily.com.br/66735/exposicao-le-corbusier-america-do-sul-1929-sao-paulo-sp/lecorbusier_1/ Acesso em: agosto, 2011.

MAGIC FUTUREBOX. **SEEWATHLOOK** (texto divulgação do espetáculo pela companhia teatral). Disponível em: <http://www.magicfuturebox.com/seewatchlook/>. Acesso em: março, 2012.

MALONEY, David. **Cheonggyecheon: the flow of progress**. 8 de fevereiro de 2007. Disponível em: www.urbanphotos.net/blog/2007/02/08/cheonggyecheon-the-flow-of-progress/. Acesso em: março, 2012.

PAPE, Lygia. **O espaço magnetizado**. Instalação. Londres: Serpentine Gallery, 2011. Disponível em: http://www.serpentinegallery.org/2011/12/lygia_pape.html Acesso em: dezembro, 2011.

PATINIR, Joachim. **Tríptico da penitência de São Gerônimo** (1512-1515). Pintura flamenca. Óleo sobre madeira. Nova York: Metropolitan Museum. Disponível em: <http://www.metmuseum.org/search-results?ft=+Joachim+Patinir+&x=0&y=0> Acesso em: agosto de 2011.

Pruitt-Igoe now: the unmentioned modern landscape. 2012. Disponível em: www.pruittigoenow.org/the-unmentioned-modern-landscape-2/. Acesso em: março, 2012.

REDE GLOBO. **Cidade dos Homens**. [Série televisiva]. Brasil: Central Globo de Produções, 2002-2005. 19 episódios.

R7 NOTÍCIAS. **Faxineira de museu destrói obra de arte por engano**. Disponível em: <http://noticias.r7.com/esquisitices/noticias/faxineira-de-museu-destroiu-obra-de-arte-por-engano-20111103.html> Acesso em: novembro de 2011.

SALLES, Walter; MEIRELLES, Fernando. **Cidade de Deus**. [Filme-vídeo]. Produção de Walter Salles, direção de Fernando Meirelles e Katia Lund. Brasil: 02 Filmes, VideoFilmes, Hank Levine Film, 2002. 130 min. color. som.

SANTA CATARINA, Governo Do Estado. **Projeto da quarta ligação Ilha/Continente/BR-101.** Vídeo. Disponível em: <http://novoacesso.wordpress.com/> Acesso em: dezembro de 2011.

SEEWATHLOOK. **Fotos.** Disponível em: <http://www.facebook.com/SEEWATCHLOOK/photos>. Acesso em: março, 2012.

SILVA, Agnaldo. **Duas Caras.** [Telenovela]. Direção geral de Wolf Maya. Brasil: Rede Globo de Televisão, 10/2007-05/2008. 210 capítulos.

TATI, Jacques. **Mon Oncle** (Meu Tio). [Filme-vídeo]. Roteiro de Jacques Lagrange, Jean L'Hôte, Jacques Tati, direção de Jacques Tati. França: 1958. 120 min. color. som.

THE INTERNATIONALISTS. What do you see when you look at what you watch?. Global Theatre News & Network. October 20, 2011. Disponível em: <http://internationalists.blogspot.com.br/2011/10/what-do-you-see-when-you-look-at-what.html> Acesso em: março, 2012.

THE MUSEUM OF MODERN ART. **Mondrian: Composição com vermelho, azul, preto, amarelo e cinza.** 1921, Óleo sobre tela. Acervo. Nova York, 2012. Disponível em: http://www.moma.org/collection/artist.php?artist_id=4057. Acesso em: dezembro, 2011.

Torres Dançantes. Dubai. **Foto divulgação do projeto.** Obtida em: <http://icatron.ok.pe/nuevas-tecnologias/print:page,1,28606-6-nuevos-rascacielos-en-construcciun-estos.html>. Acesso em: dezembro, 2011.

ZEITGUISED. **Boolean Taxidermy Stills.** Project.. Disponível em: <http://www.zeitguised.com>. Acesso em: dezembro, 2011.

ZEITGUISED. **Concrete Chrome Stills**. Project.. Disponível em: <http://www.zeitguised.com>. Acesso em: dezembro, 2011.

DICIONÁRIOS

CUNHA, Antônio Geraldo da. **Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Lexikon Editorial, 2010. 4ª edição revista pela nova ortografia.

FERRATER MORA, José. **Dicionário de filosofia**. São Paulo: Loyola, 2000.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Hollanda. **Aurélio . Novo Dicionário da Língua Portuguesa**. 4. ed. Curitiba: Editora Positivo, 2004.

HOUAISS, Antônio. **Novo Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. 1. ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009

ROBERT, Paul. **Nouveau Petit Robert**. Dictionnaire analogique et alphabétique de la langue française. Version eletronique (CD-ROM). Developpement : Bureau Van Dijk, Bruxelles. 2001.

SANTOS, Mario Ferreira dos. **Dicionário de filosofia e ciências culturais**. São Paulo: Matese, 1966.

APÊNDICE A – Original em francês do quadro citado na pág. 68.

Idéalités politiques et axiomes de l'action publique dans la modernité (des Lumières jusqu'à 1975)	Idéalités politiques et axiomes de l'action publique dans la postmodernité (depuis 1975-80)
Paradigme du progrès	Paradigme du "risque"
Solidarité organique, intégration civique et institutionnelle	Solidarité "réflexive", intégration systémique
La rareté = malheur et chaos => abondance = bonheur ou harmonie (industrialisme)	Abondance = épuisement des ressources naturelles et bonheur introuvable (écologisme)
Hétéronomie	Autonomie
Universalisme et rationalisme	Particularisme et différencialisme
Holisme sociologique et monisme moral	Individualisme et pluralisme
Unification des critères et des valeurs sous l'autorité du politique	Relativité des valeurs et diversité des principes de justice
Egalitarisme, égalisation des conditions	Équité et exaltation des spécificités
Technocratie, grand projet unificateur	Négociation et gouvernement à vue
Intérêt général substantiel	Intérêt général procédural

Fonte: GENESTIER, 2004, p. 206.